

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)**

Luiz Fernando Mocelin Sperancete

**A correção de rumos de uma nação: a Rússia sob o comando
de Vladimir Putin**

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2016

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)**

Luiz Fernando Mocelin Sperancete

**A correção de rumos de uma nação: a Rússia sob o comando
de Vladimir Putin**

Mestrado em Ciências Sociais

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE em
Ciências Sociais (Ciência Política),
sob a orientação do Prof. Dr. Edison
Nunes.**

São Paulo

2016

Banca Examinadora

*À minha esposa, Danielle,
minha família e meus antepassados.*

Fomento da pesquisa

Esta dissertação de mestrado contou com o apoio financeiro (bolsa) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 159803/2015-2.

Agradecimentos

Agradecer é sempre um ato muito sublime, um ato no qual temos a oportunidade de retribuir o amor, o carinho, a atenção e a energia àquelas pessoas que nos ajudaram nesta jornada, afinal, não se constrói nada sozinho.

Em primeiro lugar, agradeço ao Pai lá de cima, que desde a concepção está ao meu lado, ajudando-me, sempre, a superar as adversidades que a vida tem colocado em meu caminho, além de ter me aproximado de pessoas realmente incríveis.

Em segundo lugar, mas não menos importante, agradeço a minha esposa, Danielle Thomé Elias, companheira de jornada, meu porto seguro, que em todos os momentos, nestes quatro últimos anos, sempre se fez presente. A você, Dan, meu muito obrigado!

Agradeço toda a atenção e empenho do meu orientador, Professor Edison Nunes, que antes mesmo do início desta pesquisa já me concedia o prazer de conversar sobre o tema, ajudando a suprir as dúvidas e incertezas acadêmicas que me ocorriam.

Um salve ao pessoal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em especial a Katia e o Rafael do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais, os quais sempre se dispuseram a sanar todas as minhas dúvidas em relação às questões burocráticas do curso.

Retribuo minha gratidão e admiração ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, referência de homem público e intelectual, com o qual, durante minha graduação na FACAMP, pude aprender valores e princípios que carregarei para toda a minha vida.

Eternamente agradecido sou ao meu sogro, Eduardo Felício Elias, referência de homem público, pai de família e amigo, pela hombridade em me ajudar em momentos delicados, não obstante abrir-me portas ao longo destes últimos anos. Além disso, agradeço a minha sogra, Marlusa Thomé Elias, por ter sempre me tratado como um filho, e o professor Wilson Rabahy, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Agradeço a minha família em nome de minha mãe, Juliane, meu pai, Josiel, minha avó, Ondina, os quais sempre me propiciaram o que têm de melhor dentro de si.

Uma menção ao vice-cônsul da Federação Russa em São Paulo, Sr. Konstantin Biryukov, que me recebeu nas dependências do consulado para uma conversa sobre o tema desta pesquisa, além do Sr. Sami Salameh, Cônsul da República Árabe Síria em São Paulo, que em vários momentos pôde compartilhar comigo sua visão acerca da política internacional contemporânea, não obstante esclarecer-me alguns pontos sobre a guerra na Síria e suas implicações internacionais.

Agradeço, diretamente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou integralmente esta pesquisa via bolsa de mestrado, e, indiretamente, ao povo brasileiro, cuja força constitui a grandeza desta nossa civilização dos trópicos chamada *Brasil*.

Por fim, não poderia deixar de lembrar de todos os meus amigos, em especial de Pedro Costa Junior (O Capitão), exímio cientista político e amigo, e de Cristiano Borges Cardoso, camarada que tenho em alta conta.

Deo Vindice!

Resumo

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o estudo da Federação Russa durante o longo período em que Vladimir Putin está no comando do Kremlin (2000-2016), e analisar os principais aspectos da correção de rumos que o líder russo vem promovendo no curso político, econômico e social do país. Para tanto, faz-se referência aos aspectos teóricos selecionados do “realismo político”, tendo como autores-chave Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e Nicolau Maquiavel, e aos aspectos histórico e sociais da formação da identidade nacional russa após a Revolução de Outubro de 1917.

Palavras-chave: Federação Russa. Vladimir Putin. Nacionalismo. Política. Poder.

Abstract

This work has as objective contribute to the study of the Russian Federation during the long period in which Vladimir Putin is in the Kremlin's command (2000-2016), and analyze the main aspects of the correction of direction that the Russian leader has been promoting on the political, economic and social course of the country. To this end, references are made to the selected theoretical aspects from "political realism", having as key-authors Hans Morgenthau, Kenneth Waltz and Nicolau Maquiavel, and to the aspects of historical and social of the Russian's national identity formation after the 1917's October Revolution.

Keywords: Russian Federation. Vladimir Putin. Nationalism. Politics. Power.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 - A política internacional entendida como a política do poder	23
1.1 - Introdução ao capítulo	23
1.2 - A política internacional e o Realismo Político Moderno.....	25
1.3 - A centralidade da luta pelo poder na política internacional: uma visão do “realismo político moderno”.....	31
1.4 – A política do <i>status quo</i> e a política do prestígio como armas de política externa.....	35
1.4.1 – A política do status quo.....	36
1.4.2 – A política do prestígio	39
1.5 – O conceito de nação e as características do poder nacional.....	42
1.5.1 – Nação, Estado Nacional e Nacionalismo	42
1.5.2 – Elementos que conformam o poder nacional	45
1.6 – Da <i>janela de oportunidade</i> de Waltz à <i>ocasião</i> de Maquiavel	54
1.7 – Considerações finais do capítulo.....	56
Capítulo 2 – Do auge soviético ao caos neoliberal: a Rússia entre 1917 e 1999	59
2.1 – Introdução ao capítulo.....	59
2.2 – O período soviético	63
2.2.1 - Lênin, a guerra civil e a NEP	63
2.2.2 - Stalin, o endurecimento do regime e a industrialização	66
2.2.3 - Khrushchov, Brejnev e Gorbachev: distensão, reformas e fracasso	71
2.3 - O fracasso dos anos 1990	80
2.4 - Considerações finais do capítulo	85
Capítulo 3 - A ascensão de Vladimir Putin e a correção de rumos: o ressurgimento da “grande nação russa”	89

3.1 – Introdução ao capítulo.....	89
3.2 - A liderança de Putin como um efeito histórico e a emergência do nacionalismo russo	91
3.2.1 – A ascensão de Putin	91
3.2.2 – Putin e a emergência do nacionalismo russo.....	93
3.3 – As reformas internas e a (re)centralização do poder russo	99
3.3.1 – Estado, economia e sociedade	99
3.3.2 – Estado e sistema político-administrativo	105
3.3.3 – Estado e parlamento.....	108
3.4 – A política externa russa sob o comando de Vladimir Putin: a emergência de um novo projeto	109
3.4.1 – A política externa a nível local	113
3.4.2 – A política externa a nível regional	115
3.4.3 – A política externa a nível continental.....	119
3.4.4 – A política externa a nível global	125
3.5 – Considerações finais do capítulo	130
Considerações finais	135
Bibliografia	142
Anexo 1.....	158
Anexo 2.....	158
Anexo 3.....	159
Anexo 4.....	160
Anexo 5.....	160
Anexo 6.....	161
Anexo 7.....	161

“Não há vento favorável para quem não sabe onde quer chegar”

Arthur Schopenhauer (1788-1860)

*“É o povo que escolhe o regime em que quer viver.
É o direito de cada povo ter simpatia ou antipatia por dado regime”.*

Andrei Gromiko (1909-1989)

Introdução

A presente pesquisa de mestrado tem como objeto de estudo analisar a dinâmica da Rússia desde quando Vladimir Putin chegou à presidência do país no ano 2000, assim como estabelecer as conexões entre as medidas de caráter doméstico e as medidas de política externa implementadas pelo presidente russo, procurando vislumbrar se estas medidas caracterizam um novo projeto político nacional à luz do que ocorreu nos anos 1990 no país, os quais foram caracterizados por uma forte deterioração política, econômica e social. Ou seja, busca-se neste trabalho vislumbrar se Vladimir Putin tem buscado corrigir os rumos da nação russa desde que chegou à presidência, à luz da história russa, e como esta correção de rumos tem afetado a inserção internacional do país.

Para se chegar a qualquer hipótese a respeito do objeto estudado, algumas questões são levantadas visando orientar a discussão. Tais questões são: Vladimir Putin vem implementando um novo projeto político e de poder na Rússia? Se sim, este projeto apresenta quais vetores de ação? Quais são os pontos de ruptura com relação aos anos 1990? Como o contexto doméstico impacta este projeto? Quais as medidas internas tomadas pelo líder russo para tal fim? E o contexto externo, como impacta tal projeto? Quais medidas de ordem externa foram implementadas para tal fim? Como a população vem reagindo a estas medidas internas e externas? Há alguma influência da formação histórica russa nas decisões de Putin? Quais aspectos teóricos da ciência política se poderia utilizar para enquadrar teoricamente o tema? Enfim, estas são algumas questões que se tenta responder nesta pesquisa, afinal elas foram o seu ponto de partida.

Nesse sentido, pretende-se fazer um recorte histórico da formação social do país e alinhavar a isto os postulados escolhidos da teoria política realista, cuja obra *A política entre as nações* de Hans Joachim Morgenthau (2003) apresenta-se como fonte, além do conceito de janela de oportunidade de Kenneth Waltz, nas obras *O homem, o Estado e a guerra* (2004) e *Teoria das relações internacionais* (2004), e o conceito de *ocasião* de Nicolau Maquiavel, na obra *O príncipe* (1998). O recorte histórico-social apresenta-se como elemento importante para definir a hipótese central desta pesquisa, a saber, que Vladimir

Putin está implementando um novo projeto político para a Rússia, visando corrigir os erros incorridos pelo país nos anos 1990, retomando a histórica ideia de centralização absoluta do poder nacional nas mãos do Kremlin, assim como definindo um papel central do Estado na vida da sociedade, cuja percepção histórica da população é a de que o fortalecimento do Estado é algo benéfico para ela (SEGRILLO, 2015; BUSHKOVITCH, 2014).

Além do fator histórico-social e político-teórico, pretende-se destacar como elemento norteador deste novo projeto político o forte apelo ao nacionalismo e à ideologia nacional que Vladimir Putin vem promovendo no país, um traço tradicional das lideranças russas, afinal a conformação social da Rússia moderna se deu a partir de um regime autocrático imperial, o qual definiu a muito custo as fronteiras do país ao longo de séculos, sempre com os Czares (César, em russo) como figuras-chave (SAKWA, 1987). Além disso, a liderança dos Czares é importante elemento para se compreender a dinâmica centralizadora e repressiva que o governo de Vladimir Putin vem promovendo, afinal o país sempre conviveu (exceção aos anos 1990 e 2000-10) sob regimes autoritários, o que a população tem aceitado a, no mínimo, cem anos, haja vista a proteção social que o povo russo auferiu com a União Soviética. Ademais, pretende-se neste trabalho chegar à hipótese de que esta dinâmica autoritária das lideranças russas é fator determinante para a aceitação de Putin pela população, afinal ele invoca muitos símbolos e heróis do período soviético em seus discursos e ações, o que a população tem aceitado com bastante clamor, afinal o líder russo tem apresentado médias de aprovação acima de 80% durante o longo período que está à frente do país. Em outras palavras, levanta-se a hipótese de que a liderança de Putin é resultado de um processo histórico de formação de lideranças centralizadoras/autoritárias na Rússia, as quais comandam o país desde sua moderna formação, principalmente nos últimos cem anos.

Por um lado, para se levantar hipóteses a esse respeito, a bibliografia pesquisada sempre faz referência à história, à cultura e à economia do país, tendo em vista as consideráveis diferenças entre a Rússia e o Ocidente (Europa) ao longo de séculos. Por outro lado, estas diferenças se agudizaram após a Revolução de Outubro de 1917, tendo em vista a criação de um sistema político-econômico paralelo e concorrente ao sistema capitalista ocidental europeu-

americano, o que gerou um acirramento das disputas entre a Rússia e os países Ocidentais no decorrer do século XX e início do século XXI (BUSHKOVITCH, 2014). Ao levantar esta questão, cumpre mencionar que os anos soviéticos se caracterizam como o auge da sociedade russa, a qual passou a ser a segunda economia industrial do mundo já em 1940-50, deteve enorme dotação militar convencional e nuclear, não obstante ter conseguido criar as condições materiais necessárias para que o bem-estar social chegasse ao apogeu na segunda metade do século XX (MEDEIROS, 2008), com um regime fortemente verticalizado, repressor e autoritário.

Por outro lado, nos anos 1980, o país começava a entrar num processo de crise econômica que logo se metamorfosearia em crise política no final da década, culminando com o colapso do gigantesco império soviético. A consequência de tal fato levou àquilo que os russos chamam de *período negro* (SEGRILLO, 2015), com a chegada de Boris Yeltsin à presidência e sua terapia de choque para abrir a economia ao capitalismo de corte neoliberal (MAZAT & SERRANO, 2012), através de um processo de privatizações das empresas estatais, abertura da Conta Capital do Balanço de Pagamentos, diminuição da burocracia estatal, diminuição dos investimentos no setor militar, diminuição das políticas sociais, uma severa recessão econômica no começo da década, uma grave crise financeira em 1998 (POMERANZ, 2010) e uma inserção internacional considerada pouco pragmática, com uma política de cooperação infrutífera com o Ocidente, principalmente os Estados Unidos, tendo em vista o avanço do poder norte-americano sobre o Leste Europeu com o avanço da OTAN em detrimento do enfraquecimento do poderio político, econômico e militar russo (MANKOFF, 2009). As consequências, conforme se verá, foi que a população caiu em enorme pobreza paralelamente à emergência de *novos ricos*, os quais se beneficiaram das privatizações estatais para fazer fortuna.

Com tais eventos ocorrendo, pode afirmar que a Rússia foi a grande potência derrotada com o final da guerra-fria, a qual “perdeu um quarto de seu território e metade de sua população” (FIORI, 2008: 49), além da perda do papel central que o Estado desempenhava na vida econômica, o que gerou enorme regressão social. Mas, apesar deste contexto adverso, em 2000 Putin chegou à presidência de uma Rússia que

seguia apresentando características que fazem deste país uma realidade única: um imenso poder nuclear, indústrias sofisticadas no complexo industrial militar e um diversificado pool de trabalhadores científicos (MEDEIROS, 2008: 242-243).

Tais características foram as bases que assentaram a correção de rumos que Putin almejava, dando início a sucessivas ondas de nacionalizações dos setores energético e midiático, estímulos ao complexo industrial militar e a aprovação de medidas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população (política social) (SAKWA, 2008b). Mas, para que tais fatores de ordem interna pudessem ocorrer, destaca-se o fato de que o líder russo promoveu uma verdadeira perseguição política contra os opositores de seu governo, assim como promoveu a reestruturação político-geográfica do país, através de uma nova divisão administrativa da Rússia, com militares nomeados governadores de província diretamente pelo presidente. Por um lado, no parlamento, Putin conseguiu articular uma grande coalisão política, a qual assegura relevante governabilidade ao executivo do país, sendo o partido do presidente, o *Rússia Unida*, aquele com maior representação eleitoral nas últimas eleições (SAKWA, 2008a). Por outro lado, para assentar esta coalisão de interesses na burocracia estatal, o partido do presidente russo vem aparelhando a máquina burocrática estatal, cuja consequência é o uso desta para perseguições políticas contra qualquer oposição ao *stablishment* governamental, o que vem causando uma espécie de regime dual na Rússia: um regime constitucional, onde as instituições democráticas formais estão operando (eleições livres, voto secreto, liberdade de opinião) e um regime para-político, que atua à sombra do regime constitucional, subordinando-o aos seus interesses (SAKWA, s/d). Tal fato vai de encontro com as ideias de *fortuna*, *virtude* e *ocasião* de Maquiavel (1998), o qual postula que os príncipes devem ser impetuosos e cautelosos com relação ao futuro das coisas que permeiam a política, buscando dirimir as incertezas inerentes à sua própria sorte e contexto (fortuna). Ao promover uma coalisão política que lhe dá sustentação e governabilidade, Putin busca afastar qualquer imprevisibilidade em torno de seu governo para manter-se no poder, colocando em prática sua liderança (virtude) ao mesmo tempo que aproveita o contexto (ocasião) para implantar um novo projeto político no país e manter-se no poder. Ou seja, o líder russo teria aproveitado a oportunidade que o contexto russo lhe ofereceu no

começo dos anos 2000 para chegar e manter-se no poder, através da aplicabilidade de um novo projeto nacional.

Na política externa, Putin procurou atuar em quatro frentes: localmente, contra terroristas e separatistas nacionalistas no Cáucaso; regionalmente, com uma postura de expandir a presença russa no Leste Europeu e no Cáucaso; continentalmente, através de um novo *approaching* com a União Europeia e OTAN no continente europeu, através da instrumentalização dos recursos energéticos e bélico-militar como armas de política externa, e; globalmente, tentando subverter o status quo internacional a favor da Rússia através da atuação em mecanismos e fóruns multilaterais, a participação nos BRICS, a maior presença em regiões outrora dominadas pelo Ocidente (como o Oriente Médio) e a instrumentalização da reestruturação do complexo industrial militar para promover uma dissuasão político-militar a nível internacional (MONAGHAN, 2015). Ou seja, trabalha-se com a hipótese de que o governo Putin utiliza dos recursos de ordem doméstica para executar sua política externa, a qual apresenta um contorno diferente daquela dos anos 1990.

Mediante o exposto, é possível inferir que, desde quando chegou à presidência em 2000, Vladimir Putin e seu governo nacionalista pretende reinserir o país na política internacional de forma autônoma, aproveitando tanto a janela de oportunidade que o enfraquecimento da posição internacional norte-americana neste início de século vem apresentando, quanto a oportunidade de desestabilizar o status quo internacional em favor da Rússia para que o país se torne um dos polos de poder na política internacional num futuro próximo (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013). Nesse sentido, levanta-se a ideia de que a Rússia busca expandir seu poder internacionalmente, outrora perdido com a implosão da União Soviética nos anos 1990, o que vai de encontro com a tese de Hans Morgenthau de que o Estado que uma vez poder e influência buscará, insistentemente, desestabilizar o status quo internacional a seu favor, visando recuperar, no mínimo, o que perdeu, ou mesmo conquistar algo a mais (MORGENTHAU, 2003).

Com base nesta breve introdução, esta pesquisa está dividida em três capítulos mais uma conclusão. O primeiro capítulo procura destacar os aspectos teóricos mais relevantes do realismo político para esta pesquisa, cuja obra A

política entre as nações de Hans Joachim Morgenthau é a fonte. Ademais, procura-se apresentar como esta corrente teórica da ciência política descreve a dinâmica da política internacional, levantando a ideia de que a busca pelo poder (posição de dominância) a nível internacional é o objetivo fundamental a ser alcançado pelas grandes potências, as quais determinam a dinâmica da política internacional. Além disso, evidencia-se que algumas grandes potências, que se encontram insatisfeitas com sua posição internacional, buscam implementar, quando capitaneadas por lideranças contestadoras, uma política de desestabilização do status quo internacional a seu favor, além de promover medidas com vista a projetar seu poder sobre o exterior, cuja política de demonstração de prestígio internacional, através de cerimoniais diplomáticos e demonstrações de poder *stricto sensu* (exercícios e desfiles militares) é o maior exemplo. Por outro lado, o papel das lideranças políticas nacionais apresenta-se como elemento imprescindível para se elucidar o porquê determinadas nações assumem posições consideradas desestabilizadoras do status quo internacional, o que será de grande utilidade para se tentar elucidar o impacto que a liderança de Vladimir Putin tem sobre a política externa e a inserção internacional russa desde 2000.

Entrementes, à luz dos aspectos teóricos expostos, torna-se imprescindível a exposição dos conceitos de Nação, Estado nacional e Nacionalismo como forma de analisar como os posicionamentos de Vladimir Putin podem ser interpretados como uma forma do líder russo amalgamar apoio social interno ao projeto político revisionista que o governo dele representa. Além disso, tais conceitos serão importantes para investigar como o líder russo os instrumentaliza como armas de política externa, tendo em vista que, por exemplo, a defesa dos interesses dos cidadãos etnicamente russos que residem no exterior é princípio elementar da nova postura internacional do país. Adicionalmente, procura-se expor os elementos que conformam o poder nacional segundo o realismo político (geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de preparação militar, índole nacional, contingente populacional e qualidade da diplomacia e do governo), tendo em vista relativizá-los para o contexto russo analisado, permitindo exprimir considerações a respeito da interação entre tais elementos e o projeto político revisionista do governo de

Putin. Por fim, busca-se apresentar os conceitos de *janela de oportunidade* de Kenneth Waltz e o de *ocasião* de Nicolau Maquiavel, pois estes se apresentam como arcabouço teórico para a hipótese de que a emergência do líder russo no comando do Kremlin é consequência de uma conjuntura histórico-social interna e externa que pairou sobre a Rússia nos anos 1990, a qual solapou tanto a gigantesca estrutura do Estado russo quanto as condições econômicas, políticas e sociais de uma sociedade acostumada com o guarda-chuva protetivo do Estado desde pelo menos a Revolução de Outubro de 1917, aproveitado pelo líder russo para chegar e manter-se no poder. Ou seja, levanta-se como hipótese o fato de que o contexto interno de deterioração política, econômica e social, aliado a um contexto externo de país derrotado na guerra-fria, serviram como janela de oportunidade ou ocasião para Putin ascender ao poder e promover as medidas necessárias para corrigir os rumos do país, as quais encontram amparo no apoio da população, que vem garantindo força política necessária para Putin governar, tendo em vista que o partido do presidente tem tanto o controle do poder executivo quanto do poder legislativo (haja vista os resultados eleitorais expressivos do partido *Rússia Unida*), além de ter força suficiente para abafar os movimentos e grupos políticos opositoristas, buscando manter a correlação de forças a seu favor, para manter-se no poder.

No segundo capítulo, intentamos uma exposição acerca do padrão de desenvolvimento da Rússia durante o século XX, indo desde o período inicial da Revolução de Outubro de 1917 até o final do período neoliberal em 1999, explicitando como a dinâmica de desenvolvimento da sociedade russa esteve atrelada ao papel orientador do Estado, o qual, durante o período soviético, procurou desenvolver as potencialidades do país, colocando a sociedade russa sob seu guarda-chuva protetivo. Além disso, intenta-se destacar o papel que as lideranças políticas que comandaram o país neste período tiveram na definição dos rumos da nação, tanto em momentos de auge (período soviético), quanto nos momentos de derrocada (período neoliberal).

Nesse sentido, o capítulo está dividido entre dois grandes períodos: o período soviético (1917-1991) e o período neoliberal (1991-1999). No primeiro período, há a divisão entre três subperíodos, cujo primeiro destaca o momento em que Lênin comanda o país em meio à Revolução de Outubro de 1917, a

consequente guerra civil e a NEP (Nova Política Econômica), a qual deu impulso econômico ao país, expandindo garantias sociais à população. Além disso, destaca-se uma nova postura de política externa baseada na cessão de hostilidades com o exterior. O segundo subperíodo compreende aquele em que Josef Stálin esteve frente do Kremlin, promovendo o endurecimento do regime político com centralização das decisões políticas em suas mãos, além do fato de ter promovido a industrialização forçada do país. O terceiro subperíodo compreende os comandos de Khrushchov, Brejnev e Gorbachev, tentando-se levantar as principais medidas tomadas por cada líder em meio aos problemas econômicos e políticos que começavam a pairar sobre a URSS desde a década de 1960. Por exemplo, destaca-se as medidas descentralizadoras de Khrushchov em matérias econômicas (tentando dar fôlego extra para as empresas estatais que se encontravam em processo de superprodução e perda de produtividade) e políticas (internamente, afrouxando a repressão política do regime contra os opositores ao stalinismo e, externamente, por meio da política de coexistência pacífica com os Estados Unidos) que o levaram à deposição e a subida de Leonid Brejnev ao comando do Kremlin. Sob o comando deste último, a URSS entrou numa nova onda de repressão política interna, afinal um integrante da *linha-dura* do regime e progresso da elite stalinista estava no comando do país. Além disso, houve a tentativa de reestruturação econômica através da verticalização do controle das empresas estatais nas mãos do Kremlin, visando criar um ambiente econômico análogo ao do período stalinista, mas sem sucesso. Na política externa, evidencia-se a retomada da mão de ferro de Moscou em relação à periferia soviética, assim como a elevação das tensões internacionais com o Ocidente. No entanto, como a centralização e repressão política do regime tentada por Brejnev já não mais surtia os efeitos esperados como na era Stálin e o grave problema da desaceleração econômica do país se aprofundava, o líder soviético foi sucedido por Mikhail Gorbachev, o qual tentou implementar medidas econômicas (Perestroika) e políticas (Glasnost) liberais, a fim de resolver os problemas que se arrastavam desde os anos 1960, também não obtendo o sucesso esperado. Como consequência da Perestroika e da Glasnost, ver-se-á que houve a implosão do império soviético e a emergência de grupos minoritários e liberais no comando do país, com a chegada de Boris Yeltsin à presidência da nascente Federação Russa. Tal contexto inaugura o

segundo período analisado, com a exposição das medidas internas e externas adotadas pelo líder russo, e como estas enfraqueceram a estrutura política, econômica e social do país. Internamente, busca-se evidenciar como resultado de tais medidas a polarização da sociedade entre poucos ricos e muitos pobres, com a conseqüente tomada do poder pelos primeiros (oligarcas), além do fato de que se exauriu, nesse período, o guarda-chuva protetivo estatal sobre a sociedade, a qual estava acostumada com elevados níveis de bem-estar social desde o período soviético. Por outro lado, evidencia-se a infrutífera política externa russa em relação ao Ocidente, com o governo Yeltsin adotando uma postura unilateral de cooperação com os Estados Unidos, sem grandes resultados para a Rússia.

No terceiro capítulo procuramos evidenciar o significado da ascensão de Vladimir Putin à presidência do país, assim como explicitar a correção de rumos que o líder russo vem procurando implementar no país em relação aos anos 1990. Para tanto, vislumbra-se que a liderança de Putin se apresenta como um efeito histórico, pois a população, ao apoiar a chegada dele ao Kremlin, demandava a correção dos rumos nacional, tendo em vista a forte degradação política, econômica e social que o país passou nos anos de neoliberalismo. Além disso, busca-se destacar que a emergência da retórica nacionalista do líder russo visa amalgamar apoio da pauperizada população russa, através do lançamento de uma ideologia nacional obstinada a elevar as qualidades sociedade e da cultura russa *pari passu* a reconstrução do Estado nacional.

Nesse sentido, destaca-se as medidas econômicas e políticas internas adotadas por Putin, as quais, no campo econômico, compreenderam a nacionalização do setor energético e a reestruturação do complexo industrial militar, serviram como instrumentos de políticas estatais destinadas à reestruturação do papel estatal na economia, assim como para servirem como armas do novo projeto de política externa do país. Na esfera política, houveram reformas que englobaram um novo reordenamento da administração do território russo, com a diminuição da autonomia das elites políticas regionais, passando os governadores provinciais a serem nomeados diretamente pelo presidente. Ademais, houve a emergência de pessoas diretamente ligadas ao presidente russo nos postos-chave do Estado, sendo oriundas tanto da extinta KGB (da qual

Putin foi chefe no período soviético), quanto do partido *Rússia Unida*, atual partido do presidente. Nesse contexto, destaca-se o fato de que esta ascensão de pessoas ligadas ao presidente russo no aparato estatal tem causado a marginalização de grupos de oposição ao governo, tendo em vista o uso da burocracia estatal, pelo *stablishment* governamental, para perseguí-los. Por exemplo, tal expressa-se na caça empreendida contra as oligarquias econômicas no início dos anos 2000, cujo maior exemplo é a prisão e arresto dos bens de Mikhail Khodorkovski, importante magnata russo cuja fortuna originou-se na esteira do processo de privatizações das empresas estatais nos anos 1990.

Finalmente, este capítulo procura relacionar as referidas medidas de ordem interna com os aspectos conceituais selecionados da teoria política realista de Hans Morgenthau, o conceito de janela de oportunidade de Kenneth Waltz, o conceito de *ocasião* de Nicolau Maquiavel (expostos no primeiro capítulo) e os aspectos históricos da sociedade russa (expostos no segundo capítulo), visando interpretar as medidas em matéria de política externa adotadas por Putin, as quais, na hipótese desta pesquisa, buscam corrigir os rumos do país através de uma postura autônoma e nacionalista na política internacional, objetivando desestabilizar o status quo internacional emergido no pós-guerra-fria a seu favor.

Por fim, nas considerações finais procuramos fazer uma síntese do conteúdo dos capítulos desta dissertação, evidenciando a relação entre teoria política e história para se explicar a ascensão de Vladimir Putin no comando da Federação Russa.

Capítulo 1 - A política internacional entendida como a política do poder

1.1 - Introdução ao capítulo

Este capítulo procura balizar os aspectos teóricos-metodológicos que utilizaremos para tentar interpretar as ações da Rússia sob a liderança de Vladimir Putin. Ademais, procuramos apresentar aspectos da teoria realista das relações internacionais mais pertinentes ao tema.

Nesse sentido, no item 1.2 há a exposição dos postulados da teoria realista proposta por Hans Morgenthau em *A política entre as nações (2003)*, obra cujo fulcro teórico repousa em autores da ciência política clássica como Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, e, ademais, destacar-se-á as seis leis que regem a política internacional segundo a visão do autor. Não obstante, há o destaque para o fato de que a visão de mundo das elites nacionais é preponderante para a relação das nações entre si, e procura-se apresentar esta ideia de Morgenthau tendo em vista a necessidade de utilizá-la para tentarmos interpretar¹ como a elite política russa, cujo líder é Vladimir Putin, enxerga as outras elites nacionais e as nações que elas comandam, e como a Rússia deve atuar frente a estas outras elites e nações.

No item 1.3 há a exposição de como a política internacional apresenta-se como uma competição interestatal, cujo objetivo é a busca pelo poder internacional, o qual se revela pela dominação (direta ou indireta) de uma nação sobre outra. Conforme ver-se-á, a política internacional apresenta-se de forma dinâmica, no sentido de ela não poder ser reduzida a um sistema de estruturas ou regras pré-determinadas e/ou rígidas, pois o aspecto político predomina sobre todos os demais aspectos (econômico, militar, cultural, etc), e, como os Estados nacionais estão em permanente disputa entre si, visando buscar o poder de dominação de uns sobre os outros, além do fato de inexistir um poder superior a eles que os barrem nesta busca pelo poder de dominação, este cenário apresenta-se analogamente ao estado de natureza hobbesiano, em que as

¹ No terceiro capítulo desta dissertação.

nações, dirigidas pelos seus líderes, utilizam do “direito natural” para buscarem o auferir seus interesses.

No item 1.4 avança-se sobre a questão da política de *status quo* e da política de prestígio como armas de política externa. Conforme ver-se-á, a política de *status quo* apresenta-se sob determinado contexto histórico-espacial ao final de guerras ou advento de tratados, cujo exemplo máximo foi o status quo vigente ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a política internacional foi permeada pelas zonas de influência comandadas por Estados Unidos e União Soviética. Além disso, o fato de que, para se romper um *status quo* vigente, é necessário que uma nação de menor poder relativo o conteste, e isso é hipótese importante para tentar interpretar a política externa russa sob o comando de Putin, no terceiro capítulo. Por outro lado, há a menção à política de prestígio que uma nação promove para tentar convencer outras nações de que possui determinado *quantum* de poder (ou que deseja possuir), cujos exemplos são os cerimoniais diplomáticos e o exibicionismo militar público. Obviamente, a exposição dos postulados que conformam a política de prestígio ajudará a interpretar como Vladimir Putin utiliza este tipo de política para demonstrar interna e externamente o poderio/força que sua nação possui, ou mesmo que deseja possuir.

No item 1.5 há a exposição do conceito de Nação, Estado nacional, nacionalismo e dos elementos que conformam o poder nacional sob a ótica de Morgenthau (2003). Em primeiro lugar haverá a exposição da nação como uma ideia-chave para que os homens vivam dentro de uma jurisdição de forma harmônica, e vivam em competição fora dela, representados pelo Estado nacional, que surge a partir da estruturação de uma burocracia, sob os auspícios políticos de um líder nacional. Ademais, o surgimento do nacionalismo é reflexo da conformação da Nação e do Estado nacional, tendo em vista que o nacionalismo, conforme ver-se-á, apresenta-se como a expansão da influência do poder de uma nação sobre outras nações, no plano internacional. Além disso, há a apresentação dos elementos que conformam o poder nacional segundo a teoria realista proposta por Morgenthau, pois consideram-se nesta pesquisa como os mais importantes para se tentar interpretar o fulcro do poderio russo sob o comando de Putin. Desta forma, a explicitação das ideias de Nação,

Estado nacional, nacionalismo e dos elementos que conformam o poder nacional permitirá tentar desenvolver hipóteses sobre como tais fatores impactam o projeto político de Putin de reerguer a Rússia novamente, após o colapso do país nos anos 1990.

O item 1.6 explicita a imbricação das ideias de *janela de oportunidade* de Kenneth Waltz e de *ocasião* de Nicolau Maquiavel. Na primeira ideia, descrever-se-á, de forma sucinta, que a janela de oportunidade se apresenta como um momento político-histórico que muitas vezes as nações se deparam, e que servem para que elas possam corrigir seus rumos em relação ao estado de coisas em que se encontram. Por outro lado, a exposição das ideias elencadas de Maquiavel destaca a importância do contexto político-histórico que o príncipe se encontra (*ocasião*), que pode oferecer ou não alguma oportunidade para que o príncipe possa aproveitá-la para implementar um projeto de poder (*fortuna*), sendo que, se ele tiver a capacidade necessária para aproveitá-la (*virtude*), dirimirá as incertezas intrincadas do imponderável para manter a correlação de forças políticas a seu favor, mantendo-se no poder.

Por fim, as considerações finais apresentam uma espécie de síntese do que foi descrito no capítulo, assim como uma breve exposição acerca da importância do realismo político como código para se interpretar as ações de Vladimir Putin na Rússia, além do contexto político-histórico que o líder russo está inserido e do qual é consequência.

1.2 - A política internacional e o Realismo Político Moderno

Conhecido como a mais tradicional teoria das relações internacionais, o “realismo político” engendra em suas preocupações fundamentais duas questões centrais: o poder e o conflito. Tais preocupações, conforme destaca Pecequillo (2012), apresentam suas raízes na natureza humana, a qual é egoísta, propensa à conquista, predatória, vangloriosa e prestigiosa.

As fontes teóricas do realismo político vão desde as obras de Tucídides², Maquiavel³ e Hobbes⁴ (em que o primeiro trata da guerra do Peloponeso entre

² Ver TUCIDIDES (2001).

³ Ver MAQUIAVEL (1998).

⁴ Ver HOBBS (1997).

Atenas e Esparta; o segundo trata do príncipe italiano e seu pragmatismo frente à tentativa de formação de um Estado nacional forte, para a conquista, manutenção e expansão do poder do mesmo, e; o terceiro tentando teorizar a natureza humana como egoísta, descrevendo as ações entre os homens pré-contrato social como uma “guerra de todos contra todos”, um “estado de natureza” primitivo) até Carr⁵ e Morgenthau⁶ (o primeiro criticando a ilusão do idealismo político wilsoniano no interregno dos dois conflitos mundiais, e; o segundo destacando que o primado das relações entre os Estados Nacionais na política internacional é o primado da busca pelo poder, acima de qualquer outro elemento ou interesse). Como já se destacou que o elemento teórico orientador desta dissertação de mestrado, para caracterizar a política internacional, será o “realismo político e seus aspectos mais relevantes”, também se considerará a corrente neorrealista das relações internacionais, cujo principal expoente é Kenneth Waltz⁷, para discorrer sobre a questão da janela de oportunidade que este autor expõe em sua obra e que será importante para que, no terceiro capítulo, se possa apresentá-la relativamente ao caso aqui analisado, a saber, a ascensão de Vladimir Putin no comando da Rússia e qual o impacto disso para o país, durante os anos 2000.

Não obstante, consideramos que o estruturalismo é fator importante para as relações entre os Estados Nacionais na política internacional, mas não adotaremos o conceito de “sistema internacional”, e sim o de “política internacional”, tendo em vista que por “sistema internacional” considera-se aquilo que virtualmente estabelece uma certa “estrutura” que leva os Estados Nacionais a adotarem certas posturas frente aos seus homólogos, considerando os constrangimentos e benefícios desta estrutura, mas que desconsidera as vontades, interesses e paixões individuais dos Estados Nacionais e dos seus líderes como elementos preponderantes e orientadores para suas formulações e tomadas de decisões de política externa. Ou seja, a ideia de “sistema internacional” rechaça a importância da liderança e da personalidade, compreendida na figura de um líder nacional. Por outro lado, conforme já foi destacado, o conceito de “política internacional” é caracterizado por relações

⁵ Ver CARR (2001).

⁶ Ver MORGENTHAU (2003).

⁷ Ver WALTZ (2004).

políticas entre os Estados Nacionais, os quais expressam seus desejos e vontades, suas intenções e interesses, fazendo a guerra e a paz, mediante a interação política de seus líderes, o que justifica, para este trabalho, a preferência por este conceito.

Destaca-se ainda que, ao se lançar mão do “realismo político”, deve-se ter em mente os seis princípios básicos que regem as hipóteses e que orientam esta corrente teórico-argumentativa⁸ (MORGENTHAU, 2003). Tais princípios são:

1. A política é governada por leis objetivas que deitam suas origens e raízes na natureza humana.

Este primeiro princípio chama a atenção para o fato de que a política externa executada pelas elites nacionais repousa suas raízes nos interesses e paixões que elas possuem, ou seja, na sua natureza interior. Desta forma, estes interesses e paixões são nada menos do que a própria condição da natureza humana, a qual consiste na busca pela dominação do homem pelo homem e pelo poder *per si*. Nesse sentido, a análise de uma política externa deve levar em conta tanto os interesses que se camuflam nos atos e ações dos que a implementam quanto qual o objetivo que está sendo buscado por meio desta.

2. A política internacional é definida conceitualmente como a política do poder.

Para o realismo político, a política é uma esfera autônoma de ação separada das demais (econômica, militar, cultural, etc), e cujas ações são

⁸ Hans Morgenthau, judeu nascido na Alemanha e emigrado para os Estados Unidos, foi um dos pioneiros no estudo da política internacional contemporânea, tendo atuado como professor da Universidade de Chicago entre 1943 e 1971, onde escreveu sua mais celebre obra *A política entre as nações*, a qual busca evidenciar os aspectos da visão realista das relações internacionais. Nesse contexto, Morgenthau despontou como grande teórico crítico da política externa norte-americana do pós-Segunda Guerra Mundial, buscando orientar esta em meio às crescentes tensões com a URSS e o advento das armas nucleares. Cabe lembrar que o contexto internacional dos primeiros anos da guerra-fria é fator primordial para se compreender a linha de pensamento do autor, tendo em vista a constatação de que a humanidade estava dividida entre dois polos de poder a nível internacional, cada qual com seus princípios orientadores e ideologias, e de que havia somente um meio para se chegar a paz internacional, através de um mecanismo *negativo* chamado *equilíbrio de poder*. Para uma leitura sistemática e sintética das ideias contidas na vasta obra intelectual de Morgenthau, ver o capítulo 3 de “Clássicos das relações internacionais” (LIMA *et al*, 2011) e a parte que trata do autor na obra “50 grandes estrategistas das relações internacionais” (GRIFFITHS, 2015).

definidas levando-se em conta a busca pelo poder. Desta forma, há na política internacional um grande número de Estados Nacionais soberanos, os quais são juridicamente iguais entre si. Mas, na realidade factual, há a dominância da extrema assimetria de poder entre as nações, e as ações dos Estados Nacionais que implementam uma política externa racional/pragmática procuram minimizar os riscos nesse ambiente e maximizar as vantagens, tendo em vista estarem solitários nessa missão, que é a busca pela maximização de seu poder perante os seus homólogos.

3. O conceito-chave de *interesse* para o realismo político moderno, definido em termos de poder, constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida.

Este princípio parte da ideia de que a noção de *interesse*⁹ é universalmente válida, e é parte intrínseca da política. Desta forma, o estudo da natureza humana é fundamental para se compreender que o interesse constitui o princípio que tudo governa no mundo, e que todos os homens estão submetidos à sua influência (MORGENTHAU, 2003).

A maneira como os interesses são orientados para o alcance de um objetivo político abarca, a priori, o controle do homem sobre o homem, estabelecendo uma relação de dominação, e o poder, que engloba a todos os homens e os relacionamentos sociais *per si*, contem nas suas entranhas desde o recurso da violência física, até os mecanismos mais sutis para se controlar as mentes e os sentidos psicológicos dos homens. Além do mais, deve-se destacar que a política internacional é dinâmica, marcada por instabilidade e pela ameaça sempre recorrente do recurso ao uso da força por parte dos Estados Nacionais, para atingirem os seus objetivos.

4. Há uma tensão inevitável entre os princípios morais e a ação política.

Este quarto princípio busca explicitar que há uma tensão inevitável entre a moralidade internacional e a ação política. Isto porque os princípios morais

⁹ Na psicologia, o termo *interesse* caracteriza-se por uma disposição de juízo orientada a determinada ação ou atividade que as pessoas exercem no conjunto da sociedade, as quais conferem prerrogativas sociais de destaque (ASENDORPF, 2004).

universalmente aceitos não podem ser aplicados às ações dos Estados Nacionais de maneira estrita, afinal as políticas externas adotadas por estes, geralmente, podem ferir tais princípios morais. Desta forma, os líderes nacionais e seus conselheiros devem realizar uma filtragem daqueles princípios morais que serão utilizados por sua política externa como armas ideológicas contra outros Estados Nacionais, assim como não devem levar em conta críticas exteriores por terem ferido a certos princípios morais como agravo para alterarem os objetivos pressupostos de sua política externa. Por outro lado, uma ação externa implementada pelos líderes nacionais motivada por princípios morais deve levar em conta as consequências políticas desta ação. Nesse caso, a prudência deve ser palavra-chave, afinal ela representa a virtude suprema na política (MORGENTHAU, 2003).

5. O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais nacionais com as leis morais que regem e governam o universo.

Segundo Morgenthau (2003), tal princípio destaca que todas as nações são tentadas a vestir suas próprias aspirações e ações particulares com a roupagem de fins morais universais, e poucas delas foram capazes de evitar a prática deste ato. O mesmo autor destaca ainda que se deve evitar equiparar as teses de predestinação divina com as da moralidade internacional, afinal, nestes casos, a ideia da predestinação de uma nação nada tem de moral, pois utiliza do argumento moral para praticar ações de cunho geralmente imperialista, ao proteger e promover os próprios interesses nacionais sobre outras nações.

Então, o que se deve ressaltar é que uma coisa é saber que as nações estão sujeitas a certos princípios morais na sua conduta internacional (respeito ao direito internacional humanitário, em caso de guerra, por exemplo), outra, bem diferente, é saber se as nações utilizam do recurso moral de suas práticas de política externa para benefícios e particularismos nacionais. Em outras palavras, não há fundamento válido para a aplicabilidade das leis morais universais, tendo em vista a existência, inevitável, de interesses políticos nacionais por traz destas leis.

6. O realismo político moderno sustenta a autonomia da esfera política sobre todas as outras esferas, raciocinando em termos de poder.

Este sexto e último princípio do realismo político moderno procura deixar claro que a esfera política subordina todas as outras esferas que compõem o poder (esfera econômica, moral, jurídica, militar e cultural), e é deste ponto de vista que o realismo político moderno se afasta das correntes teóricas que utilizam do enfoque “moralista-legal” quando aplicadas à descrição da política internacional (MORGENTHAU, 2003).

Sob este prisma, o realismo político encara o homem¹⁰, assim como as nações, como um ser multifacetado, que pensa sob os mais diversos ângulos, a saber: econômico, legal, religioso, moral, enfim, encara o homem como uma concepção pluralista de sentidos, mas que coloca a concepção política sobre todas as demais, afinal é sob esta última que todas as outras irão se amalgamar para configurar aquilo que se chama de *poder*. Desta forma, Hans Morgenthau (2003) procura deixar claro como a política internacional realmente se caracteriza, ou seja, como um conjunto de nações que utilizam de todos os recursos disponíveis para alcançarem um objetivo político pré-definido, a saber: o poder.

Ressaltamos ainda o fato de que as relações políticas preponderantes entre os Estados Nacionais perpassam, antes de tudo, pelas relações políticas entre as elites políticas que os comandam. Por esse motivo, as visões de mundo e as características que moldam tais visões de mundo destas elites, principalmente de seus líderes, são as fontes que fornecem hipóteses para se interpretar determinados eventos internacionais. Nesse sentido, há que se levar em conta que os sentimentos, as angústias, as aspirações e os interesses destas elites e seus líderes podem ser catalisados (ou não) para ações que levem os Estados Nacionais a assumirem determinadas posturas frente aos seus homólogos, na política internacional. Tais aspectos são importantes ferramentas que ajudam a interpretar a tônica de Vladimir Putin durante o longo período em

¹⁰ Pois esta corrente teórica deriva suas acepções principais da obra de Thomas Hobbes, principalmente no que tange à “natureza humana” proposta por este autor.

que ele vem liderando a correção de rumos da Rússia, conforme veremos no terceiro capítulo.

1.3 - A centralidade da luta pelo poder na política internacional: uma visão do “realismo político moderno”.

De acordo com as leis que regem o realismo político moderno, e do fato de que é do desejo dos líderes nacionais a busca pelo poder, Morgenthau (2003) indaga em sua obra se poderia alguém necessariamente desconfiar que, seriamente, a política internacional não consista naquilo que se chama de política de poder.

Segundo o autor, a política internacional não pode ser reduzida a instituições, sistemas e regras legais pois faz parte da política internacional a predominância do aspecto político sobre todos os demais aspectos que dela fazem parte (economia, cultura, militarismo, etc). Ademais, torna-se *mister* a necessidade do vislumbamento das forças que estão constantemente em interação, ou seja, é necessário saber as características, os interesses, o perfil e o “status” que as nações detêm em determinado período histórico, tendo em vista o dimensionamento e consequências de suas ações na política internacional. O autor destaca ainda que em qualquer situação ou período histórico, a política internacional apresenta situações contraditórias, pois sempre haverá uma nação (ou conjunto de nações) superior em poder sobre as demais e nações que procuram alterar o “status quo”, tendo em vista reequilibrar a coalisão de forças internacionais a seu favor. De forma geral, pode-se dizer que há tendências contraditórias entre elas, e que, mesmo que não haja uma guerra real, sempre pairará sobre as mentes de quem as comanda uma tendência a preocupações sobre uma ameaça em potencial, e essa ameaça sempre estará presente, ainda que minimamente, no planejamento das ações que tais líderes nacionais possam tomar. Desta forma, metaforicamente a Thomas Hobbes, em *Leviatã* (1997), pode-se inferir que a dinâmica das nações na política internacional é como a tendência do mal tempo, em que

como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário (HOBBS, 1997: 109).

Além disso, deve-se destacar que sejam quais forem os fins da política internacional, para o realismo político o poder é o elemento chave e o objetivo imediato. Se os povos e os líderes nacionais buscam como fim último a liberdade, a segurança, a prosperidade, um ideal religioso, uma ambição econômica ou uma filosofia de vida, para que estes ideais e objetivos se concretizem, estes povos tenderão a serem libertos de alguém, buscarão segurança em relação a alguém ou algo, prosperarão sobre alguém, colocarão sua religião acima de outras, serão economicamente mais ricos em relação a outro mais pobre e colocarão sua filosofia de vida acima de outras filosofias de vida. Com base nessa dialética, “sempre que [as nações e seus líderes] buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, elas estarão lutando por poder” (MORGENTHAU, 2003: 49).

A relação das nações com a política internacional, desta forma, apresenta uma qualidade dinâmica que se metamorfoseia quando das vicissitudes que o poder apresenta a elas¹¹, e tais vicissitudes podem colocar e tirar da ribalta as nações que lutam pelo poder (MORGENTHAU, 2003).

Analogamente à ideia hobbesiana de “estado de natureza”, a luta pelo poder, para o realismo político moderno, refere-se também ao controle, por parte de uma elite que governa o Estado Nacional mais poderoso na política internacional, das mentes e ações de outras elites, líderes e povos que controlam e formam outros Estados Nacionais. Ou seja, “o poder político consiste numa relação entre os que o exercem e aqueles sobre os quais ele é exercido” (MORGENTHAU, 2003: 51).

¹¹ As vicissitudes do poder podem ser consideradas como as conjunturas internacionais em que os Estados Nacionais estão inseridos. Tais conjunturas, sempre em constante mudança, podem apresentar-se mais favorável à expansão do poder de uma nação na política internacional, e vice-versa. Além disso, tais vicissitudes também podem ser consideradas estruturais quando uma mudança conjuntural se torna premente e intransponível a tal ponto que a nação que sofreu este abalo não consiga mais alterá-lo. Por exemplo, a guerra franco-prussiana de 1870 colocou a França fora da ribalta na disputa pela hegemonia da política internacional, assim como colocou a Alemanha como potência ascendente (Ver SARAIVA, 2008). Após a Primeira Guerra Mundial, a França retornaria ao concerto das grandes potências mundiais, colocando a Alemanha em condição de potência derrotada (Ver KEYNES, 2002; SARAIVA, 2008). Por fim, com a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética ascenderam como as superpotências mundiais, tendo a França, o Reino Unido e a China papéis de potências vencedoras secundárias, e a Alemanha, Itália e Japão o papel de potências derrotadas. Desta forma, tal fato empírico revela a validade da argumentação “realista” sobre as nuances que a luta pelo poder apresenta para as potências mais ativas na política internacional, ao longo do tempo (ver BERSTEIN & MILZA, 2007a; BERSTEIN & MILZA, 2007b; BERSTEIN & MILZA, 2007c; SARAIVA, 2008).

Ademais, sejam quais forem os objetivos de uma política externa, sejam eles a aquisição de matérias-primas na sua fonte, o controle de rotas de comércio, o controle do mercado consumidor de determinada área geográfica, enfim, qualquer tipo de objetivo que envolva o recurso da política externa para alcançá-lo, estes objetivos sempre necessitarão do recurso ao domínio das mentes, corações e ações dos indivíduos das nações estrangeiras, as quais serão os alvos diretos e indiretos para se chegar a tais objetivos, principalmente de suas elites políticas ou mesmo de seu líder máximo, mediante influência e projeção de poder sobre as mentes destes, principalmente quando tais influências aguçam as paixões, a glória, a vaidade e os sentimentos dos seus emaranhados corações e de suas egoístas mentes.

No entanto, há que se ressaltar que Morgenthau destaca que o poder político deve ser distinguido da forma bruta *per si*, pois a ameaça do recurso ao uso da força entre as nações é apenas mais um recurso da política, e a força armada como fator ameaçador ou de dissuasão, aliado a um aparato bélico, significa a *ratio* mais importante (ou a última *ratio*) de uma nação perante outras, pois, caso outros fatores como o da dissuasão cultural (para se atingir as mentes dos líderes nacionais estrangeiros), por exemplo, não sejam eficazes na busca pela dominação, o poder das armas garantirão, em última instância, a determinação da dominância da nação mais poderosa sobre as menos poderosas e, conseqüentemente, quem preponderar ditará as regras da política internacional a seu favor, obviamente.

Mas, o propósito da política de poder entre as nações não se resume a aspectos de dominação efetiva de territórios de uma nação inimiga, da destruição seus exércitos e da subjugação de suas populações diretamente a um poder coercitivo. Tal propósito, conforme destaca Morgenthau (2003), reside no fato da necessidade de se conseguir uma mudança de mentalidade dos líderes e dos povos destas nações consideradas hostis, tendo em vista fazê-las se curvarem à vontade da nação que está promovendo esta ação sobre ela.

De acordo com o parágrafo anterior e seguindo a lógica proposta por Morgenthau (2003), em praticamente todos os aspectos que envolvam questões internacionais de grande monta (economia, segurança, cultura, finanças, comércio e investimentos), deve-se distinguir: 1) políticas que a curto prazo,

grosso modo, parecem contrárias ao interesse nacional, mas que cuja finalidade no médio e longo prazos é a de controlar as políticas de outras nações, de; 2) políticas nacionais que fazem uso dos próprios recursos disponíveis para suprir as próprias necessidades e que não apresentam uma orientação política de expansão do poder nacional na esfera internacional. Quando as políticas do primeiro caso são colocadas em marcha, deve-se considerar que elas servem para aumentar o poder da nação que a implementa sobre outras nações sobre as quais são exercidas, e tais políticas devem ser sempre analisadas do ponto de vista do interesse político nacional, não de outros pontos de vista. Outro caso que o autor revela é quando uma política econômica é implementada por uma nação para expandir seu poderio econômico sobre outras nações, mesmo que, a curto prazo, tal ação não seja justificada em termos puramente econômicos, devendo-se analisar quais são os interesses políticos por traz desta medida¹².

Durante o período da guerra-fria, os Estados Unidos usaram desta arma econômica para fins políticos contra a União Soviética na Europa Central e Oriental pois,

quando os Estados Unidos [concediam] empréstimos ou assistência a países como a Polônia, que se [encontrava] sob a sombra do Exército Vermelho, o seu propósito primário não [era] econômico ou financeiro, mas sim o de capacitar tais países a conquistar um grau de menor submissão à influência e ao poder da União Soviética. Quando algum resgate de empréstimo feito a agências ou instituições financeiras americanas [eram concedidos] com a aprovação do governo dos Estados Unidos, tal não se [dava] somente por motivos humanitários ou de caridade. Na verdade, [fazia] parte da política norte-americana de manter abertas certas opções para o governo da Polônia, opções estas que [evitaram] a total dependência daquele país em relação à União Soviética. Tais ações no campo econômico [foram] baseadas em objetivos políticos [...] e o alvo da política econômica americana com relação à Polônia [consistia] em circunscrever a influência e o poder soviético na Europa Central e Oriental, ao mesmo tempo em que [buscava] aumentar a influência dos Estados Unidos naquela área (MORGENTHAU, 2003: 59-60).

Uma outra questão inerente à política de poder que as nações implementam é a não-renúncia ao direito natural de defenderem seus interesses da maneira como acreditam serem as mais adequadas. Morgenthau (2003) destaca que é inútil, além de passível de ameaça fatal, uma nação ou determinadas nações buscarem renunciar a tal direito natural enquanto ele

¹² O segundo exemplo não será objeto de análise, tendo em vista sua objetividade de compreensão.

permanece vivo em outras nações. Desta forma, se o desejo de poder de todas as nações e seus líderes não forem extirpados da face da terra de uma vez por todas, não haverá a paz entre as nações. Alinhando tal pressuposto às ideias de Thomas Hobbes, pode-se inferir que, *pari passu* à incapacidade da natureza humana de buscar se despir das paixões e desejos que a caracterizam, os líderes nacionais que comandam as nações devem aceitar tão somente que a competição entre as nações na busca pelo poder é constantemente renovada e permanentemente irrevogável, e que nunca devem renunciar ao seu direito de dominar internacionalmente, pois, caso contrário, acabariam sendo vítimas de outras nações politicamente mais engajadas nesta disputa. “Consequentemente, esse aumento do domínio sobre [as nações], sendo necessário para a preservação de cada [uma], deve ser por todas admitido” (HOBBS, 1997: 108).

Desta forma, a hipótese desta pesquisa para descrever a política internacional contemporânea segue os pressupostos do realismo político proposto por Hans Morgenthau, em “o poder, mesmo que limitado e qualificado, representa o valor que a política internacional reconhece como valor supremo” (MORGENTHAU, 2003: 82), cujo exemplo clássico é a dominação/subjugação direta e/ou indireta de uma nação sobre outra. Exemplo disso, basta olhar para o tabuleiro político do Oriente Médio.

1.4 – A política do *status quo* e a política do prestígio como armas de política externa.

De acordo com a teoria proposta por Hans Morgenthau (2003), a luta pelo poder entre os Estados Nacionais na política internacional apresenta-se sob algumas formas, sempre como fim último a conquista do poder. Deste modo, o autor ressalta a importância do fato de que na política internacional as nações mais ativas são aquelas que estão em permanente vigilância e em permanente tensão com outras nações, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, seja se preparando para a guerra, seja fazendo uso da violência organizada que assume a forma de guerra, seja se preparando para atacar, seja se recuperando de um ataque sofrido.

Ademais, seguindo as ideias do autor, toda a atividade de política externa de uma nação pode ser analisada sob três primas: o primeiro remete a uma atividade de política externa que visa manter o status quo, em determinado momento histórico; o segundo, a uma atividade de política externa visando expandir o poder nacional sobre a arena internacional, o imperialismo; e, o terceiro, a uma atividade política de demonstrar internacionalmente o poder nacional sob a forma de uma política de prestígio. Para fins deste trabalho, consideraremos apenas a política do *status quo* e a política do prestígio, tendo em vista a aplicabilidade delas para interpretarmos as ações de Putin no comando da Rússia, no terceiro capítulo..

1.4.1 – A política do status quo

A política do status quo que uma nação executa visa à manutenção do seu poder relativo no plano internacional, como já mencionado. Mas, por status quo entende-se que é aquela situação exemplificada pela expressão diplomática *status quo ante bellum*, que significa o estabelecimento de um determinado estado de coisas pela nação (ou nações) dominantes, em determinado espaço temporal e geográfico, e cuja finalidade seja mitigar qualquer tipo de ameaça, real ou potencial, a este estado de coisas (MORGENTHAU, 2003). Ademais, Morgenthau (2003) destaca que esta política se refere “à manutenção da distribuição do poder que existe em um momento particular da história [...], correspondendo ao fim de uma guerra [...] quando é efetivada a paz” (MORGENTHAU, 2003: 90). Exemplos clássicos desta política estão ainda hoje presentes na memória das nações e povos. Por exemplo, o condomínio de poder e a concertação que as nações vencedoras contra Napoleão Bonaparte impuseram à França e outras nações consideradas menos poderosas em 1815, no Congresso de Viena e na posterior Conferência de Paris do mesmo ano, expressa essa política de manutenção de uma hierarquia de poder relativo entre as nações ao final do período das guerras napoleônicas, e cuja tônica foi a manutenção de uma política condominial de poder entre as nações mais poderosas da época, a saber: Reino Unido, Rússia, Prússia e Áustria. A esse respeito, pode-se afirmar que uma política de status quo ao final de um período de continuação da política pelas armas é sempre efetivada por tratados

internacionais entre as nações vencedoras, e estes tratados nada mais são do que um instrumento que estas nações têm para assegurar, de forma legítima e sob a luz do princípio *pacta sunt servanda*¹³ (respeitando-se a cláusula *rebus sic stantibus*¹⁴), aquele status quo e ditar as regras internacionais a seu favor. Outro exemplo de uma política de status *quo* praticada pelas nações foram as tratativas entre os “aliados” ao final da Segunda Guerra Mundial, quando Washington e Moscou instituíram um novo *aggiornamento* na política internacional, dividindo esta em duas zonas de influência política direta. Mediante esta nova divisão da política internacional,

a consciência de um novo tempo nas relações internacionais marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial. Os poderes emergentes (Estados Unidos e a União Soviética) preparavam-se para sepultar a hegemonia [...] europeia e enquadrar as velhas potências (SARAIVA, 2008: 188).

As velhas potências europeias (Reino Unido, França e Alemanha), nessa nova divisão internacional alinhavada por Washington e Moscou, tiveram de pautar suas ações de política externa sempre levando em conta o processo político em que estavam situadas. Ou seja, levando em conta o concerto internacional da guerra-fria, as velhas potências europeias tiveram que agir sob certos limites, impostos pelas duas superpotências¹⁵.

Mas, por outro lado, pequenas mudanças internacionais podem ser realizadas pelas nações mediante relacionamentos pontuais, sem que haja

¹³ “Princípio [do direito] segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido, [e] de que deriva a obrigatoriedade dos tratados. [...] Afronta ao tratado coloca o Estado [que o desrespeita] em situação de ilicitude desde quando entre em vigor a lei com ele conflitante, e até que se revogue tal lei, ou até que produza efeito a denúncia do compromisso internacional pelo Estado faltoso” (REZEK, 2011: 27-168-318).

¹⁴ “Denúncia unilateral [de um tratado por parte de determinado Estado Nacional] na hipótese de modificação fundamental das circunstâncias que deram origem ao tratado [e que o torne inviável de ser cumprido], autorizando a outra [parte contratante] à rescisão” (CASELLA *et al*, 2012: 173/231).

¹⁵ “O colapso do eixo e o esgotamento da Europa deixaram face a face os Estados Unidos e a União Soviética, os dois grandes vencedores da guerra. Embora tenha dado uma importante contribuição para a vitória, a Inglaterra não passa de uma sombra de si mesma, e terá que transferir rapidamente suas responsabilidades internacionais para os Estados Unidos. Livre, mas debilitada, a França tem de empregar todas as suas forças vivas na reconstrução e na retomada do império” (BERSTEIN & MILZA, 2007b: 168). “A Alemanha, desaparece como Estado. Os aliados assumem a soberania do país e constituem quatro zonas de ocupação. Além disso, a antiga Prússia Oriental e os territórios a leste da Linha Óder-Neisse são anexados pela União Soviética e pela Polônia, o que provoca o êxodo de milhões de refugiados. O estatuto de país ocupado é confirmado, [...] que define [...] a “desmilitarização”, “desnazificação”, “descartelização”, limitação da produção industrial e entrega de fábricas e equipamentos a título de reparação. O país encontra-se numa situação de miséria e desmoralização total: é a “Alemanha ano zero” (BERSTEIN & MILZA, 2007b: 58).

prejuízo para o status quo vigente, como, por exemplo, conforme Morgenthau (2003), foi a compra do Alasca pelos Estados Unidos da América da Rússia em 1867. Tal compra não afetou o poder dos Estados Unidos frente a Rússia, pois o primeiro já era considerado uma nação de poder relativo considerável internacionalmente, e o grau de poder russo não era fortemente incrustado em uma região tão inóspita, naquele momento. No entanto, deve-se considerar uma política que ameasse o status quo internacional quando uma determinada nação, ou conjunto de nações, procuram subverter a coalisão de forças internacional a seu favor, procurando submeter a nação que é favorecida pelo concerto internacional a uma posição de poder menos relevante. Por exemplo, quando a Alemanha nazista iniciou sua campanha militar com vistas à conquista de alguns países da Europa Central, como a Áustria, por exemplo, em 1938, a Inglaterra e a França, nações estas que saíram vitoriosas da Primeira Guerra Mundial e que impuseram a seu favor o status quo internacional sobre a Europa, principalmente sobre a Alemanha, não recearam as ações iniciais da campanha nazista, acreditando que estas seriam pontuais e não afetariam o tabuleiro político europeu de forma significativa. Mas, em 1939, quando Hitler invadiu a Polônia juntamente com a União Soviética, e quando houve o casamento formal da política para o Leste Europeu entre Stálin e Hitler, no Pacto Molotov-Ribbentrop¹⁶, ingleses e franceses perceberam que a política do terceiro Reich tinha como objetivo a mudança da correlação de forças europeia, principalmente quando Hitler anunciava um pacto de não-agressão e divisão da Polônia com a União Soviética. Após este Pacto e a referida invasão da Polônia, ingleses e franceses declararam guerra aos alemães, tentando, dessa forma, manter o *status quo* a seu favor na Europa¹⁷.

Em suma, a partir das ideias de Morgenthau, pode-se dizer que, para que haja alguma mudança do status quo internacional, há sempre a necessidade de que as nações com menor poder relativo (ou mesmo com poder em ascensão)

¹⁶ Pacto entre a Alemanha Nacional-Socialista e a União Soviética assinado em 23 de agosto de 1939, válido por dez anos, com cláusulas secretas dentre as quais as que definiam os direitos da União Soviética sobre a Finlândia, os países bálticos e a Bessarábia, e os direitos da Alemanha sobre a Lituânia.

¹⁷ Para uma leitura interessante das relações entre as potências europeias pré-Segunda Guerra Mundial no contexto europeu, ver SARAIVA (2008), capítulos 4 e 5, e BERSTEIN & MILZA (2007a), quarta e quinta partes.

contestem as nações de maior poder relativo. Qualquer outro tipo de ação ou intenção política das nações com maior e/ou menor poder relativo que não vise a ruptura do “estado de coisas” internacional não deve ser encarada como uma ameaça ao status quo vigente.

1.4.2 – A política do prestígio

Conforme destaca Morgenthau (2003), a política do prestígio repousa no fato de uma nação (ou conjunto de nações) convencer outras nações sobre o poder que possui, que acredita possuir, ou mesmo que deseja possuir. Desta forma, esta política nada mais é do que a busca por prestígio como um fim em si mesmo, servindo de apoio à política externa. Ou seja, a política de prestígio é a reputação dos Estados Nacionais de disporem de poder, real ou virtualmente, e demonstrarem tal poder na política internacional, o que vai de encontro com a ideia de Hobbes (1997) de que a reputação do poder é poder.

Nesse sentido, as nações sempre levam em conta o quão significativo é uma ação de política externa (ou mesmo interna) que impacte, para melhor ou para pior, o seu poder e sua reputação. Por exemplo, com o desmoronamento das União Soviética em 1991, a reputação do poder que a Rússia pressupunha ter esfarelou-se tanto quanto as ações de um investidor de bolsa de valores em meio à crise de 1929. Mas, ainda assim, o poder da Rússia era ainda de tamanha grandeza que, com a subida de Vladimir Putin ao poder em 2000, o prestígio do poder do país voltou a ser levado em conta pelas principais chancelarias ao redor do mundo. Desta forma, pode-se inferir que o prestígio trazido pelo poder é algo sempre relativo.

A política de prestígio apresenta dois instrumentos para se concretizar, segundo Morgenthau (2003). O primeiro instrumento materializa-se nos cerimoniais diplomáticos, os quais consistem numa demonstração pública de poder e prestígio. Por exemplo, Napoleão Bonaparte, no ápice de seu poder, ao ser coroado rei da França pelo Papa, proporcionou algo inédito na história das relações internacionais até aquele momento, se autocoroando imperador perante a presença do Santo Padre, demonstrando a sua superioridade perante a Igreja Católica Apostólica Romana, a qual chancelava o reinado de reis e

rainhas no mundo europeu. Outro episódio de Napoleão Bonaparte, agora no ponto mais baixo de seu poder,

ocorreu em 1813, em Dresden, após a derrota [francesa] na Rússia, quando Napoleão já se sentia ameaçado por uma coalizão de toda a Europa, coalizão esta que muito breve lhe infligiria a desastrosa derrota de Leipzig. Durante uma entrevista que se prolongou por nove horas, Napoleão tentou dissuadir o chanceler austríaco, Metternich, a juntar-se à referida coalizão. O chanceler tratou Napoleão como um homem já condenado, enquanto que este se comportou como o senhor da Europa, que fora de fato durante quase uma década. Após um diálogo particularmente tempestuoso, Napoleão, como se estivesse querendo testar sua superioridade, deixou cair seu chapéu, esperando certamente que o porta-voz da coalizão o apanhasse. Quando Metternich fingiu nada ter notado, deve ter ficado claro para ambos [...] que acabara de ocorrer uma alteração decisiva na situação de prestígio e poder do vencedor das batalhas de Austerlitz e Wagram. Metternich resumiu a situação, no fim da discussão, quando disse a Napoleão que o considerava um homem perdido (MORGENTHAU, 2003: 150).

Os cerimoniais diplomáticos, conforme o nome já expressa, apresenta o grande infortúnio e também a glória por serem cerimoniais de Estado, em que a publicização dos atos praticados pelos agentes diplomáticos e de Estado envolvidos servem como termômetro para se detectar o estado da coalização de forças presente em determinado período histórico da política internacional. Exemplo disso foi a imagem do representante nipônico assinando a rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial a bordo do encouraçado USS Missouri¹⁸ Tal imagem é emblemática ao relacioná-la com o contexto internacional que estava emergindo.

O segundo instrumento da política de prestígio de uma nação consiste na exibição de seu poderio militar para o mundo. Segundo esse instrumento, a nação que demonstra ter um aparato militar suficientemente sofisticado e potente, capaz de levar a destruição para quem a desafie e fazendo com que haja a dissuasão de outras nações de recorrerem à guerra, conseguirá o almejado prestígio. Exemplo disso consiste nos desfiles realizados todos os anos pela Rússia, na Praça Vermelha de Moscou, em comemoração ao dia da vitória russa na Segunda Guerra Mundial. Cabe destacar que o referido desfile, no ano de 2015, foi o maior já realizado pela Rússia, justamente em um momento em

¹⁸ Ver anexo 1

que este país se vê numa situação em que busca demonstrar todo o seu poder e sua capacidade de ação militar na política interna e internacional¹⁹.

Deve-se salientar ainda que o recurso às armas é sempre algo mais fácil de se administrar quando as tensões entre as nações estão em alta. Afinal, deixar de disparar um tiro é mais fácil do que deixar de disparar uma metáfora frente a frente ao seu adversário numa mesa de negociação. Mas, há que se ressaltar que a força militar como recurso de uma política de prestígio pode servir ainda como base para uma política de status quo, conforme fez o Reino Unido entre as duas guerras mundiais, ou para uma política de imperialismo, conforme fez o Terceiro Reich alemão, no mesmo período. Nestes dois casos, a primeira nação

era uma potência satisfeita, [...] desejava manter sua supremacia naval, comercial e financeira, queria e conseguia bem administrar seu império e pretendia conter a Alemanha, porém regressou à sensata política de [*status quo*] (SARAIVA, 2008: 138),

e, a segunda, “significava um ardente nacionalismo, [...] uma nova concepção de relações internacionais que rejeitava a igualdade dos povos e a dos indivíduos, desprezava tratados, pretendia dominar e tinha um plano para tal fim (SARAIVA, 2008: 156-157). Não de outra forma, a força militar era condição *sine qua non* para que estas duas potências mundiais conseguissem respaldar os seus interesses objetivos e estratégicos na conjuntura política internacional as quais estavam inseridas.

Nesse sentido, Hans Morgenthau (2003) destaca que a política de prestígio é desempenhada para as políticas de status quo e de imperialismo como um estratagema no qual consiste uma análise da conjuntura política internacional, em determinado momento histórico, levando-se em conta as ações que os outros Estados Nacionais promovem entre si, de forma que a política de prestígio, assim como a política internacional, é sempre dinâmica e sujeitas às vicissitudes inerentes às ações nacionais.

¹⁹ A parada militar dedicada aos setenta anos da vitória da Rússia na Segunda Guerra Mundial foi o maior desfile militar russo já realizado. Desfilaram cerca de 16.500 militares, 200 veículos blindados de combate e 140 helicópteros e aviões de guerra. Além disso, para o analista político mais atento, o fato do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, estar sentado ao lado do presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, na primeira fila de autoridades, durante o referido desfile militar (Anexo 2), parece demonstrar em que estado se encontra as relações entre os dois países, atualmente. Para maiores detalhes do referido desfile militar, ver SPUTNIK NEWS (2015).

Por fim, a política de prestígio, além de estabelecer os cerimoniais diplomáticos e o exibicionismo militar como grandes instrumentos de ação, leva em conta também a ideia de que tais cerimoniais e exibicionismos projetam uma imagem de poder da nação que os executa nas mentes dos homens que veem este tipo de demonstração de poder. Desta forma, “demonstrar ao resto do mundo o poder efetivo que uma nação possui, sem revelá-lo demais ou de menos, é a missão que compete a uma política de prestígio criteriosamente concebida” (MORGENTHAU, 2003: 172).

1.5 – O conceito de nação e as características do poder nacional

1.5.1 – Nação, Estado Nacional e Nacionalismo

Para o realismo político, há vários elementos que definem o poder de uma nação, e o fim último da instrumentalização destes elementos é a maximização do poder nacional na política internacional. Além disso, a relação de dominação que se apresenta desde os primórdios da política internacional nas entranhas dos corações e das mentes dos homens que lideram as nações revela-se algo muito elucidativo no sentido de se tentar levantar como pode os homens conviverem, sob alguns aspectos, de forma minimamente social dentro de suas fronteiras, e se oporem a indivíduos e a organizações, no exterior. A chave para se abrir esta caixa de pandora consiste em uma palavra: Nação!

Como a luta entre os homens no interior das sociedades consiste, antes de mais nada, no controle dos corações e das mentes uns dos outros (antes de se partir para competição pela força bruta), quando uma sociedade adquire certo grau de homogeneidade de ideias e centralização do poder em torno de determinados homens (ou grupo de homens), a ponto de se consolidar uma estrutura burocrática que consiga amalgamar o conjunto de interesses destes homens que lideram esta estrutura burocrática, e que colocam seus interesses como os interesses dos outros homens, que não se encontram inseridos na vida cotidiana desta estrutura burocrática (e estes aceitando estes interesses como seus), é daí que surge o Estado Nacional²⁰.

²⁰ Por Estado Nacional, consideramos o conceito formulado pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o qual expõe que “os distintos regimes políticos, formas de governo, são apenas distintos sistemas de seleção dos representantes de uma comunidade para exercer as funções públicas e da forma de financiar o exercício dessas funções, que são legislar, executar e julgar.

Por conceito de Nação, levamos em conta neste trabalho as concepções formuladas por Samuel Pinheiro Guimarães e por Hans Morgenthau, sendo que o conceito formulado pelo primeiro sugere que

Nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro comum; e que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado (GUIMARÃES, 2008: 150).

Por outro lado, Morgenthau define Nação a partir de uma visão mais micro e individual, a qual consiste numa

quantidade de indivíduos que dispõem de certas características que os transformam em membros da mesma nação e, além de membros de uma nação, e de pensar, sentir e agir dentro dessa condição, o indivíduo pode ainda pertencer a uma igreja, classe econômica ou social, partido político ou a uma família, e pode, assim, pensar, agir e sentir como integrante de uma dessas categorias (MORGENTHAU, 2003: 200).

Cabe destacar que no interior destas sociedades nacionais há sempre regras de conduta e mecanismos sociais e institucionais que freiam, no mais das vezes, os impulsos individuais por poder. Dessa forma, estes mecanismos limitam os homens como se estivessem numa sociedade pós-pacto social, em que há uma força superior a eles que limitam tais aspirações desenfreadas de poder, a saber, o Estado. No entanto, seguindo a lógica proposta neste trabalho, adversamente a este ímpeto individual dos homens por busca de poder no plano nacional, as nações socialmente organizadas estimulam, incentivam e glorificam atos e identificações nacionais comuns que coloquem a nação acima de qualquer coisa, frente outras nações, no cenário internacional. Nesse sentido, Morgenthau (2003) destaca que as forças armadas e os símbolos nacionais são os instrumentos que amalgamam este sentimento, e Hobsbawm (1990) dá o

O conjunto de instituições que exercem essas funções de legislar, executar e julgar em nome do conjunto dos cidadãos de uma sociedade se chama Estado. Uma função essencial e preliminar do Estado é a organização de sua defesa em relação às pretensões territoriais de outros Estados e, assim, garantir a sua soberania sobre o seu território e a população que nele habita. O Estado, ainda que em suas formas primitivas e de alcance pouco abrangente, é, portanto, essencial para a convivência [...] dos diversos grupos de indivíduos que habitam um determinado território e para a defesa de seus interesses em confronto com outras comunidades organizadas sob a forma de Estado (GUIMARÃES, 2008: 6).

exemplo de como os esportes praticados por seleções nacionais são cabalmente um fenômeno de nacionalismo. Segundo este autor,

o que fez o esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas [...] foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação (HOBBSAWM, 1990: 171)²¹.

Além disso, o nacionalismo²² entre as nações na política internacional é algo tão explícito (e isto é algo que reforça a hipótese do realismo político de que a política internacional é algo como aquilo que Hobbes chama de “estado de natureza”, em que cada Estado Nacional busca atingir os seus interesses em detrimento dos interesses dos seus congêneres) que organizações internacionais de caráter universal como as Nações Unidas (e suas agências e instituições), que teoricamente seria criada com o propósito de

preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra [...] e a reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e mulheres, e das nações grandes e pequenas²³ (UN, 1945: 1),

²¹ Torna-se *mister* destacar aqui que Hobsbawn define como *a invenção das tradições*, afinal, para o autor, estas, muitas vezes, são inventadas pelas elites nacionais para justificar a existência do Estado Nacional e suas ações, estabelecendo uma coesão social em torno de si, através do resgate de ritos simbólicos do passado e o estabelecimento de instituições que legitimam a relação de autoridade nacional e a socialização de ideias, sistemas de valores e padrões comportamentais. Isto culminaria na “comunidade nacional”, com a bandeira, o hino e as armas nacionais sendo os símbolos do patriotismo, da lealdade e do dever nacionais (HOBBSAWN, 1984).

²² Por nacionalismo, entende-se nesta pesquisa a ideia formulada pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães de que “nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial. Nacionalismo é, também, o desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física seja jurídica” (GUIMARÃES, 2008: 145). Mas há também a definição da International Political Science Association que descreve o nacionalismo como “a strong attachment to the nation as a human collective. In the social sciences, however, it tends to be defined more strictly as the belief that the nation should form the basis for political order. At one time, it was common to define it as a movement in search of its own state or to extend the reach and power of an existing state. [...] Attention has also extended from nationalisms seeking to change the political order to nationalism as an everyday mechanism for sustaining the existing political order of the nation-state” (IPSA, 2011: 1657-58). Ver também: BILLIG (1995); GREENFELD (1992); MILLER (1995); SMITH (1987).

²³ “To save succeeding generations from the scourge of war [...] and to reaffirm faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and nations large and small” (UN, 1945: 2).

não cumpre o papel que fundamenta sua existência, afinal esta instituição se tornou presa do nacionalismo das nações que compõem permanentemente seu núcleo duro de deliberação (o Conselho de Segurança), as quais competem entre si, neste Conselho, conforme destaca Morgenthau (2003). Exemplo claro é o direito de veto que a Carta da ONU concede, ainda que de forma não explícita, aos seus membros permanentes, os quais podem vetar qualquer projeto de deliberação/resolução que fira seus interesses²⁴.

Expostas estas características que permeiam a vida dos homens dentro de determinada delimitação social, econômica e territorial, assim como a diferença entre a lógica do indivíduo no interior de sua nação e da sua nação com relação às suas congêneres no exterior, veremos quais são os elementos que conformam o poder nacional, em meio à política internacional.

1.5.2 – Elementos que conformam o poder nacional

Tendo em vista que a primeira parte desta pesquisa consiste em apresentar as linhas teóricas do realismo político moderno, passaremos agora a apresentar quais são os elementos fundamentais que conformam o poder de uma nação perante outras nações, na política internacional. Seleccionando os elementos que Morgenthau (2003) expõe em sua obra, intentaremos utilizá-los para descrever quais são os elementos nacionais russos instrumentalizados por Vladimir Putin com vistas a implementar seu projeto de “Grande Nação Russa”, e como ele os utiliza.

Tais elementos, segundo Morgenthau (2003), são: a geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, o grau de preparação militar, a população, a índole nacional, a moral nacional, a qualidade da diplomacia e a qualidade do governo.

- Geografia

Morgenthau (2003) destaca que a geografia é um fator estável de poder para a nação que apresenta grande dotação geográfica. O autor apresenta como exemplo a Rússia, que, por apresentar uma gigantesca área geográfica territorial, detém grande prestígio internacional, pois sua geografia a ajudou em duas guerras de suma importância, contra Napoleão e contra Hitler. Como

²⁴ Ver UNITED NATIONS (1945), capítulo V, artigo 27.

segundo exemplo, o autor destaca que a posição geográfica insular da Grã-Bretanha também é considerada de suma importância e sinônimo de prestígio internacional, pois, na condição de isolamento do continente europeu, os países que compõem a ilha puderam se safar também dos dois inimigos da Rússia citados.

Além disso, a condição geográfica é condição *sine qua non* para que as nações que a detenham consigam competir de forma satisfatória na política internacional contra as demais nações, afinal, com base na dotação geográfica, outros elementos como a defesa e a fuga em caso de guerras, os recursos naturais, o estabelecimento de populações em forma de vilarejos e cidades, não podem se realizar senão com base num estrato geográfico adequado.

- Recursos naturais

A dotação de recursos naturais que uma nação apresenta, se instrumentalizada, garante-lhe grande dotação de poder internacionalmente. Diz-se isso pois, segundo Morgenthau (2003), os recursos naturais conferem à nação assim dotada certo grau de autonomia internacional frente a outras que não apresentem esta dotação. Por exemplo, um país autossuficiente em alimentos pode muito bem alimentar a sua população e ainda exportar seu excedente, gerando lucros para os seus produtores e, em última instância, gerando um poder para a nação exportadora frente às nações que necessitam importar este tipo de produto. Num cenário mais perturbador (guerras), o país que exporta alimentos pode muito bem deixar de fazê-lo, asfixiando o país importador e que se apresenta como inimigo e, conseqüentemente, submetendo-o às intemperes da fome e da subjugação política.

Cabe destacar que as *commodities* apresentam-se, de um modo geral, como fonte de poder para as nações que as detém. Nações que apresentam grande participação na economia internacional neste segmento podem monopolizar a oferta de tais produtos, o que é sinal de poder, conforme foi o caso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) nas décadas de 1970-80.

Nesse sentido, *commodities* como urânio, petróleo, carvão e aço, dentre outras, vem-se tornando cada vez mais importantes desde a Revolução Industrial, principalmente durante o século XX, quando a produção bélica de armamentos atômicos (como armas atômicas, submarinos à propulsão nuclear, navios à propulsão nuclear e porta-aviões também à propulsão nuclear) tornou-se elemento-chave para o poder bélico de uma nação, além de que os combustíveis fósseis passaram a movimentar enormes quantidades de veículos e outros maquinários pesados. Exemplo do poder que as *commodities* conferem às nações detentoras (e coincidentemente ao objeto de estudo desta dissertação de mestrado) é a questão da Rússia sob o comando de Vladimir Putin, em que o líder russo instrumentaliza a dotação de recursos petrolíferos da Rússia para dissuadir as nações europeias, as quais são responsáveis pelo consumo de mais de 70% das exportações russas de petróleo²⁵, a declinarem de aspirações que culminem na limitação do poder russo na região europeia. Neste caso, o conflito entre russos e ucranianos no tocante ao fornecimento de petróleo do primeiro para o segundo é o exemplo mais claro deste tipo de poder que as *commodities* conferem ao país que as detém.

Atualmente, o petróleo aparece como a mais importante *commodity* internacional, afinal os países que o detém, sendo a Rússia o grande exemplo, têm em suas mãos o motor da economia mundial. Explicitando tal importância, Morgenthau destaca que, “caso não houvesse petróleo nos países do Oriente Médio, eles seriam nada mais do que simples pontos de areia chamados Estados” (MORGENTHAU, 2003: 227).

- Capacidade industrial

A capacidade industrial também é fonte de poder de uma nação na ótica do realismo político. Desta forma, a nação que apresenta em seu solo certa capacidade industrial instalada pode elevar seu poder tendo em vista o recurso desta capacidade industrial para fins militares e econômicos. Ademais, a tecnologia de armas de guerra, a qual constantemente é renovada, nunca é fabricada fora do país do qual as empresas que fabricam este tipo de armamento

²⁵ Até 2014, segundo a “United States Energy Information Administration” (USEIA), 2015.

se originam. Exemplo disso, apesar das empresas de outros setores que não os de fabricação bélica estadunidenses diversificarem sua produção em vários países em busca de ganhos no custo de produção, as indústrias que fornecem material militar para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos situam-se dentro do referido país, mesmo que os custos de produção sejam maiores. Outras empresas de tecnologia avançada (ou sensível) também se situam (seja no desenvolvimento inicial, seja na fabricação, seja na comercialização) no solo estadunidense, como as empresas de aviação, de componentes eletrônicos e de *software*, como a Boeing, a Microsoft, as empresas de TI. Em resumo, uma ampla gama de empresas que estão na vanguarda tecnológica, cujos avanços tecnológicos são aplicados industrialmente, se encontram no solo dos Estados Unidos. Por outro lado, aquelas indústrias estadunidenses que não apresentam elevado valor agregado na sua produção e comercialização, ou que não são estratégicas do ponto de vista do poder daquele país, como têxteis, eletrônicos menos avançados, artefatos de primeira utilidade, são deslocados para países cujos custos de fabricação são enormemente menores em relação se se estivessem sendo fabricados no país de origem. Exemplo disso são os produtos de empresas de materiais esportivos, como a NIKE, que desloca sua produção para Taiwan e outros países asiáticos, cujos produtos são importados para serem comercializados nos Estados Unidos, o que gera um enorme lucro para os proprietários e acionistas da referida empresa e não representa uma ameaça ao poder global do país do qual é originária²⁶.

Morgenthau (2003) destaca ainda que o desenvolvimento industrial de uma nação faz com que ela seja projetada com destaque na política internacional. Desta forma, qualquer alteração na posição industrial de uma ou mais nações frente a outras nações altera substancialmente a hierarquia do poder internacional. Exemplo disso, o autor destaca que

o drástico crescimento da importância da capacidade industrial de uma nação no processo de determinação de seu poder nacional acentuou a distinção entre países grandes e pequenos. O próprio termo *superpotência* já indica uma concentração inédita de poder nas mãos de umas poucas nações, [...] e o que distingue essa *superpotência* de todas as demais nações, além de sua capacidade de recorrer à guerra nuclear e poder recuperar-se de um ataque de natureza não nuclear é

²⁶ Sobre esse assunto, ver BELLUZZO (2009), CHESNAIS (1996), CHESNAIS (2005), FIORI (2007c) e TAVARES & BELLUZZO (2007d).

a sua virtual autossuficiência industrial e a sua capacidade tecnológica de se manter à frente de outras nações (MORGENTHAU, 2003: 236).

- Grau de preparação militar

Outro elemento decisivo que conforma o poder nacional é o grau de preparação militar. Tal elemento depende de muitos fatores, como as inovações tecnológicas originadas pela capacidade industrial, recursos para investimentos, o efetivo de armas e homens, veículos militares, aeronaves, navios de guerra, dentre vários fatores. Além disso, a liderança do efetivo militar através do respeito à pátria e aos símbolos nacionais constitui, de fato, um importante estimulante mental para os militares que se encontram a postos para o combate presente ou futuro. Além disso, a liderança militar em quantidade e qualidade é sempre necessária em tempos de guerra ou mesmo em tempos de paz, afinal, conforme diz Hobbes,

tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção (HOBBS, 1997: 109).

- A índole nacional

A índole nacional apresenta-se como outro elemento, segundo Morgenthau (2003), para a conformação do poder de uma nação. O autor utiliza os argumentos de Samuel Taylor Coleridge (1850) o qual descreve a índole nacional como

um espírito invisível que respira através do todo um povo, e do qual todos participam, embora não do mesmo modo. Um espírito que empresta uma cor e uma índole especial tanto às suas virtudes como aos seus vícios, de modo que as mesmas ações, embora possam estar expressas pelas mesmas palavras, ainda assim não são as mesmas em um espanhol como seriam em um francês. Tal fato eu o tenho por uma verdade inegável, sem cuja aceitação toda a história não passaria de um enigma. Mantenho igualmente que a diferença entre as nações, sua grandeza e pequenez relativa, tudo em suma que elas são ou fazem – não durante um período da história em particular, ou sob a influência acidental de um grande homem, [...] mas tudo em que perseveram, como uma nação, na continuidade de sucessivos indivíduos que se alternam – são o resultado desse espírito (COLERIDGE, 1850: 668-669).

Esse espírito que Coleridge declara haver sobre um perpassa as mentes e ações dos indivíduos que vivem sob a égide daquilo que se chama de Estado

Nacional, o qual tem a responsabilidade originária de exalar sobre toda a nação de indivíduos sob sua jurisdição tal índole, para que ela se perpetue. Por exemplo, na Rússia, tradicionalmente, há uma obediência exacerbada dos indivíduos com relação à autoridade do Estado, assim como um temor em relação ao estrangeiro, levando os cidadãos a aceitarem diversas atitudes do *establishment* russo em matéria de segurança.

Não de outra forma, a índole nacional impacta o poder nacional de uma nação quando todos os cidadãos agem ou deixam de agir em nome dela, trazendo consigo a marca das qualidades mentais e morais que integram a índole nacional. Esta influência pode acarretar uma crescente concentração de poder nacional em expansão ou retração. Exemplo de tal fato foi o apelo do governo dos Estados Unidos da América quando da entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, aquele governo exaltava a índole nacional como a índole do Destino Manifesto, em que o país estaria fadado a livrar o mundo do autoritarismo e da obscuridade de governos despóticos, e que o esforço de guerra individual de cada cidadão levaria ao engrandecimento do poder da nação frente aos inimigos alemão, japonês e italiano. O mesmo ocorreu com a União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, quando Stálin usou da propaganda política com vistas a unificar a população em torno do “comunismo de guerra”. Dentre as medidas para conseguir a adesão dos indivíduos, Stálin empregou fundamentalmente argumentos históricos que explicitavam a índole do povo russo/soviético como um povo que luta bravamente e unido, por séculos, contra incursões estrangeiras, além de ressaltar a superioridade do *homem soviético*²⁷ em relação aos cidadãos de outras nações. Vladimir Putin atualmente destaca a índole nacional como forma de despertar o nacionalismo e unir a população russa em torno de seu projeto de “Grande Nação Russa”, conforme veremos no terceiro capítulo.

- Contingente populacional

A população de uma nação também é elemento do poder nacional. Esta afirmação encontra arcabouço empírico ao destacarmos que as grandes

²⁷ Para uma definição do “homem soviético”, ver nota de rodapé número 46.

potências mundiais apresentam em comum um elevado contingente populacional em seus territórios. Exemplos disso são os Estados Unidos, com sua população na casa dos 321 milhões de habitantes, a Rússia com 143 milhões, o Reino Unido com 64 milhões, a França com os mesmos 64 milhões, sem falar da China com seus 1,3 bilhão de habitantes²⁸. Nos referimos a estes cinco países por eles serem os cinco membros-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e cujo poder é embebido por estas cinco nações. Além disso, a dinâmica da política internacional requer um efetivo populacional condizente com as aspirações que uma nação tenha. Por exemplo, para se travar uma guerra, há a necessidade de efetivos militares vultosos, apesar do avanço tecnológico ligado ao setor bélico. No âmbito econômico, para se estimular o crescimento da economia nacional, há a necessidade de um mercado interno de tal grandeza que consiga estimular os investimentos para suprir determinada demanda. Pelo lado cultural, destaca-se a necessidade de grande quantidade de indivíduos que compartilhem uma língua, por exemplo, para que haja a formação de uma identidade ou mesmo uma índole nacional.

Desta forma, o contingente populacional é condição *sine qua non* para que as nações possam almejar poder na política internacional, desde que este contingente populacional esteja voltado à conformação de uma comunidade nacional minimamente homogênea (culturalmente, socialmente e politicamente). No entanto, o efetivo populacional pode se tornar um problema nacional quando não houver recursos econômicos e/ou ambientais suficientes para satisfazer suas necessidades básicas. O caso mais emblemático deste problema é a Índia, potência regional asiática com densidade populacional da ordem de 1,3 bilhão de habitantes, mas cuja elevada taxa de mortalidade, por conta da falta de alimentos, ainda atormenta os dirigentes daquele país.

- Qualidade da diplomacia e qualidade do governo

Por fim, a qualidade da diplomacia e a qualidade do governo são outra dupla de elementos que compõem o poder nacional de forma decisiva na visão da corrente teórica que inspira o presente trabalho. Uma boa diplomacia

²⁸ Dados populacionais extraídos do relatório de 2015 da divisão de população das Nações Unidas. Ver: UNITED NATIONS (2015).

consegue conjugar os meios para se atingir os fins que um bom governo objetiva para a nação. Ou seja, um bom aparato diplomático consegue (ou deveria conseguir), por meio de uma atuação equilibrada entre os recursos disponíveis para a execução de uma política externa e as demandas que o governo lhe confere, maximizar o poder nacional na política internacional. Desta forma, a diplomacia de um país serve como catalisador dos recursos que uma nação dispõe (econômicos, militares, culturais, etc) para atingir os objetivos políticos internacionais que o governo da qual é representante determine.

Nesse sentido, o amalgamado de elementos que a diplomacia de uma nação tem a seu dispor para a execução de uma boa política externa constitui, segundo Morgenthau (2003: 277), “o que se pode chamar de o poder de uma nação”. E uma boa política externa, de acordo com o autor, consiste na busca da maximização do poder nacional na política internacional. Desta maneira, a diplomacia de um país que peca ao renunciar a determinados fatores que constituem o poder nacional, na execução de uma política externa que se vislumbra ativa, necessariamente é condenada ao fracasso. Por exemplo, conforme o caso que já aqui foi citado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas é composto por aqueles membros-permanentes que detêm sob seu controle o *hard power* da política internacional, ou seja, o poder de determinar (ou não) ações militares, embargos e sanções econômicas sob os auspícios legitimadores das Nações Unidas. Estes membros-permanentes determinam e ditam as regras da política internacional de forma que estas não firam seus interesses. Mas, o que interessa é que os membros-permanentes de tal Conselho em nenhum momento se recusam abrir mão da última *ratio* da política internacional, as armas nucleares. Entretanto, estas mesmas nações procuram, insistentemente, que outros países renunciem a seus programas nucleares, ou mesmo que os desenvolvam e que garantam expressamente via tratados e/ou via cartas magnas que nunca fabricarão artefatos nucleares para fins bélicos²⁹.

²⁹ Sobre este assunto, ver o Tratado de Não-Proliferação Nuclear-TNP (1968), o qual 1) classifica as potências com capacidade nuclear bélica como tal, determinando que se desarmem progressivamente; 2) classifica as nações que não detêm tal potencial e as proíbe de fabricar tais armamentos. Tal tratado, levando-se em conta o potencial estratégico de tais armas, leva a um congelamento do poder na política internacional, sempre em desfavor a quem não detém tais armas. O Brasil é um exemplo de país que renunciou à fabricação de tais armas, mas mantém seu programa de energia atômica para fins pacíficos, de forma compartilhada com a Argentina. Sobre o caso brasileiro nas questões internacionais da energia nuclear, ver COSTA (2006).

Desta forma, o bom serviço diplomático pode conferir a uma nação aquilo que nem mesmo uma conquista militar ou econômica pode conseguir, a sujeição de outras nações por via de acordos tácitos ou expressos.

A qualidade de um bom governo, por outro lado, ainda de acordo com Morgenthau (2003), deve levar em conta, para ser caracterizada como tal, dois pontos:

- Equilíbrio entre o uso de recursos tangíveis e intangíveis que constituem o poder nacional e a política externa a ser formulada e implementada;
- Apoio popular à política exterior a ser implementada.

O primeiro ponto remete ao fato de que a diplomacia deve implementar a política externa de seu país levando-se em conta os fatores que determinam o poder nacional, os quais já foram citados. Hans Morgenthau destaca ainda que “um bom governo deve selecionar os objetivos e métodos de sua política exterior, tendo em vista o poder disponível para apoiá-los com a maior probabilidade de sucesso” (MORGENTHAU, 2003: 281) nessa empreitada. Ou seja, os formuladores de política externa devem lançar mão de medidas que aglomerem os diversos fatores do poder nacional, para que o resultado, que é a busca da maximização do poder nacional na política internacional, seja alcançado com os menores custos possíveis, e com o maior retorno/ganho em termos de poder político.

O segundo ponto remete ao apoio popular à política exterior, “pois é indispensável que o governo obtenha a aprovação de seu próprio povo para as suas políticas interna e externa destinadas a mobilizar os elementos do poder nacional em favor dos mesmos” (MORGENTHAU, 2003: 284). Dessa forma, o líder nacional deve pensar em termos de poder nacional, o qual deve ser concebido como um poder frente a outros poderes no exterior, e adotar uma ênfase naquilo que se almeja, ainda que vagarosamente, e mesmo que, no curto prazo, haja perdas, mas que, no longo prazo, os resultados se consolidem de forma satisfatória. Ademais, o líder nacional deve lançar suas diretrizes de política externa sempre buscando conjugar os objetivos nacionais imediatos com

os ecos da opinião pública, mesmo que para isso o governo tenha que ter uma posição atuante nos meios de comunicação de massa, informando e lançando sobre a sociedade a ideia de que a política externa que está sendo adotada é do interesse da nação. Desta forma, o governo deve assumir uma posição de líder nacional, não ficando preso, restrito e escravo dos anseios de curto prazo da opinião pública (MORGENTHAU, 2003).

Enfim, o apoio popular constitui condição essencial da capacidade [...] de comando em matéria de política externa, [...] e a política externa em nossos dias está sendo exercida não somente com a ajuda das armas tradicionais da diplomacia, [da economia, da cultura] e do poder militar, mas também com a arma da propaganda” (MORGENTHAU, 2003: 289/292).

É necessário destacar que tal elemento apresenta-se como crucial para se tentar interpretar as ações de Vladimir Putin perante a população russa, afinal, conforme se verá no terceiro capítulo, ele tem procurado atender aos anseios da população por melhores condições de vida internamente, assim como tem enfrentado os desafios impostos pelo exterior ao país, o que tem gerado forte clamor e aprovação popular em torno de sua figura como líder nacional.

1.6 – Da *janela de oportunidade* de Waltz à *ocasião* de Maquiavel

Aparte as ideias apresentadas do realismo político de Hans Morgenthau, torna-se *mister* expor algumas pinceladas da ideia de *janela de oportunidade* de Kenneth Waltz e de *ocasião* da obra *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, tendo em vista que estas ideias servirão de base para engendrar a liderança de Putin como consequência de uma janela histórica de oportunidade que a história e a política russa apresentaram a ele no final dos anos 1990.

A ideia de janela de oportunidade apresentada por Kenneth Waltz³⁰ em “o homem o Estado e a guerra” (2004) destaca a importância do contexto político

³⁰ Kenneth Waltz é considerado o sucessor de Hans Morgenthau na teorização da política internacional sob o corte do realismo político. As principais obras do autor são *O homem, o Estado e a guerra* de 1959 e *Teoria das relações internacionais* de 1979. Nestas obras, Waltz foi muito influenciado pelo contexto internacional, assim como Morgenthau, pois procurava respostas para as causas da guerra entre as nações. Buscando elucidar tal questão, o autor chegaria à conclusão de que três níveis de análise seriam importantes para se compreender a dinâmica das nações na política internacional, assim como o fato da reafirmação do papel central do relacionamento dos Estados Nacionais no processo de transformação da política internacional, que desembocaria na estrutura internacional, a qual tinha nas duas superpotências

para que as nações e seus líderes nacionais possam tomar determinadas atitudes, com vista a satisfazer as necessidades nacionais. Nesse sentido, o autor destaca a importância das três imagens de análise a serem levadas em conta no processo decisório dos líderes nacionais. A primeira imagem destaca que as crises internacionais estão associadas à própria natureza humana; a segunda imagem relaciona as causas dos conflitos internacionais aos eventos intra-estados, ou seja, à política interna; a terceira imagem destaca a importância da imbricação das duas imagens anteriores à ideia de que as causas dos conflitos internacionais se calcam na existência de uma relação de anarquismo existente na política internacional, em que cada Estado nacional é soberano para determinar a política exterior que lhe é pertinente em dado momento histórico. Portanto, a *janela de oportunidade* apresenta-se para as nações como a interação dos contextos interno e externo de forma que estes possam resultar numa oportunidade para que a nação corrija seus rumos³¹, não obstante a ascensão e queda de lideranças nacionais que, geralmente, contestam e/ou reafirmam o *status quo* da política interna e internacional³².

Por outro lado, na obra de Nicolau Maquiavel³³ a *ocasião* seria um termo médio entre a *virtude* e a *fortuna*, uma visão ampliada do contexto e das capacidades do líder para executar determinada ação, com o senso de limite para se lançar sobre determinadas empreitadas. Diante da *ocasião*, o líder deve realizar um cálculo racional entre os determinantes de seu poder e os limites de sua ação possível, com a *virtude* e capacidade necessária para ter a flexibilidade suficiente diante das circunstâncias, mudando com elas para conseguir dominar a *fortuna*. Maquiavel compara a *fortuna*

da época seus pilares estabilizadores, que mitigariam as guerras no centro da estrutura política internacional e tornariam as relações internacionais mais estáveis. Ver GRIFFITHS (2015) e MEDEIROS *et al* (2011), capítulo 5.

³¹ Conforme foi a ascensão dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, como potência hegemônica do mundo capitalista-liberal-Occidental, deixando no passado a ideia do isolacionismo esplendido.

³² Os exemplos máximos são Adolf Hitler e Vladimir Putin, os quais ascenderam como líderes nacionais em seus respectivos países em meio a grave crise econômica, política e social internamente, não obstante o contexto de derrota internacional que a Alemanha pré-nazismo e a Rússia pós-soviética se encontravam.

³³ Lembrando que Maquiavel escreveu *O príncipe* no século XV, num período em que começava a despontar o período da renascença italiana e europeia, e que o autor buscava demonstrar ao príncipe italiano como este deveria proceder para unificar a Itália em torno de um poder central.

a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. E, se bem assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corressem por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso” (MAQUIAVEL, 1998: 69).

Além disso, o estadista ou político, ao não se garantir por conta própria, por conta da correlação de forças políticas na qual está submetido, deve contornar a própria sorte no sentido de utilizar-se da *ocasião* que a *fortuna* lhe oferece, tentando mitigar o imponderável (sorte) a algo realisticamente plausível (governabilidade), buscando dirimir as ameaças à sua posição de príncipe. Por outro lado, a *virtude* apresenta-se como a capacidade do príncipe em tornar a boa sorte do contexto a sua frente em realidade, transformando as circunstâncias do momento a seu favor para lograr o objetivo de manter o seu poder³⁴³⁵.

Com base na brevíssima exposição acerca de *janela de oportunidade* e *ocasião*, destacamos que elas se imbricam quando se analisa a ideia de contexto histórico e político. Para fins desta pesquisa, lançar mão desta ideia de Maquiavel é algo relevante para se tentar interpretar a subida de Vladimir Putin ao poder na Rússia, e como a *ocasião* abriu uma janela de oportunidade para que o líder russo ascendesse ao poder e implementasse uma nova agenda para a Rússia, visando corrigir os rumos do país em relação aos anos 1990.

Além disso, a inter-relação as ideias de Waltz e Maquiavel aqui citadas é condição *sine qua non* para que possamos intentar imbricar a liderança de Vladimir Putin às relações internacionais que a Rússia está inserida, assim como para que possamos relacionar os postulados e elementos teóricos que a teoria do realismo político oferece para descrever a Rússia sob o comando do líder russo.

1.7 – Considerações finais do capítulo

³⁴ “[...] a prudência [de um príncipe para ser estimado] está justamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom” (MAQUIAVEL, *apud* ARNAUT & BERNARDO, 2002: 101).

³⁵ Para um aprofundamento desta questão, ver NUNES (2008).

Mediante o exposto, o presente capítulo procurou explicitar, logo em seu início, a interligação entre a política internacional e os principais postulados da teoria do realismo político. Os seis princípios propostos por Hans Morgenthau (2003), os quais regem a dinâmica da política internacional segundo esta corrente teórica, foram apresentados de forma a demonstrar o grau de imperativos que tangenciam a formulação e a execução da política externa das nações mais ativas na política internacional (as grandes potências).

Na ótica do referido autor, os Estados Nacionais lutam pelo poder de diversas formas, sendo duas das três aqui expostas: 1) a política para manutenção ou desequilíbrio do *status quo*, e; 2) a política do prestígio, cujos cerimoniais diplomáticos (muitas vezes midiáticos) e demonstrações de poder *stricto sensu*, através de desfiles militares, são considerados os exemplos patentes.

Além disso, foram apresentados os conceitos de nação, Estado nacional e nacionalismo de forma a demonstrar seus efeitos sobre o poder nacional, assim como os impactos que podem gerar na política internacional, os quais serão importantes para descrever, no terceiro capítulo, a imbricação do nacionalismo russo com a ascensão e popularidade de Putin. Ademais, foram apresentados os elementos que conformam o poder nacional sob a ótica do realismo político moderno, assim como quão importantes são tais elementos conjugados para que o poder político de uma nação consiga se sustentar frente a outros polos de poder na política internacional. Segundo esta corrente teórica, a principal característica do poder nacional é a superioridade do aspecto político sobre todos os demais elementos de poder nacional. Se uma nação apresenta uma fragmentação de seu poder em apenas uma ou mais variáveis isoladas, o que tornaria o poder nacional relativamente forte em determinados vetores (econômico ou militar, por exemplo) e relativamente fraco em outros, esta seria pouco competitiva em relação a outras nações que apresentam equilíbrio entre os diversos elementos que conformam seu poder. Desta forma, uma nação que almeja sobrestar todas as demais na corrida pelo poder na política internacional deve, acima de tudo, ter uma política destinada a equilibrar tais elementos, tendo em vista a aproveitar as oportunidades que a conjuntura internacional possa lhe oferecer.

Além da exposição dos pontos teóricos mais significativos para esta pesquisa da teoria proposta por Morgenthau, a exposição das ideias de *janela de oportunidade* de Kenneth Waltz e *ocasião* de Maquiavel apresentam-se como arcabouços teóricos relevantes para se tentar desvendar o impacto da liderança de Vladimir Putin no comando da nação russa, assim como para pinçar algumas hipóteses sobre como o contexto interno e externo, à luz da história russa, influenciaram a emergência do líder russo no comando do país nos anos 2000.

Mediante estas considerações finais, no próximo capítulo discorreremos sobre a dinâmica da nação soviética e de seu Estado Nacional desde 1917, tendo como pano de fundo os pressupostos da corrente do realismo político, elencados, de forma geral, neste primeiro capítulo. Ademais, a exposição da dinâmica do Estado como grande guarda-chuva protetivo da sociedade soviética, à luz do passado pré-1917, será elemento fundamental para tal exposição, tendo em vista que na história russa tem como característica a emergência de lideranças que levassem o país rumo a um projeto de desenvolvimento nacional centralizador, e, quando isto não ocorreu, o país caiu no caos social, conforme foi nos anos 1990.

Capítulo 2 – Do auge soviético ao caos neoliberal: a Rússia entre 1917 e 1999

2.1 – Introdução ao capítulo.

O presente capítulo intenta uma exposição acerca do padrão de desenvolvimento russo entre o período revolucionário de 1917 (período soviético) e o final dos anos 1990 (período neoliberal), tendo como objetivo destacar o papel que o Estado nacional soviético/russo teve na vida da população daquele país, e quais as consequências políticas, econômicas e sociais que esta atuação estatal gerou.

Para se tentar desvendar a importância do Estado na vida da população, é necessário ter em mente que a história russa sempre apresentou tendência para revelar líderes nacionais, uns modernizantes e progressistas, construtores de um projeto nacional centralizado e forte (conforme foram Ivã IV, *O Terrível*, Pedro, *O Grande*, e Catarina II, *A Grande*), e outros conservadores e/ou reacionários, conforme foram nos tempos de Iaroslav, Nicolau I e Nicolau II³⁶.

Devemos evidenciar que os russos apresentam uma tendência em ser liderados internamente desde sua origem, a saber, desde o século IX, quando eslavos orientais residentes na região da atual Kiev propuseram a três irmãos *varegos* (Vikings escandinavos da época) para os governarem, tendo em vista uma onda de ataques sofridos oriundos de povos considerados bárbaros por tais eslavos. Nesse sentido, desde o século IX a Rússia apresentou um líder centralizador e autoritário, visando amalgamar seus povos em torno de sua autoridade e proteção.

Além disso, a religião cristã ortodoxa foi fator aglutinador dos povos que compunham a região que hoje é a Rússia, Ucrânia e a Bielo-Rússia, afinal, durante o período da dominação Mongol (1242-1480), as cidades-estados que compunham a Rus' Kievana³⁷ apresentavam enorme grau de descentralização

³⁶ Ver BUSHKOVITCH (2014).

³⁷ Conforme Segrillo (2015), Rus' é o termo que os eslavos orientais da época usavam para se caracterizarem como habitantes daquela região onde se constituem atualmente Rússia, Ucrânia

econômica, administrativa, religiosa e cultural, com a consequente homogeneidade cultural dos povos que compunham a Rus'³⁸, destarte a subordinação política direta a Sarai, capital do império mongol.

Tal importância teve esta aglutinação cultural que a fé cristã ortodoxa desempenhou na Rússia que, após a queda da dominação mongol (1480), os príncipes moscovitas surgiram como os novos líderes dos povos da Rus' Kievana e encontraram as cidades-estados de tal forma homogêneas culturalmente que conseguiram exercer sua influência sem necessitar de uma dominação militar direta, haja vista que o chefe da igreja ortodoxa (Metropolita) se transferiu para Moscou após a destruição de Kiev pelos mongóis, e uniu-se aos príncipes moscovitas na unificação da Rus' em torno daquele centro.

À luz da influência da religião cristã ortodoxa sobre a formação da sociedade russa³⁹, quando houve o fim da dominação mongol, a dinastia Romanov ascendeu ao trono de Moscou, iniciando uma série de sucessões imperiais, sendo Pedro, *O Grande*, o maior dos imperadores russos, segundo a historiografia russa, tendo em vista a modernização do Estado e da sociedade russa que Pedro empreendeu, aos moldes europeus da época. Além disso, a ascensão de Catarina II também expressou importante momento da história russa no mesmo sentido de Pedro, afinal a Czarina apresentou uma liderança forte o suficiente para liderar a Rússia em incursões externas, conforme foram as guerras contra o império polonês e o império Otomano⁴⁰.

e Bielo-Rússia. Após a conquista de Kiev, Rus' se tornaria Rus's de Kiev, comendo-se de uma confederação de cidades-estados governadas por uma Corte de nobres situada em Kiev. Ver anexo 3.

³⁸ Conforme Bushkovitch (2014), entretantes a consolidação política do país, “o clero e os monges da Rus' Kievana estavam muito ocupados com a cristianização do povo, [que] avançava lentamente” (BUSHKOVITH, 2014: 37).

³⁹ A adoção de uma religião oficial monoteísta foi fator agregador da desunida Rus' Kievana, sendo que Vladimir (972-1015) ordenou a destruição de todos os templos das religiões pagãs que dominavam o ideário das massas, ordenou a todos os nobres que se batizassem no Rio Dniepre e ordenou que toda a população fizesse o mesmo. Tal conversão outorgada da Rus' Kievana é importante para termos ideia do quão imbricada foi a relação entre a Igreja e o Estado na Rússia, a partir daquele momento e ao longo de sua história, pois “o cristianismo ortodoxo viria a determinar o caráter da cultura russa até o século XVIII” (BUSHKOVITH, 2014: 32).

⁴⁰ Catarina travou uma série de guerras contra a Polônia em 1763, tendo em vista a necessidade de colocar um rei polonês no trono da daquele país, cujas ações respeitassem os interesses russos. Com esta medida de intervir na Polônia, a Rússia ganharia um novo inimigo, o Império otomano, o qual tinha forte temor de que a Rússia partiria em sua direção para tomar cidades importantes da Europa e da Ásia, sob controle otomano. Nesse contexto, o império russo e o império otomano entraram em guerra durante o reinado de Catarina II, sendo que a Rússia

Cabe destacar que a política externa do país foi importante vitrine de ação dos czares ao longo de seus reinados, tendo praticamente todos os czares promovido incursões militares além-fronteiras, travando guerras de conquistas, conforme foram os casos da expansão para a Sibéria e para o Cáucaso. Mas, se as ações externas foram importante fator para a consolidação do poder czarista na Rússia, na questão da participação política a população ainda não tinha voz ativa, sendo as decisões do império tomadas a quatro paredes, até 1917. No âmbito social, somente em meados do século XIX, com Alexandre II (1861), houve avanços, com a abolição do estatuto da Servidão, o que é considerado a primeira iniciativa emancipatória e de afirmação dos direitos civis do país.

Entrementes, se por um lado o regime czarista consolidou, de fato, a Nação, o Estado Nacional e promoveu a conquista de um vasto território, a figura do Czar continuava incólume frente aos ziguezagues econômicos e sociais do país entre o final do século XIX e início do século XX⁴¹. Tal fato revela-se importante para se jogar luz sobre o papel que o Estado desempenhou na vida da sociedade daquele país desde os primórdios da Rus' kievana, pois o Estado, apesar das restrições civis-sociais, garantia um mínimo de proteção para os seus nacionais⁴². Dito de outra forma, a sociedade russa tradicionalmente contou com

venceria os otomanos e conquistaria a importante região da Criméia, o que concedeu aos russos importante acesso ao Mar Negro.

⁴¹ De acordo com Segrillo (2015) e Bushkovitch (2014), no final do século XIX o aspecto político tomou grande importância quando a sociedade russa começava a despertar para as possibilidades de autonomia política e a consecução de uma nova ordem política, econômica e social interna, tendo em vista as dificuldades do Estado russo em prover àquela sociedade as necessidades básicas de sobrevivência, como um mínimo de alimentos e energia. Quando isto ocorreu, o regime czarista se levantou contra ela, tentando imprimir uma repressão que já não mais surtiria os efeitos do passado. Desta forma, o regime czarista, controlador do Estado russo, ao se colocar contra os anseios do povo russo no final do século XIX e início do século XX, nada mais fez do que levar aquela sociedade ao extremo, não deixando outra alternativa senão aquela que o povo russo, liderado pelos bolcheviques, executou, a saber, a destituição forçada da monarquia.

⁴² Por exemplo, ao contrário da abolição da escravidão no Brasil, que deixou ao relento os recém libertos, na Rússia os servos emancipados puderam ter a chance real de reorganizar sua condição econômica na sociedade através da possibilidade de comprar algum pedaço de terra. As condições para os servos adquirirem terras foram dispare, mas o Estado russo garantiu que eles pudessem realizar tal ato. Segrillo (2015) aponta que o processo para que os servos emancipados pudessem adquirir terras seria composto por um período de dois anos em que o ex-servo continuaria trabalhando como antes, enquanto as terras do nobre-proprietário seriam inventariadas. Após este período, “viria um período ainda de obrigação temporária em que as duas partes entrariam em acordo sobre como a terra seria distribuída e paga. Os donos tinham direito de reter um terço de suas terras para si, às vezes até mais do que isso. Finalmente, os camponeses deveriam começar a pagar pelas terras que receberam em financiamentos de 49

a figura de um líder nacional que a guiou por séculos, ora em momentos modernizantes ora em momentos conservadores, e o Estado e sua burocracia foram fundamentais para o enlace histórico-social do país, cujo desfecho resultou na revolução de outubro de 1917, quando a figura do Czar já não era mais considerada central para o desenvolvimento nacional na visão da massa da população trabalhadora urbana e camponesa, e também para a classe intelectual do país, as quais buscavam uma nova forma de se organizar como sociedade visando libertar-se do autoritário Estado czarista e implantar um regime que garantisse a melhoria das condições cívicas e materiais daquela sociedade, a saber, um Estado que proporcionasse proteção e bem estar social (SAKWA, s/d).

Por fim, é condição *sine qua non* para se compreender o significado da revolução de outubro de 1917 este papel “protetivo” que o Estado tradicionalmente desempenhou na vida da população russa *pari passu* a importância que a figura do líder tem para aquela sociedade, afinal, desde os primórdios da Rus’ Kievana, a figura do líder é algo notório no imaginário social russo, e o Estado soviético, através de uma relação entre “estado de bem-estar social” e autoritarismo, com a ascensão de líderes nacionais autoritários como Stálin, Khrushchov e Brejnev, que garantiam o estado de coisas no interior da sociedade soviética, representa o ponto mais alto desta relação entre liderança, Estado e sociedade nacionais (SAKWA, 1987). Além disso, ao mesmo tempo que a historiografia recente destaca o papel do Estado soviético e suas lideranças temporais como um período de apogeu daquela sociedade (SEWERYN, 1982), os anos 1990 são representados pelo caos, pela desordem e pela fratura econômico-social, cuja figura máxima de Boris Yeltsin refuta todos os tradicionais valores nacionais russos de equidade (interna entre a população), liderança (no comando do fortalecimento do Estado russo com vistas à defesa dos interesses nacionais e promoção de condições sócio-materiais de subsistência da sociedade) (KATHLEEN, 2002), e ativismo externo (tendo em

anos, [em que] o governo imperial adiantava, à vista, aos donos da terra, três quartos do preço total acordado pela terra em forma de títulos governamentais - e recebia essas parcelas dos pagamentos dos camponeses” (SEGRILLO, 2015: 149). Desta forma, com subsídios do Tesouro russo, o Czar (Alexandre II) conseguiu promover a extinção da servidão na Rússia, fazendo com que os servos recém emancipados tivessem condições materiais de começarem suas vidas e, ao mesmo tempo, garantiu que os nobres mantivessem grande dotação de poder e status.

vista a postura caudatária da Rússia neoliberal frente aos Estados Unidos, a OTAN e a União Europeia)⁴³. Com base nesta breve introdução, adentrar-se-á nos dois períodos a serem expostos e analisados neste capítulo, o período soviético (1917-1991) e o período neoliberal (1991-1999).

2.2 – O período soviético

2.2.1 - Lênin, a guerra civil e a NEP

O período soviético se inicia em 1917, com a subida dos bolcheviques ao comando do Estado russo. Conforme destaca Arantes Jr (2015), neste período a Rússia começaria a galgar grandes avanços no desenvolvimento econômico, se tornando a segunda maior economia em apenas vinte anos após a revolução, com enorme proteção social para os cidadãos, e se tornaria uma grande potência política e militar internacionalmente. Quando Lênin e seus *camaradas* assumiram o comando do Estado russo, três medidas foram implementadas de maneira imediata. A primeira consistia em criar um Conselho de Comissários do Povo, com Lênin a frente como presidente, Trotsky como Comissário dos Assuntos Estrangeiros e Stálin como Comissário das Nacionalidades (espécie de ministro do interior). Tal conselho se tornou importante tendo em vista a segunda medida implementada, que consistia na retirada do país da Primeira Guerra Mundial (vontade de Lênin e Trotsky) e a terceira medida, com a criação de uma lei de terras, executada por Stálin, cuja finalidade seria redistribuir as terras nacionalizadas para uso dos camponeses (FITZPATRICK, 2001).

No entanto, com a subida dos bolcheviques ao poder em 1917, os mencheviques, juntamente com os ex-generais czaristas e os ex-nobres, fizeram forte oposição armada ao governo revolucionário, dando início à guerra civil na Rússia, a qual ocorreu entre 1918 e 1921.

Tal guerra civil foi travada entre o governo revolucionário (exército vermelho), que contava com o apoio da grande massa de trabalhadores urbanos e dos camponeses, e os *Branco*s, que era composto pelos restauradores da monarquia, ex-generais czaristas, ex-nobres e, também, por algumas forças

⁴³ Ver STONER-WEISS & MCFAUL (2009); ZUBELZÚ (2007);

estrangeiras. O resultado da guerra foi favorável aos vermelhos, mas não foi de forma fácil. Conforme destaca Segrillo (2015), caso as massas de trabalhadores rurais e camponeses não tivessem aderido ao movimento do exército vermelho, talvez a revolução não tivesse futuro na Rússia, e somente com o final da guerra civil a Rússia soviética começaria a ser reconstruída, conforme foi.

A reconstrução do país após a guerra civil foi marcada por programas de segurança alimentar e social. Por exemplo, para evitar a fome e o desemprego, o governo soviético provinha sopões emergenciais e frentes de trabalho. Tais frentes de trabalho eram o que compunha o *sistema produtivo de comunismo de guerra*, ou seja, era um sistema para se tentar reconstruir o país a partir da reconstrução da produção rural, também como da infraestrutura do país, a qual foi dizimada com a Primeira Guerra Mundial e com a guerra civil.

Entrementes, neste período, Lênin propôs a NEP (*New Economic Policy*, em inglês, ou Nova Política Econômica), visando a reconstrução definitiva do país. Como o *Estado proletário* estava em frangalhos por conta dos antecedentes de guerra, Lênin propôs um recuo estratégico na condução da economia, pois somente assim a revolução conseguiria fazer frente aos problemas materiais imediatos do país (SCHLACKS, 2011). Desta forma, a NEP visava

um recuo temporário a elementos de economia de mercado em pequena escala para reconstruir o país, e a ideia seria manter o que [Lênin] chamava de *as grandes alturas* da economia (isto é, os bancos e as grandes indústrias de base) nas mãos do governo, mas liberar a pequena economia (pequenas empresas e propriedades camponesas) para a iniciativa privada (SEGRILLO, 2015: 185).

Cabe destacar que a NEP foi um tremendo sucesso e

representou um novo mundo para os russos após o inferno da guerra civil. [...] Liberados para produzir em paz para o mercado com a terra própria para usar e sem senhores de terra a lhes explorar, os camponeses, em agricultura familiar, recuperaram rapidamente os níveis de produção anteriores. Um ambiente de feira tomou conta não apenas do campo como também de parte do comércio varejista das cidades, pois, além das lojas oficiais com preços tabelados, os mercados livres vendiam produtos com mais fartura (mas também com preços maiores). Pequenas empresas familiares ou com emprego de mão de obra assalariada dentro de um limite controlado também foram permitidas. Ao lado dos investimentos governamentais, um exército de milhões de braços privados atuando por fora do Estado (apesar de controlados por este) se lançou na obra de reconstrução do país. Por volta de 1925, a NEP tinha recuperado os níveis produtivos de 1913. A taxa média de crescimento anual da economia entre 1921 e 1928

esteve em assombrosos 18% ao ano. Um sucesso! (SEGRILLO, 2015: 186-187).

Mas, se pelo lado econômico a NEP foi um tremendo sucesso, pelo lado político o partido bolchevique implantou um endurecimento da repressão contra os agrupamentos internos tanto na população em geral quanto nos próprios membros dos soviets. Por exemplo, os agrupamentos contrários a Lênin foram abolidos do país, sendo exilados ou mesmo executados. Já no campo social, conforme destaca Berstein & Milza (2007a), a NEP proporcionou um período de liberalização dos costumes, demandada pela população. Exemplo disso, pelo lado civil, houve a emancipação das mulheres, a liberalização da vida das famílias, direito de divórcio, igualdade perante a lei para crianças nascidas fora do casamento, aborto gratuito, licença remunerada durante a maternidade e a constituição de um código trabalhista em 1922 que garantia, acima de tudo, proteção às mulheres. Pelo lado cultural, a produção das artes era livre no sentido de liberdade à criatividade dos artistas, com a observância da função social das obras, e o cinema soviético passou a despontar como grande instrumento para a glorificação do poder soviético e da ideologia da revolução (LENIN, 2008). Na religião, houve certa perseguição, mas o cristianismo ortodoxo nunca sumiu completamente do imaginário das massas russas, afinal foi a religião ortodoxa que garantiu, na história do país, um mínimo de homogeneidade cultural na Rússia (BOER, 2013).

No entanto, apesar do sucesso na primeira parte da década, já no final da década de 1920 a NEP começava a entrar em estagnação, pois conseguiu dinamizar apenas as indústrias leves e a agricultura da Rússia, e, com a subida de Stálin ao poder na segunda metade da referida década (após a morte de Lênin), este já demonstrava, perante o Conselho Supremo Soviético, de que o país precisava de indústrias pesadas (seja para dar condições materiais de vida para a população, seja para se precaver contra possíveis invasões de países capitalistas), e somente o Estado poderia realizá-las. O resultado desta afirmação de Stálin foi a adoção dos planos quinquenais em 1928. Essa iniciativa teve um enorme impacto na vida dos soviéticos, pois o Estado, agora, passava a ser ainda mais onipresente na vida da sociedade.

2.2.2 - Stalin, o endurecimento do regime e a industrialização

Com a morte de Lênin, o comando da URSS foi disputado, primordialmente, por Stálin e Trotsky, sendo que este último era o preferido por Lênin para sucedê-lo. No entanto, pela posição que ocupava no Estado soviético (Conselheiro para as Nacionalidades – espécie de Ministro do Interior) e no Partido Comunista da União Soviética⁴⁴ (Secretário Geral - cargo que comandava, administrativamente, a distribuição de cargos dos partidários do PCUS), Stálin saiu na dianteira de Trotsky, eliminando-o da disputa interna do partido, assim como eliminando qualquer tentativa de oposição perante a sua figura de novo comandante-em-chefe da União Soviética.

A concepção de país que Stálin (mas também Lênin) tinha em mente pressupunha modernização econômica aliada à industrialização, assim como a centralização do poder político junto à repressão social a qualquer tipo de oposição à sua figura (SEGRILLO, 2015). No entanto, através de uma revolução cultural ostensiva, o líder soviético implantou medidas para glorificar a Revolução, assim como para glorificar o novo *homem soviético* que nasceria após as medidas que seriam implementadas em seu governo.

No que tange ao aspecto político, a centralização do regime fez com que Stalin tivesse o comando de todo o país em suas mãos, não obstante o culto à sua personalidade. Desta forma, a repressão política tomou conta do país na década de 1930, conforme lembra (SEGRILLO, 2015). Além disso, Berstein & Milza (2007a) destacam que

houve o fortalecimento dos meios de repressão, em que a família do acusado [era] declarada igualmente responsável [pelos delitos do membro familiar], e a polícia secreta, ligada à [...] Stálin, passou a ter o poder de condenar qualquer pessoa considerada *socialmente perigosa* (BERSTEIN & MILZA, 2007a: 379),

o que gerou a morte de quase dois milhões de pessoas.

Berstein & Milza (2007a) revelam ainda que este período é caracterizado por uma ditadura sem limites, em que Stálin submete, inclusive, os membros do PCUS a sucessivos *expurgos*, “cujo objetivo é eliminar todos aqueles que

⁴⁴ A partir de agora PCUS.

puderam ou poderão criticar sua política e que possam constituir uma [ameaça]” (BERSTEIN & MILZA, 2007a: 379).

Arantes Jr (2015), por outro lado, destaca que o período stalinista foi marcado por um aumento brutal do aparelho burocrático soviético, o qual era comandado pelos fieis ajudantes de Stalin, minando qualquer possibilidade de rebelião interna dos burocratas, e que a burocracia se colocava acima dos trabalhadores proletariados, apresentando-se como a única tábua de salvação para evitar o retorno ao capitalismo. Ademais, conforme o mesmo autor, o regime estalinista era um regime de caráter autoritário, o que explica a facilidade com que foram realizados o abandono da NEP e as medidas de industrialização.

Por outro lado, o sistema jurídico-legal no período de Stálin era totalmente subordinado a ele, pois, para perseguir os dissidentes à esquerda, os liberais e aqueles que poderiam, de alguma forma, apresentar ameaça ao líder soviético, os processos eram forjados de forma arbitrária; a polícia política tramitava as questões judiciais; as provas eram fabricadas para incriminar os acusados, e; as confissões eram tão abjetas quanto absurdas, arrancadas sob tortura e ameaça aos familiares dos acusados (ARANTES JR, 2015; BOOBYER, 2012).

No campo econômico, Stálin começava a perceber que a NEP já não dava mais os resultados almejados (tendo em vista que a agricultura não mais fornecia os recursos necessários para alavancar o desenvolvimento industrial) e que a industrialização era condição *sine qua non* para que o país pudesse avançar rumo ao pleno desenvolvimento de suas capacidades econômicas, o que resultou nos planos quinquenais (BERSTEIN & MILZA, 2007a).

O primeiro plano quinquenal (1928-33), amalgamou esta visão industrializante de Stálin, em que foram implementadas medidas como: a eliminação completa do setor privado, o desenvolvimento da produção econômica de base (máquinas, ferramentas e equipamentos sofisticados foram importados para implantar a indústria pesada) e a coletivização forçada do campo (com multas e deportações usadas como ferramenta do regime para tal objetivo). O resultado deste primeiro plano quinquenal foi extremamente satisfatório para o regime, com a participação da indústria na produção nacional saltando de 42% em 1928 para 70% em 1933, segundo Berstein & Milza (2007a).

Já no segundo plano quinquenal (1933-1937), tendo em vista que os setores de infraestrutura e da agricultura não estavam acompanhando a modernização dos outros setores, Stálin propõe a liberação de créditos para a modernização da infraestrutura do país (através da construção de portos, aeroportos, estradas de rolagem, estradas de ferro, dentre outros empreendimentos) e para a expansão do setor agrícola (tendo em vista aumentar a capacidade de alimentos da economia soviética, tendo em vista o crescimento da demanda, por conta do aumento populacional). Além disso, este segundo plano quinquenal propunha melhorar a qualidade dos produtos oriundos das fábricas, tendo em vista que tanto a NEP quanto o primeiro plano quinquenal preteriam a quantidade em detrimento da qualidade dos produtos resultantes dos processos de produção. Desta forma, para suprir esta melhoria de qualidade, houve a ênfase no desenvolvimento da indústria de transformação e de bens de consumo, o oposto do primeiro plano quinquenal, pois Stálin acreditava que o país já havia conseguido internalizar a industrialização pesada no país, sendo necessário, apenas, melhorar a qualidade dos produtos entregues à população.

Adicionalmente, este segundo plano quinquenal foi precedido pelo terceiro plano quinquenal (1937-41), o qual propunha outras duas metas que eram muito ambiciosas. A primeira era fazer com que a URSS ultrapassasse as principais potências capitalistas quanto à produção de bens por habitantes e, a segunda, era aumentar a produção de produtos bélicos em cerca de 300% ao ano, tendo em vista os ventos de guerra que pairavam sobre a Europa, por conta de Hitler.

Mas, o que é mais importante sobre estes três planos quinquenais é que, com o Estado a frente, a industrialização do país era de um entusiasmo genuíno e orgulho nacional, pelas realizações que fizeram parte da consciência coletiva de uma porção significativa das massas urbanas. A tarefa de construir um país industrializado e de bases não capitalistas empolgou vários setores e, isso tudo, conjugado à revolução cultural dos anos 1930, dava uma base real aos clamores de que a URSS estava emergindo como grande potência mundial.

A política exterior soviética comandada por Stálin tomou grande vulto na década de 1930, quando o líder soviético assinou vários acordos internacionais

visando proteger seu país, principalmente de uma invasão da Alemanha Nazista. Para tal objetivo, Stálin assinou o tratado Ribbentrop-Molotov (acordo de não agressão) com a Alemanha Nazista em 1939, e, após a invasão alemã em desacordo a tal tratado, Stálin assinou o tratado anglo-soviético com o Reino Unido em 1942, posteriormente assinando tratados com os Estados Unidos que resultariam na Carta do Atlântico, nas conferências de Moscou (1943), Cairo (1943), Teerã (1943), Ialta (1945) e Potsdam (1945). Com estes acordos, segundo Arantes Jr (2015), Stálin procurava manter uma relação, acima de tudo, de parceria com as potências liberais do Ocidente, tendo em vista que elas, segundo a visão do líder soviético, eram menos ameaçadoras para a URSS do que a Alemanha Nazista. Por outro lado, Stálin procurava abafar o ímpeto autônomo dos partidos comunistas no exterior (como o chinês, por exemplo), tendo em vista a força-los a abandonar o ímpeto revolucionário e se subordinarem ao domínio da ideologia comunista baseada em Moscou. Nesse sentido, a revolução chinesa estouraria com tanta agressividade anos mais tarde muito porque Stálin tentou subordinar o Partido Comunista Chinês ao Kuomintang de Chiang KaiShek (sendo este influenciado pela URSS), o que levou Mao Tsé-Tung a criar a sua doutrina Maoísta em detrimento da doutrina de Moscou, cuja consequência foi o *cisma sino-soviético* na guerra-fria (BERSTEIN & MILZA, 2007a).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o exército vermelho suportou todas as investidas de Hitler e, com a vitória na batalha de Kursk⁴⁵, Stálin virou o jogo na guerra e conseguiu chegar até Berlim. Cabe destacar que, na batalha contra as forças nazistas, Stálin conseguiu amalgamar todas as forças possíveis do país, desde elementos que se consideravam apartidários, até os membros da igreja ortodoxa russa. Nesse sentido, o povo russo, num sacrifício gigantesco, conseguiu segurar a máquina de guerra nazista, e também foi fator preponderante para a derrota alemã (SEGRILLO, 2015), pois as forças nazistas destacadas para enfrentar o exército vermelho representavam cerca de 4/5 das forças armadas nazistas.

⁴⁵ Ocorrida em julho de 1943, esta foi a maior batalha de tanques que, até hoje, a história já registrou. Tal batalha foi tão importante que a ofensiva nazista em solo soviético acabou após a derrota nesta batalha e, conseqüentemente, iniciou-se o avanço do exército vermelho sobre o exterior às fronteiras russas.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, segundo Arantes Jr (2015) e Boobbyer (2012), Stálin procurou manter a ordem no Leste Europeu conforme era ao final daquela guerra, mas, por conta da mudança de postura dos países ocidentais (Estados Unidos e Reino Unido), Stálin determinou a implantação de regimes análogos ao de Moscou nos países conquistados naquela região, colocando seus aliados políticos em posições centrais nos novos governos constituídos nesta nova periferia soviética. Desta forma, com o prelúdio da guerra-fria se avistando, Stálin montaria uma estrutura política e militar visando repelir qualquer tentativa dos países ocidentais de invadir a URSS.

No plano interno, o Estado soviético se recuperou rapidamente da devastação ocorrida pela guerra e, em 1950, a economia russa já era a segunda maior do mundo. Isto foi conseguido, segundo Segrillo (2015), pelo fato de que os inimigos do Estado eram confinados e forçados a trabalhar em condições precárias (Gulags), ajudando na recuperação econômica do país.

No âmbito dos direitos civis e sociais, Berstein & Milza (2007a) destaca que Stálin apresentou importantes retrocessos (como a proibição do aborto e o aumento da dificuldade de se divorciar), mas também importantes avanços, dentre os quais: ensino gratuito, abolição de heranças, impostos progressivos, aluguéis subsidiados, alimentação subsidiada, subordinação da agricultura do país às necessidades de alimentação da população, abono salarial e serviços sociais ampliados (como a licença maternidade). Por outro lado, a contrapartida dessas benesses do Estado era que a sociedade deveria estar a serviço do plano de sociedade imposto pelo Estado soviético, no papel que lhes era atribuído na economia.

Na cultura⁴⁶, Stálin chamou a *Intelligentsia* do país para exprimir os objetivos políticos e sociais do regime. A literatura, por exemplo, era censurada e as obras eram feitas nos gabinetes do PCUS (GUNTHER, 1990). Na pintura e escultura, Berstein & Milza (2007a) destacam que havia a condenação de

⁴⁶ “A revolução cultural se referia ao imenso esforço de elevação do nível educacional e cultural das massas soviéticas para fornecer a mão de obra qualificada necessária para operar a nova economia (e, pelo menos teoricamente, criar um “novo homem soviético”, socialista e mais solidário coletivamente). Para isso foi aumentada a quantidade de instituições educacionais de todos os níveis e o número de alunos nelas matriculados, e foram criadas as chamadas *faculdades vermelhas*, instituições proletárias de ensino de todos os níveis, muitas vezes organizadas nos próprios locais de trabalho” (SEGRILLO, 2015: 200).

pesquisas estéticas do *mundo burguês ocidental*, devendo as obras serem meramente figurativas, ideológicas, tendo a necessidade de dar vida a Lênin e à Revolução. Na arquitetura, os mesmos autores destacam o estilo rígido, pesado e fartamente decorativo. No cinema, não havia dificuldades em se adaptar aos novos tempos e à linha do regime, e as obras buscavam elevar a moral dos povos soviéticos para a guerra contra o nazismo e, posteriormente, contra os Estados Unidos, na guerra-fria (LAQUEUR, 1990).

Em suma, do período em que Stálin comandou a URSS, pode-se destacar que o Estado soviético assumiu forte tom centralizador/autoritário, em que o poder em todas as esferas da vida social passava pelas mãos da burocracia estatal. Além disso, Stálin comprometeu-se a colocar o país como grande potência na política internacional, superpotência, aliás, quando enfrentou Hitler na Segunda Guerra Mundial e quando enfrentou o Ocidente (EUA) na guerra-fria. Desta forma, Stálin manteve duas tradições russas que somente líderes centralizadores de destaque executaram: a centralização do poder estatal na figura do líder, planejando e orientando toda a vida da sociedade russa com vistas à consecução de um projeto nacional forte e, por outro lado, a autonomia frente ao exterior, colocando o país em condições de ditar seus próprios rumos na política internacional. Não de outra forma, “Stálin repetiu um padrão histórico russo de grandes transformações [nacionais] em curto período de tempo, como ocorrera sob Ivan, *O Terrível*, ou Pedro, *O Grande*” (SEGRILLO, 2015: 214).

2.2.3 - Khrushchov, Brejnev e Gorbachev: distensão, reformas e fracasso

Após a morte de Stálin, em 1953, houve uma série de disputas internas no PCUS para sua sucessão. Neste momento, duas alas do partido estavam no páreo: a ala dos *neoestalinistas* e a dos defensores da distensão do regime. A segunda ala ganhou apoio dos líderes do *Politburo* que comandavam tanto o PCUS quanto o Estado soviético, e Khrushchov assumiu o comando do país (SEWERYN, 1982). Segundo Arantes Jr (2015), logo quando assumiu, Khrushchov fez questão de afastar qualquer tentativa de sucessão que retomasse a política stalinista repressão social. O novo líder suprimiu os campos de concentração de trabalho forçado (Gulags) e fez com que a fase do terror

fosse extirpada do país. Mas, em contraste a tais medidas, o novo líder soviético manteve o sistema econômico stalinista - indústrias pesadas como grande motor do sistema econômico, coletivização das terras e impedimento a qualquer veleidade de separação da periferia soviética à Moscou - (NOVE, 2013). Além disso, segundo o mesmo autor, Khrushchov lançava suas críticas sobre o terror estatal e as torturas impostas pela burocracia stalinista contra aqueles que, real ou virtualmente, fossem uma ameaça ao antigo líder russo. Ou seja, Khrushchov criticava a rigidez política do regime stalinista e impôs sua distensão durante seu governo.

Entrementes este novo momento da URSS, o líder russo implementou três medidas diretas na vida política, econômica e social do país: limitou as disputas políticas internas dentro do PCUS, inclusive abrandando penas aos membros que cometessem deslizes; promoveu a liberalização controlada do sistema econômico, procurando ofertar mais bens de consumo à população, e; permitiu a abertura controlada da censura para a liberdade de expressão, permitindo apenas críticas aos excessos do período stalinista, mas quem fizesse críticas ao socialismo era proibido de se manifestar (SEGRILLO, 2015).

No plano da política interna, apesar do líder russo permitir um abrandamento das penas a quem cometesse deslizes, é inegável que não houve qualquer medida de abrandamento do regime político imposto à sociedade, ou seja, a enorme massa da população ainda não tinha acesso ao processo político, pois a política soviética ainda era muito fechada aos antigos quadros partidários do regime, também como tinham acesso somente aqueles quadros letrados oriundos da *Intelligentsia*⁴⁷ do país. Mas, mesmo assim, o líder soviético tentou implementar medidas que democratizariam a participação política do cidadão comum, porem, “ao fazê-lo, é levado a reduzir os privilégios do grupo dirigente [do país]” (BERSTEIN & MILZA, 2007b: 442) e o PCUS começou a fazer forte oposição ao líder russo, buscando manter os privilégios (emprego, funções públicas e sociais, educação, etc) e a ordem herdada do período stalinista.

⁴⁷“Compreendia todos aqueles que tivessem educação universitária ou educação técnica secundária (e atuassem nesses campos profissionais), [...] sendo também considerada um estrato social e não uma classe em si, [compreendendo], então, aqueles que se dedicavam profissionalmente ao trabalho mental (em oposição ao basicamente manual)” (SEGRILLO, 2015: 139).

No campo econômico, Khrushchov buscou descentralizar as mais de dez mil fábricas e duzentas mil oficinas controladas pelo Estado, visando colocá-las sob o controle de *conselhos locais*, tendo em vista aumentar a produtividade da produção, a qual era considerada, pelo líder soviético, como o grande empecilho para o aumento da riqueza social. Os investimentos nas indústrias de consumo foram elevados em detrimento de outros setores industriais, mas o retorno sobre os investimentos tendia a ser cada vez menor em termos de produção (BERSTEIN & MILZA, 2007b; HANSON, 2014).

No campo da cultura, houve uma distensão sensível, tanto é que o avanço do nacionalismo russo se tornou central na estratégia do regime em manter a população sob controle. Por exemplo, nesse período os soviéticos lançaram o Sputnik I⁴⁸ (1957) e Yuri Gagarin⁴⁹ (1961) ao espaço, o que gerou grande comoção nacional, tendo em vista que a propaganda cultural do regime destacava tais feitos, assim como a superioridade do povo russo em relação aos povos ocidentais⁵⁰.

Se na política interna houve esse abrandamento, na política externa Khrushchov propôs a *coexistência pacífica* aos Estados Unidos, em 1959. Tal política, segundo Sombra Saraiva (2008), era voltada para o abrandamento das relações políticas, militares e ideológicas dos dois lados do mundo bipolar, focando-se apenas nos assuntos econômicos. Tal medida fora proposta tendo em vista que Khrushchov desejava focar-se no desenvolvimento econômico e superar as economias ocidentais dentro de um prazo de vinte anos após o lançamento da mesma, objetivando criar uma imagem de prosperidade do país no exterior. Nesse contexto, Sombra Saraiva destaca que o líder russo se decidiu pela coexistência pacífica com o Ocidente pois

as dificuldades [...] da União Soviética de obter natural fidelidade aos seus projetos políticos e interesses [internacionais] [...] declinou consideravelmente, [...] e as crenças divergentes de alguns partidos comunistas, principalmente na Albânia e na Iugoslávia, associadas ao

⁴⁸ Sputnik 1 foi a primeira missão do Programa Sputnik soviético, que enviou e colocou em órbita o primeiro satélite artificial da Terra.

⁴⁹ Primeiro homem a viajar ao espaço e retornar em segurança.

⁵⁰ Conforme ver-se-á no terceiro capítulo desta pesquisa, tal superioridade do povo russo/soviético será resgatada por Vladimir Putin nos anos 2000-10, quando este secunda o conceito de *cidadão russo* como elemento central para a consecução de uma política interna e externa que intenta a defesa dos interesses da população etnicamente russa dentro e fora das fronteiras do país.

renascimento do nacionalismo, descaracterizaram a unidade comunista na Europa (SARAIVA, 2008: 212-213).

Ademais, além desta medida, o líder soviético procurou destacar o caráter evitável das guerras entre sistemas diferentes e a pluralidade de caminhos para o socialismo (sendo este, mais tarde, em 1964, o ponto fulminante que causou a sua destituição como máximo mandatário soviético) Berstein & Milza (2007b).

Desta forma, conforme destaca Segrillo (2015), tanto a resistência interna dos membros do PCUS à descentralização política, econômica e cultural, quanto o voluntarismo idealista em relação à política externa fizeram com que Khrushchov fosse deposto do comando da URSS em 1964. No entanto, a população ainda se mantinha com um forte aparato de proteção social que o Estado soviético garantia, pois havia subsídios para a alimentação, saúde, moradia e educação, ainda que as condições de trabalho fossem adversas. Em outras palavras, a condição social-material da sociedade soviética mantinha-se, ainda que os sistemas político e econômico estivessem passando por importantes transformações, pois, conforme se verá, no período de Leonid Brejnev tentou-se implementar reformas no país em sentido contrário às de Khrushchov, também sem sucesso.

O período de Leonid Brejnev, que se estendeu de outubro de 1964 até novembro de 1982, foi marcado pela tentativa de enrijecimento do regime nas mãos dos líderes do antigo regime stalinista. Brejnev era um linha-dura do regime soviético, tanto que, ao assumir o comando do país, determinou a volta do culto à imagem de Stálin, também como a volta brutal da censura sobre a produção cultural do país, principalmente em obras que faziam críticas ao regime soviético e ao stalinismo.

No campo da economia, Brejnev tentou implementar algumas reformas, tendo em vista o fracasso de Khrushchov neste campo, para tentar dinamizar a economia soviética. Segundo Segrillo (2015), o líder soviético executou as reformas⁵¹ que o seu primeiro-ministro, Aleksei Kosygin, propunha, as quais

⁵¹ Tais reformas procuravam dar mais autonomia às empresas estatais no sentido de elas buscarem maneiras mais criativas de produzir seus produtos. Mas, conforme as reformas avançavam, os líderes locais começavam a entrar em atrito, por exemplo, com os fornecedores de insumos para a produção, o que criou enormes problemas para o regime, tendo, este, então, preferido regredir nas reformas para estabilizar as tensões entre os líderes locais das empresas estatais.

buscariam dinamizar as empresas estatais no sentido de que a planificação e a centralização voltariam a ser os grandes vetores do desenvolvimento destas empresas. Mas, tais tentativas de reformas não deram certo, e a economia soviética entrou em um período de desaceleração considerável, tendo as taxas de crescimento caído para patamares muito baixos⁵². Mas, se por um lado a economia soviética entrava em desaceleração por conta da baixa produtividade das empresas estatais e do fracasso das reformas que Brejnev tentou implementar, por outro lado a população usufruía um padrão de vida elevado, tendo estabilidade no emprego, aluguéis subsidiados, alimentação subsidiada, educação gratuita, saúde gratuita, enfim, havia um aparato de bem-estar social que garantia elevada qualidade de vida à população (KATI, 1990). Para financiar tal aparato, o regime soviético contou com dois fenômenos internacionais. O primeiro foi o choque do petróleo de 1973 (em que os países produtores de petróleo elevaram o preço do barril de petróleo em cerca de 300%, saindo de US\$ 3 para US\$ 12), fazendo com que uma enxurrada de dólares adentrasse na URSS, tendo em vista as enormes reservas petrolíferas do país. O segundo fenômeno foi o saldo positivo da venda de armamentos para o Terceiro Mundo, aliados do Leste Europeu e países árabes, como o Iraque, por exemplo.

Na política externa, o período Brejnev tentou remontar a mão de ferro soviética dos tempos de Stálin. Por um lado, a Moscou invadiu países que compunham o bloco soviético para mitigar quaisquer tentativas de liberalização do regime político, conforme foi na Tchecoslováquia, em 1968. Aliás, esta foi a intervenção mais emblemática realizada por Brejnev para reprimir movimentos tchecos que propunham liberdades democráticas e civis, acabando com a *primavera de Praga* rapidamente. Por outro lado, a política externa soviética respeitava os princípios de concertação das superpotências, em que as *zonas de influência* ainda vigoravam, e uma superpotência não poderia interferir na zona de influência da outra, o que garantia ao Kremlin liberdade de ação para enquadrar os seus regimes satélites.

⁵² Para se ter uma ideia da desaceleração que a economia soviética passou no período Brejnev, segundo Segrillo (2015), entre 1928 e o final dos anos 1950, a economia soviética cresceu cerca de 10% ao ano, enquanto que entre a década de 1960 e o final da década de 1980 o crescimento esteve sempre na média dos 5% ao ano.

Mas, entretanto a desaceleração econômica interna e as tensões sociais na periferia soviética no Leste Europeu, a URSS continuava como superpotência na política internacional, com um enorme arsenal nuclear, também como garantia para sua população uma qualidade de vida em níveis elevados. No entanto, a centralização política do regime tentada por Brejnev já não mais surtia os efeitos esperados como na era Stálin, e o grave problema da desaceleração econômica do país, nesse período, “era empurrado com a barriga até seu estouro, de maneira inadiável, nas mãos de Gorbachev e sua Perestroika, a partir de 1985” (SEGRILLO, 2015: 232). E, foi nessa conjuntura que Mikhail Gorbachev assumiu o comando da URSS em 1985 até a derrocada final do regime em 1991.

Em meio ao desgaste político e o esgotamento do modelo econômico da Europa Oriental, a elite dirigente da URSS repensou seus métodos e aceitou a ascensão de Mikhail Gorbachev ao comando do Kremlin, aceitando novas propostas para dinamizar o avanço do país. Tais propostas consistiam em reformas econômicas de caráter liberalizante, tendo em vista dinamizar a economia soviética sob outros moldes que não aqueles usados até então. Desta forma, em 1986 Gorbachev propõe a Perestroika (reconstrução, em russo), pois o líder soviético constatava que a URSS vinha perdendo fôlego econômico e tecnológico para o Ocidente, e algo precisava ser feito rapidamente. A ideia da Perestroika era descentralizar a produção das fábricas estatais do comando da GOSPLAN (Comissão de Planejamento), deixando as empresas livres para buscarem melhores resultados e métodos de produção. Desta forma, o planejamento da economia soviética deixava de ser diretivo para ser indicativo⁵³. No entanto, as medidas não surtiram o efeito desejado, além de criarem tensões e resistências dos planejadores centrais da GOSPLAN com o Kremlin.

Temporalmente, a Perestroika foi dividida em quatro fases. A primeira fase consistia na descentralização do controle das empresas estatais, executada em 1985-87; a segunda fase, em 1988, compreendia a transição e discussão sobre o caminho a ser seguido pela política econômica; em 1989, foi implantada

⁵³ SEGRILLO (2015) destaca que antes da Perestroika o governo determinava onde as empresas deveriam conseguir seus suprimentos e para quem venderia. Após a Perestroika, as empresas passaram a ser livres para determinar quais seriam os seus fornecedores, assim como para quem venderiam seus produtos.

a economia de mercado, tendo em vista que as duas reformas anteriores não surtiram efeitos, e; em 1990-91, houve a desintegração total do regime socialista e a volta completa para o regime capitalista, com abertura democrática e autorização para a constituição de empresas privadas. Além disso, neste quarto período, os salários e os preços passaram a ser flexíveis, *holdings* foram criadas com companhias estrangeiras, tendo o capital soviético papel majoritário.

Nesse contexto, para o líder russo a Perestroika foi

uma política de aceleração do programa econômico e social do país e de renovação de todas as esferas da vida, [e foi, em parte,] estimulada pelo descontentamento [econômico] existente, porém ainda mais pela consciência de que o potencial do socialismo tinha sido pouco utilizado (GORBACHEV, 1987: 7).

Além disso, prossegue Gorbachev,

em certa etapa – torna-se particularmente claro que na última metade dos anos setenta – ocorreu algo que à primeira vista parecia inexplicável. O país começou a perder impulso. Os fracassos econômicos tornaram-se mais frequentes [...] uma espécie de mecanismo de freio afetava o desenvolvimento social e econômico (GORBACHEV, 1987: 17).

A saída para o empasse que Gorbachev encontrara, para o estancamento da crise econômica que o país passava, se daria através da adoção de uma de duas medidas: ou o PCUS se abria para a perda dos privilégios em meio à uma economia em forte desaceleração, ou o retorno ao capitalismo teria de se dar naquela economia, o que também destruiria a burocracia soviética.

Ademais, pelo lado político, em 1986 Gorbachev implantou a GLASNOST (transparência, em russo), diminuindo a censura e a repressão política. Segundo Segrillo (2015),

a esperança de Gorbachev era que as pessoas se expressassem mais livremente e reclamassem do jogo duro dos burocratas resistentes e, assim, a Perestroika iria adiante. Ou seja, a GLASNOST veio para salvar a Perestroika (SEGRILLO, 2015: 238).

Tal reforma, conforme o mesmo autor, afetou em cheio a elite política soviética, com publicações que trataram mais livremente dos erros do passado e, em 1989, com as eleições para o parlamento russo e a aprovação de candidaturas independentes, formou-se no país uma bancada parlamentar de oposição liberal, tendo como líder Boris Yeltsin.

Não obstante, Gorbachev intensificou a liberalização dos meios de comunicação na URSS e isso fez com que, por exemplo, se iniciasse uma campanha sistemática contra os partidários do papel tradicional do PCUS e das políticas da URSS no rádio, na televisão e nos jornais⁵⁴. O objetivo era promover um “reformismo radical” no país.

A campanha teve consequências extremamente importantes, não só por intimidar os que pretendessem defender a continuidade da URSS, como também por modificar o equilíbrio de poder [...], e os candidatos identificados com as novas plataformas radicais ganharam destaque e foram eleitos, ao passo que a tradicional base do PCUS foi eliminada (ARANTES JR, 2015: 281).

Enquanto isso, o Comitê Central da URSS e o *Politburo* estavam imersos em discussões e rachas de qual caminho o país deveria seguir, mas não deliberando nada sobre isso, uma espécie de “doença do sono”, enquanto a direita radical e os *pseudodemocratas* avançavam nos ataques contra eles. No entanto, Gorbachev, focado na Perestroika e na Glasnost, ignorava os alertas dos partidários soviéticos de que o país caminhava para o caos. Exemplo disso, um de seus homens fortes, Yegor Ligachev, Vice-Secretário-Geral do PCUS e vice-líder da URSS, alertou Gorbachev sobre os efeitos que a Perestroika e a Glasnost causavam ao país, pois, segundo ele, sob a bandeira da democracia e da Glasnost, os pilares ideológicos e morais da sociedade estavam sendo demolidos, e o trabalho destrutivo das forças de oposição coincidia com as forças hostis que agiam do exterior, principalmente dos Estados Unidos (Gorbachev, 1987).

Gorbachev não condenou Ligachev por sua posição, tampouco o puniu, o que revela a distensão passiva que o líder russo tinha com relação às críticas que sofria tanto por parte da linha dura neoestalinista, quanto dos radicais de direita que atacavam o governo e o Estado soviético.

Não se tratava apenas do esvaziamento do PCUS ou da demolição dos pilares da sociedade herdada de Khrushchov e Brejnev. A existência mesma da URSS como país estava ameaçada pela inércia, ou talvez pela cumplicidade, de Gorbachev (ARANTES JR, 2015: 185).

Nikolai Ryzhkov, um dos proeminentes empresários da Rússia neoliberal, o qual fazia parte da linha-dura soviética, manifestou seu descontentamento com

⁵⁴ “Os setores da mídia martelavam dia e noite os temas de carência de artigos de consumo, das condições precárias de moradia, da corrupção e de tudo aquilo que podia influenciar a mente do eleitorado” (ARANTES JR, 2015: 282).

o que Gorbachev vinha fazendo durante as reformas liberalizantes da Glasnost e da Perestroika quando afirmou que o controle estatal seria necessário (e que o FMI ditava os termos da vida econômica da Rússia sem talvez entender que um dia haveria uma explosão no país) ao dizer que os russos deveriam introduzir a propriedade privada da terra (RYZHKOV, 1996).

Paralelamente, os resultados da Perestroika não eram animadores, pois a economia soviética regredira em 2,2%, média, entre 1986 e 1991. A consequência disso foi que a inflação se elevava a cada ano e os salários da massa trabalhadora eram cada vez mais achatados, o que gerou enorme descontentamento social em torno da figura de Gorbachev. Além disso, Segrillo (2015) destaca que os cidadãos comuns não tiveram a chance de opinar a respeito do futuro do país, tampouco se concordavam ou não com as mudanças políticas e econômicas impostas pela elite dirigente.

Por outro lado, Arantes Jr (2015) expõe que a elite política soviética se cindiu. Alguns membros mais destacados buscaram defender a economia e o próprio Estado soviético, outros tentaram derrubá-los, e outros tiveram um papel de terceira via, resistindo enquanto puderam, mas que, ao final da desintegração da URSS, aderiram aos novos tempos neoliberais. Entrementes, o mais importante a se destacar deste processo é que a transição do regime soviético para uma democracia presidencialista constitucional capitalista de livre mercado foi dirigida pelos membros da elite neostalinista em aliança com grupos liberais internos e externos, tendo como figura emblemática a liderança de Boris Yeltsin, o qual

liderou um movimento dentro da Rússia para declarar a soberania própria russa da URSS em junho de 1990 e, por volta de junho de 1991, foram criadas distintas instituições políticas russas (incluindo a presidência na qual ele foi diretamente eleito (STONER-WEISS & McFAUL, 2009: 10).

Por fim, conclui-se que a URSS colapsou relativamente em paz, mas o mais importante é que “o fracasso das reformas de Gorbachev levou a consequências dramáticas para o país: inflação, escassez, formação de estoques especulativos, mercado negro, enriquecimento e formação de uma nova classe social” (MEDEIROS, 2008: 217), assim como a constituição de dois grandes movimentos na sociedade e Estado russos: O primeiro foi a *oligarquização* da

economia e do comando do Estado, em que a nova elite liberal passou a comandar os rumos da nação. O segundo movimento foi a perda da autonomia interna e externa, pois, internamente, as regiões ganharam enorme peso decisório no processo político em detrimento do poder federal na virada russa para o neoliberalismo, com crescente emergência de movimentos nacionalistas na Chechênia e Cáucaso de modo geral (MEDEIROS, 2008), e, no plano externo, houve o desmonte do império soviético no Leste Europeu, assim como o enfraquecimento das posições soviéticas na África, América Latina, Oriente Médio e o desengajamento da confrontação estratégica com os Estados Unidos, “através da redução de armas convencionais e nucleares, [mudança] nas políticas de segurança e defesa [...] e redução dos gastos militares” (COVINGTON, 2015:1). Enfim, a URSS entrou nos anos 1990 como superpotência em processo de implosão e declínio, mas sua saída, conforme se verá, foi ainda mais dramática.

2.3 - O fracasso dos anos 1990

A priori, a oposição ao regime soviético enfatizava em seus discursos e propostas a abertura democrática, com eleições livres, imprensa livre, respeito aos direitos humanos, etc. No entanto, no plano econômico, tal oposição não deixava expressamente claro qual seria o rumo a ser seguido pelo país, pois não expunha de forma explícita as medidas que seriam tomadas. Após o desmoronamento do regime, as novas metas econômicas do país foram definidas em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a saber, privatizações das propriedades estatais, liberação de preços da economia e contenção aos salários dos trabalhadores. Tal medida de escamotear a “agenda econômica” até o desmoronamento do regime foi fundamental para que os trabalhadores não se voltassem contra a, então, oposição. Além disso, há que se mencionar o fato de que esta oposição, uma vez instalada no poder, implementaria tal projeto neoliberal no país, tendo em vista que contava com o apoio das forças políticas e econômicas internacionais dominantes (EUA e Europa Ocidental). Assim, “a existência de uma elite versada no controle absoluto dos instrumentos políticos e da organização econômica permitiu a

transição rápida do regime neostalinista para o campo liberal” (ARANTES JR, 2015: 407).

O resultado da aliança entre a elite soviética convertida, os políticos da oposição (neo)liberal e as instituições Ocidentais (como o FMI e o Banco Mundial) teve como consequência o retorno da URSS ao capitalismo, sob a liderança de Boris Yeltn, entre 1991 e 1999, acompanhado de medidas políticas de caráter democrático, e, no campo econômico, de propulsão do livre mercado e redução do papel do Estado na vida econômico-social.

Nesse contexto, Arantes Jr (2015) levanta a ideia de que as privatizações da Rússia tiveram uma orientação para a formação de oligopólios, em que “os bens do Estado fossem distribuídos para os *melhores proprietários*, ao invés da distribuição entre o povo” (ARANTES JR, 2015: 391). Este mesmo autor cita que alguns arautos do neoliberalismo na Rússia acreditavam ser inconcebível que

um morador, após anos de benefício com o pagamento de aluguéis baixos, subsidiados pelo Estado, possa dar de entrada um por cento do valor do apartamento e amortizar o resto como quem paga um aluguel, da mesma forma que seria errôneo permitir que “qualquer um” viesse a tornar-se acionista das companhias privatizadas por uma bagatela (ARANTES JR, 2015: 391).

Dessa forma, o autor esclarece que houve a “distribuição” das propriedades estatais privatizadas àqueles que participavam do círculo político do novo governo neoliberal do país. Além disso, cita ainda a perspicácia dos novos dirigentes russos no que tange à forma como eles viam a população que lhes ajudara a derrubar o regime soviético, pois os novos dirigentes desejavam “atrair pessoas verdadeiramente liberais, [...] pessoas que rejeitassem a sujeição do indivíduo aos interesses do Estado e aos interesses coletivos determinados por movimentos, partidos ou dirigentes” (ARANTES JR, 2015: 391). Nesse sentido, os movimentos e partidos tão prestigiados durante a transição política e econômica do país contribuíram para a derrubada do antigo regime, mas a elite neoliberal instalada no poder já não mais tinha interesse em manter a aliança com estes movimentos e partidos, a não ser que eles compartilhassem dos interesses do novo *stablishment*. A única medida de atração dos trabalhadores pela nova elite dirigente foi o controle da inflação, com uma política de estabilização monetária, mesmo assim feita às custas dos trabalhadores assalariados.

A estratégia das privatizações das empresas estatais foi seguida por duas diretrizes principais: a primeira envolveu a promoção de políticas para o desenvolvimento do setor privado, através da venda dos ativos produtivos do Estado para detentores de capital, os quais deveriam pagar um preço “justo” pelos ativos, devendo ser de fora do *stablishment* e que assumiriam a responsabilidade de manter o negócio e promover investimentos. A segunda diretriz era a chamada concessão de *vouchers* para proprietários individuais, em que os direitos de propriedade das empresas seriam distribuídos equitativamente e gratuitamente para os cidadãos, os quais receberiam um patrimônio sem custos de aquisição. Esta segunda medida beneficiou os burocratas do antigo (convertidos ao neoliberalismo) e do novo regime, afinal, tal sistema de *vouchers*, ao invés de democratizar a propriedade, concentrava-a nas mãos dos referidos burocratas (ARANTES Jr, 2015). Mas, independentemente da estratégia seguida, um ponto é fundamental: dado que nos antigos países soviéticos não havia grandes volumes e grandes detentores de capital, houve uma intensa inversão de capitais estrangeiros para a aquisição destas empresas recém privatizadas, o que coloca à luz qual o real significado das privatizações na Rússia neoliberal, a saber: a segurança e o conforto dos interesses dos setores que dirigiam as reformas em detrimento da população que fora jogada à mercê no mercado de trabalho, em condições nunca antes sofridas, sob a égide da economia de mercado, assim como a entrada de capitais oriundos do exterior destinados a exercer enorme poder econômico (e também político) sobre a sociedade russa.

Além disso, as privatizações na Rússia poderiam ter sido dispensáveis como medidas de rearticulação da economia, afinal, contrastando com países como a China, que promoveu medidas de liberalização de alguns setores da economia (como o industrial, por exemplo), mas manteve grande parte dos setores econômicos nas mãos do Estado, a Rússia adentrou no neoliberalismo com a instauração de uma economia de mercado de forma a saciar apenas os interesses das novas elites neoliberais e oligárquicas russas, de seus sócios estrangeiros e das organizações financeiras internacionais, como o FMI (ARANTES Jr, 2015).

A tríade composta por privatizações, liberalização de preços/mercado de trabalho e a reestruturação do capital estatal, segundo Black *et al* (2000), fez com que houvesse uma onda maciça de transferências em proveito da nova elite de proprietários, e tal elite acelerou o processo de privatizações para vender as empresas estatais a indivíduos que controlavam o governo russo, e estes usaram a riqueza que adquiriram a baixo preço para continuar a corromper o governo. Além disso, os mesmos autores citam que as grandes empresas estatais foram vendidas para um pequeno grupo de indivíduos que eram bem relacionados, que fizeram grande fortuna através de contratos fraudulentos com o Estado, e que se constituíam como os *cleptocratas/oligarcas* da nova Rússia.

Nesse sentido, Stephen Larrabee destaca

que o colapso da União Soviética deixou a Rússia fraca e frustrada, e que a maioria dos russos coloca a culpa por isso sobre Boris Yeltsin. Ele pode ser visto no Ocidente de maneira benigna, por ter supostamente iniciado um período de reformas políticas e econômicas de cunho liberal, porém não é visto assim na Rússia. Para os russos, ele esteve à frente de uma época de declínio econômico, de caos interno e de fraqueza em matéria de política externa. Era uma época em que a Rússia exprimia sua objeção a muitas políticas ocidentais, como a ampliação da OTAN e a intervenção no Kosovo, porém pouco podia fazer a esse respeito (LARRABEE, 2010: 32/52).

Pelo lado político, Yeltsin colocou o PCUS na ilegalidade, derrotou a resistência dos militares quanto ao enxugamento dos recursos federais destinados ao complexo industrial militar, assim como mandou prender todos aqueles que conspiravam para barrar o avanço da agenda neoliberal no país (MEDEIROS, 2008). Além disso, o líder russo aproveitou o racha no PCUS e nos meios militares para implementar uma política externa que aproximava o país da OTAN⁵⁵, por meio de mecanismos de diálogo e cooperação⁵⁶. Mas, o grande ponto de fracasso político de Yeltsin foi quando estourou a crise financeira na Rússia em 1998, em que o Rublo sofreu grande desvalorização e à crise social e política que o país passava somou-se a agora a crise financeira. Desta forma, o Estado neoliberal na Rússia deixou um rastro de caos social (queda de 12% da renda só no ano de 1995, desemprego por volta de 14%, expansão do alcoolismo, expansão da informalidade no mercado de trabalho e do crime

⁵⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

⁵⁶ Antigos inimigos, a Rússia e a OTAN deram seguimento, em 1991, para a criação da “North Atlantic Cooperation Council”, visando estabelecer um mecanismo de diálogo entre os países membros da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia.

organizado e queda da taxa de longevidade para 60 anos), rachas políticos em torno de qual modelo se deveria adotar para o país (com o presidente e suas reformas econômicas neoliberais de um lado e a *Duma* de outro [pois em 1995 o parlamento já apresentava maioria de comunistas e nacionalistas ligados à ideologia do antigo regime]) e uma grave crise econômica, que dizimou pequenas e médias empresas no país, elevando ainda mais o desemprego (MEDEIROS, 2008).

Na questão social, Lenina Pomeranz (2007) destaca que houve um duplo movimento de continuidade e de ruptura no país, pois, na esteira do continuísmo, parte da velha elite soviética conformou-se como parte da nova elite econômica do país, favorecida pelas condições iniciais das privatizações, conforme já citado, e, na esteira da ruptura, esta acometeu a grande maioria da população ao “ajustamento necessário”, a qual sofreu com as agruras do ajustamento macroeconômico dos primeiros anos do regime neoliberal e com a perda da estabilidade empregatícia e dos direitos de bem-estar social, o que reflete a substituição de uma sociedade minimamente igualitária (elemento tradicional da índole russa) por outra com enormes disparidades de renda e inserção social.

Por fim, pode-se afirmar que o período de Boris Yeltsin no comando do Estado russo foi marcado por graves retrocessos econômicos e sociais para a população, a qual foi levada de roldão rumo ao padrão capitalista de economia de mercado e que perdera todos os benefícios sociais que o Estado soviético, ainda que com todos os seus percalços, mantinha no período soviético (educação e saúde gratuitas, moradia subsidiada, alimentação subsidiada, estabilidade no emprego, acesso à cultura, etc.). Além disso, no campo da política externa, Boris Yeltsin cedeu aos ímpetus econômicos das agências financeiras internacionais, aos Estados Unidos e agiu passivamente à expansão da OTAN no Leste Europeu. Enfim, Yeltsin foi um líder que deixou de lado as duas questões cruciais que permearam o desenvolvimento histórico da Rússia: a centralidade absoluta do controle e direcionamento da sociedade nas mãos de Estado, cuja figura do líder sempre foi imprescindível, e o direcionamento da política externa russa de forma a garantir a autonomia soberana do país frente aos desafios impostos pelo exterior. O resultado foi um verdadeiro desastre para a população do país, acostumada a viver sob o guarda-chuva protetivo do

Estado, em todos os sentidos. Nesse contexto, Boris Yeltsin entregou o comando do Estado russo para seu sucessor (e Primeiro-Ministro), Vladimir Putin, em estado de emergência, no último dia de 1999 (BERSTEIN & MILZA, 2007c), saindo de cena da política russa como um dos líderes mais abjurados, ao lado de Mikhail Gorbachev, pela população daquele país.

2.4 - Considerações finais do capítulo

Conforme a exposição deste segundo capítulo, a história da formação da Rússia como nação apresentou períodos de forte dinamismo econômico, social e cultural. Desde os tempos da formação da Rus' de Kiev, percebe-se que o elemento da centralização política foi fator primordial para a formação russa, pois somente quando houve, de fato, a centralização política na Rus' Kievana o povo russo conseguiu dinamizar-se positivamente. Exemplos disso foram os governos de Ivã IV, *O Terrível*, com suas conquistas territoriais e a consolidação do território russo aos moldes do que se conhece hoje, através de um poder centralizado e autoritário; o de Pedro, *O Grande*, com o reforço da centralização do poder político russo nas mãos do Czar e a implementação de uma modernização econômica e social aos moldes europeus ocidentais da época, também como a centralização religiosa para homogeneizar a sociedade russa sob a égide do cristianismo ortodoxo, e uma política externa incisiva na defesa dos interesses russos na Europa do Leste; e o de Catarina II, que promoveu mais uma vez o expansionismo russo no exterior, também como a expansão da cultura russa.

Ademais, além dos momentos de forte centralização política e atuação expansiva da política externa russa, houveram aqueles momentos de elevado dinamismo social, quando, no reinado de Alexandre II, o Czar aboliu o estatuto da Servidão, juntamente com a facilitação da aquisição de terras por partes dos recém-libertos, a expansão da cultura russa para as camadas populares e a expansão industrial com vistas a saciar as necessidades materiais da sociedade russa.

Mas, apesar de a centralização política ter ensejado um poder estatal forte nas mãos de líderes que promoveram reformas importantes, conforme foi, por

exemplo, no período de Pedro, *O Grande*, houveram também períodos de descentralização do poder estatal que causaram enormes problemas para a sociedade russa, também como reinados de Czares que abusaram da centralização política e repressão para instaurar retrocessos sociais e a implementação de uma agenda conservadora no seio daquela sociedade, conforme foi o reinado do Czar Nicolau I.

No entanto, se pelo lado econômico, cultural e religioso a Rússia avançou com elevado dinamismo e desenvolveu-se como nação, pelo lado político não houveram significativos avanços. Pode-se afirmar isso pois, se por um lado houveram Czares que executaram reformas progressistas importantes “de cima para baixo” que elevaram a dinâmica do país rumo à modernização econômica e social (ainda que muito atrasada se comparado com as nações europeias mais dinâmicas, como França e Inglaterra) e a constituição do país como nação, através da orientação da sociedade pelo aparelho estatal chefiado pelo Czar, por outro lado houveram Czares que, para manter os privilégios da nobreza e da Corte, mantiveram o regime político inalterado por séculos, o que gerou enormes revoltas das camadas mais baixas, principalmente no período de Nicolau II, tendo sido este o último Czar da Rússia, apeado do poder estatal por revoltas populares.

Nesse sentido, o regime soviético de 1917 a 1991 foi uma resposta da sociedade russa à elite que governara o país até então. Desde o prelúdio da Revolução de Outubro de 1917 até a Era Stálin, o Estado russo apresentou àquela sociedade um rumo a ser seguido, com elevada centralização do poder político nas mãos dos líderes do PCUS, mas também com importantes avanços econômicos e sociais que saciavam as necessidades materiais e culturais da grande massa da população. Além disso, este período é considerado a *era de ouro* da história russa, pois o país apresentou-se como grande potência internacional, tendo alcançado o status de superpotência, ao lado dos Estados Unidos.

No entanto, de Khrushchov até Gorbachev, a URSS apresentou considerável declínio econômico e um relativo enfraquecimento da centralização política nas mãos dos comandantes do Estado russo, apesar da incontestante

elevada qualidade de vida da população soviética e o status de superpotência do país no plano internacional.

Desde as reformas fracassadas de Khrushchov (o qual tentou descentralizar a dinâmica das empresas estatais soviéticas para tentar alavancar o crescimento econômico do país), a tentativa de reformas conservadoras de Brejnev (que tentou retomar a centralização das decisões econômicas do regime e das empresas estatais soviéticas nas mãos da burocracia soviética, revertendo aquilo que Khrushchov havia feito) e as reformas de Gorbachev (Perestroika - que procurou liberalizar a vida econômica do país, através da concessão de liberdades para as empresas estatais buscarem melhores oportunidades de produção e venda da produção; – Glasnost – liberdade política para que se constituísse a liberdade de expressão da população com vistas a impulsionar a Perestroika, mas que teve como consequência a emergência de grupos políticos oposicionistas), o país apresentou importante declínio econômico, não obstante uma perda substancial de orientação política do Estado perante a sociedade russa, o qual sempre a guiava rumo a metas sazonais desde 1917.

Com o fracasso das medidas econômicas e políticas liberalizantes de Mikhail Gorbachev, a URSS explode e o avanço neoliberal comandado por Boris Yeltsin assola a sociedade e o Estado russo de forma geral. Se por um lado parte da antiga elite soviética passou para o lado dos liberais comandados por Yeltsin para manter seus privilégios entrementes o início do processo de privatizações e desmonte do Estado russo, em favor de uma agenda neoliberal que prestigiava somente a iniciativa privada capitalista, por outro lado a enorme massa da população foi jogada ao relento no mercado de trabalho capitalista, sem nenhum tipo de benesse estatal para sobreviver, em contraste e antagonicamente aos tempos soviéticos, ou até mesmo à antes da Revolução de outubro de 1917. Além disso, com o desmonte do Estado russo através das privatizações, a condição social daquela sociedade apresentou tamanho flagelo que, meia década depois da subida de Yeltsin ao poder, começava a pairar a ideia no imaginário da população de que os períodos anteriores aos anos 1990 teriam de ser retomados, tendo em vista a importância e a centralidade histórica do Estado russo na vida social, também como pela percepção de que faltava um líder nacional que comandasse o engrandecimento da sociedade russa novamente e

tirasse o país da condição subserviente em que se encontrava na política internacional, em desfavor da única superpotência restante, os Estados Unidos. Nesse contexto de fragilização da sociedade e do Estado russo foi que Vladimir Putin, destacado quadro da antiga KGB (serviço secreto soviético), chega à presidência do país em 2000⁵⁷, tentando reverter a onda neoliberal que varreu o país nos anos 1990 e buscando retomar o espaço e o poder perdido pela Rússia na política internacional, além, é claro, de se colocar como uma liderança capaz de retomar o histórico padrão de desenvolvimento político, econômico e social do país, perdido nos anos 1990.

⁵⁷ Mas lembrando que Putin havia se tornado Primeiro-Ministro em 1999, nomeado por Boris Yeltsin.

Capítulo 3 - A ascensão de Vladimir Putin e a correção de rumos: o ressurgimento da “grande nação russa”

3.1 – Introdução ao capítulo

Este capítulo procura explicitar a correção de rumos que a Rússia apresentou interna e externamente durante o longo período em que Vladimir Putin está à frente do país (2000-2016), assim como destacar a emergência de Putin à frente da nação russa como um efeito histórico, tendo em vista o auge da Rússia como superpotência no período soviético (com líderes autoritários e centralizadores) e os graves problemas políticos, econômicos e sociais que o país enfrentou nos anos 1990. Além disso, este capítulo explicita as medidas de caráter interno que o líder russo implementou com vistas a reestruturar as bases do Estado e da sociedade russa para executar um novo projeto de país, a saber o projeto da *Grande Nação Russa*, com um Estado reestruturado político-economicamente e orientador da sociedade. Por outro lado, intenta-se também explicitar que as medidas de caráter interno serviram como base para a emergência de um novo padrão de política externa para o país, cujo objetivo é reinserir o país na política internacional de forma autônoma, diferentemente do ocorrido nos anos 1990

Nesse sentido, o item 3.2 explicita que a chegada de Vladimir Putin à presidência da Rússia em 2000 é reflexo e consequência do desastre político, econômico e social ocorrido no país durante a década de 1990. Com isso, expõe-se que Putin procurou dar seguimento a um projeto político nacional que reavivasse os símbolos do período de ouro da história russa (período soviético). Além disso, este item destaca que nesse período o líder russo buscou trazer à tona na vida política nacional a ideia de que o Estado russo deve ser forte, centralizado e estruturado o suficiente para defender a integridade territorial, a sociedade e os cidadãos russos frente as ameaças oriundas tanto do capitalismo predatório inserido no país nos anos 1990 quanto as ameaças oriundas do exterior. Ademais, este item busca explicitar o resgate da ideia de soberania nacional, ideologia nacional e nacionalismo, como forma do líder russo amalgamar o apoio da população russa em torno de sua liderança.

O item 3.3 descreve como Vladimir Putin agiu para promover as reformas políticas e econômicas internas necessárias para reestruturar o Estado russo, melhorar a qualidade de vida da sociedade e recentralizar o comando político e econômico do país nas mãos da presidência. Para tal, explicita-se a caça que Putin promoveu às oligarquias econômicas que emergiram na esteira do processo de privatizações dos anos 1990, assim como enquadramento das oligarquias políticas regionais também emergentes daquele período, as quais perderam todo o poder e prestígio com a ascensão do líder russo. As reformas econômicas impactaram o setor energético, industrial-militar e a economia de um modo geral no país. Nesse contexto, expõe-se que a nacionalização das empresas energéticas serviu como base de sustentação para que o Estado russo pudesse promover os investimentos necessários para reestruturar o complexo industrial militar e investir nas áreas econômicas e sociais mais importantes do país, como saúde, educação, infraestrutura, transportes e tecnologia. Por outro lado, destaca-se neste item a obscura relação entre a coalisão política que sustenta Putin na presidência do país e a estrutura burocrática do Estado, cuja consequência é o uso da máquina estatal para marginalizar e perseguir grupos ou partidos políticos de oposição.

Já o item 3.4 expõe a política externa russa sob o comando do líder russo, levantando a hipótese de que há a emergência de um novo projeto de atuação externa vigente no país. Para tal, explicita-se como a instrumentalização do setor energético, nacionalizado por Putin, juntamente com a reestruturação do complexo industrial militar têm sido usados pelo líder russo como arma de política externa. Nesse sentido, destaca-se a reação russa ao avanço da OTAN e União Europeia para o Leste Europeu, assim a idealização dos Estados Unidos da América como o grande obstáculo do país internacionalmente. Além disso, faz-se menção às quatro frentes de atuação da política externa russa durante o período a ser analisado, as quais são: local, regional, continental e global.

Por fim, as considerações finais deste capítulo destacam as imbricações entre as ações que Vladimir Putin à frente da Rússia com os postulados teóricos de Nicolau Maquiavel e sua ideia de *ocasião*, Kenneth Waltz e sua ideia de *janela de oportunidade* e de Hans Morgenthau com a ideia de que o relacionamento das grandes potências é baseado na busca pela maximização de poder. Desta

forma, ao lançar mãos destes três teóricos da ciência política, procuramos levantar hipóteses para tentarmos analisar qual o caminho a Rússia está seguindo desde 2000 até o momento.

3.2 - A liderança de Putin como um efeito histórico e a emergência do nacionalismo russo

Conforme vimos no segundo capítulo, na história russa o processo de centralização do poder estatal sempre foi algo marcante na vida e no imaginário da nação. A correlação de forças internamente historicamente tendeu para que a liderança política no país tivesse condições de ditar os rumos que a nação deveria seguir. Esta correlação de forças apresentou dois momentos marcantes de ruptura, conforme vimos: a revolução de outubro de 1917 e a implosão da União Soviética em 1991.

A década de 1990 foi marcada pela derrocada da nação russa nos âmbitos econômico, social, militar e político (interno e externo). Mas, já na segunda metade da referida década, emergiria uma nova correlação de forças políticas que levaria Vladimir Putin ao poder no ano 2000⁵⁸.

3.2.1 – A ascensão de Putin

Vladimir Putin, jurista de formação, doutor em economia, chefe da extinta KGB (FSB⁵⁹, atualmente) e político, chegou ao poder em meio a um país em frangalhos e com uma grave crise política, que se deu, em parte, por conta das medidas tomadas nos anos 1990 por Boris Yeltsin, as quais enfraqueceram substancialmente o poder internacional do país, não obstante a recusa da população (e de parte da elite política opositora) em aceitar as medidas econômicas liberais e socialmente conservadoras tomadas pelo líder russo. Nesse sentido, tendo como pano de fundo o colapso do país nos anos 1990,

⁵⁸ De acordo com Segrillo (2015), no ano de 1995, o Partido Comunista da Federação Russa havia conquistado a maioria das cadeiras do parlamento russo, cujo desdobramento foi o crescente confronto entre governo e parlamento, resultando na ascensão de Vladimir Putin, em 1999, como Primeiro-Ministro, por indicação do presidente de então, Boris Yeltsin, como forma de melhorar a relação do governo com o parlamento e estancar a grave crise política que o país perpassava. Em 2000, Putin seria eleito Presidente do país.

⁵⁹ Federal Security Bureau.

Putin surge para o povo nos anos 2000 como o líder que vai reerguer a nação novamente.

A carreira política de Putin começou em São Petersburgo nos anos 1980, quando foi nomeado assessor do prefeito da Cidade. Mais tarde, já no comando da Federal Service Bureau (FSB), Putin se destaca como “homem de ferro” no comando da entidade. Após ser nomeado Primeiro-Ministro por Bóris Yelstin em 1999, Putin não tinha claras chances de se tornar Presidente, mas, quatro meses após a indicação, ele começou a ter grande apoio popular, tendo em vista o patriotismo que ele exalava nas suas declarações sobre a Chechênia, sendo visto perante o povo russo como o símbolo do renascimento da *Grande Nação Russa*, pois ousou enfrentar as advertências do governo norte-americano em relação à Chechênia, lançando mão, inclusive, de uma invasão militar na região do Cáucaso. Além disso, o líder russo condenou os separatistas chechenos como terroristas e dizimou-os como forma política. Desta forma, conforme destacam Berstein & Milza (2007: 276), “o povo via nele a pessoa capaz de resgatar a honra da Rússia, perdida por ocasião da assinatura do tratado [de autonomia] com os chechenos, [por Boris Yeltsin]”.

Segundo Zubelzú (2007), as características históricas da Rússia no contexto do século XX continuamente requereram uma liderança forte e uma espécie de omniresponsabilidade do Estado acerca do bem-estar da população, garantindo a seguridade social, a saúde pública, a educação pública e políticas de emprego, e tradicionalmente existiu um “difundido desejo de uma ideologia nacional a ser implementada pelos órgãos do Estado” (ZUBELZÚ, 2007: 111), principalmente depois que o país caiu no caos dos anos 1990. Esse desejo da população encontra suas raízes no imaginário social de que, em momentos que o Estado se enfraqueceu, houve anarquia e desordem, e a reconstituição ou restabelecimento da autoridade, que evite tal situação, resulta numa prioridade a qual se relega claramente todos os outros objetivos nacionais imediatos. Além disso, segundo a mesma Autora, a União Soviética do pós-Primeira Guerra Mundial era legitimada pela população, pois a maioria das pessoas acreditava que aquele Estado era seu, pois eram interpeladas, algumas vezes, a consultas *ex ante* à qualquer mudança na ordem social, e, nos anos 1990, a Rússia era o “Estado de ninguém”, e a população acreditava que a nova elite liberal estaria

muito mais distante dos anseios populares do que os comunistas haviam estado no período soviético.

3.2.2 – Putin e a emergência do nacionalismo russo

Com o passar da década de 1990, a população começava a olhar os anos soviéticos com uma sensação ainda mais positiva e, com a subida ao poder, Putin reagiu a isso remontando algumas políticas daquele período, como a exposição dos heróis soviéticos da Grande Guerra Patriótica (Segunda Guerra Mundial) e da corrida espacial, além de buscar vangloriar o próprio período soviético como um período de auge na história do país, e que deveria ser remontado. Além disso, Zubelzú destaca que

na Rússia, onde o Estado joga um papel exagerado como sujeito principal da política social, as características do modelo liberal são consideradas absolutamente inaceitáveis, e pesquisas relatam que os russos preferem que o Estado deve proteger a todos, [...] e esta tradição tem atravessado diversos sistemas políticos, como o imperial-autocrático e o soviético (ZUBELZÚ, 2007: 109-110).

Entrementes, Putin procurou trazer de volta à política russa o conceito de “cidadão”⁶⁰ da era soviética, a saber, manter as duas faces do povo russo: os “rossianie” (*povo da Rússia*) e os “russkie” (*russos, literalmente*). Tal conceito de cidadão destaca a importância dos russos que estão dentro e fora do território do país. Os *rossianie* são considerados aqueles cidadãos étnicos que residem e compartilham os laços culturais russos através do estatuto do *Ius solis*, e os *russkie* são aqueles russos que nasceram dentro ou fora da Rússia, mas que se consideram russos de alguma forma (estatuto do *Ius sanguinis*). Com a chamada ao povo russo para a consolidação de uma nova “Grande Nação Russa”, em que o indivíduo russo é parte fundamental desta nova estratégia e deve ser defendido em qualquer lugar e situação, Putin procura legitimar suas ações tanto no plano interno quanto no plano externo. Por outro lado, Richard Sakwa destaca que “Putin buscou alcançar a reconstrução dos cidadãos como objeto do espaço político russo para dar substância à ideia de superioridade da sociedade russa acima de qualquer outro tipo de sociedade” (SAKWA, 2008: 205). Conseqüentemente, o nacionalismo voltou com grande força no país. Afinal, para conseguir executar tal política, Putin ressuscitou a histórica ideia que

⁶⁰ Este conceito de cidadão, conforme destaca SEGRILLO (2014), apresenta-se para Putin como o resgate da ideia do “homem soviético” imaginado por Stálin.

permeia o imaginário russo de que aqueles que não são russos são considerados “o outro”, e isto se reflete, atualmente, na crise ucraniana, conforme veremos adiante.

A questão da soberania sobre o território russo é marca importante da liderança de Putin enquanto presidente do país. Nos anos 1990, a Rússia havia sido interpelada por uma sucessiva onda de atentados terroristas oriundos dos separatistas nacionalistas da Chechênia⁶¹, região do Cáucaso russo. Buscando debelar qualquer tipo de ameaça à integridade territorial do país, com vistas a mantê-la, e combater o crescente terrorismo interno, Putin atuou com mão de ferro não somente sobre a Chechênia, mas também sobre todo o Cáucaso, região cuja maioria populacional é caracterizada por rebeldes muçulmanos e islâmicos (TAYLOR, 2011).

Conforme a história russa⁶², as fronteiras sempre apresentaram significativa importância para a liderança política do país, afinal Moscou sempre se expandiu nos estertores do período Czarista e soviético, e se defendeu durante as investidas estrangeiras, conforme foi com Napoleão Bonaparte e Adolf Hitler. Com a retomada desta ideia de que o território deve ser condição *sine qua non* para a sobrevivência da nação e de que o Estado deve ser o garante disso, Graciela Zubelzú (2007) destaca que Putin avalia que a extensão territorial do país deve supor o respaldo de uma autoridade política estatal centralizada e forte para defendê-la; que a extensão territorial da Rússia se apresenta como elemento que conforma o poder do país frente ao exterior, e; que o país é considerado um vizinho de três regiões em turbulência (Oriente Médio), mudança (Europa) e ebulição (Ásia). Desta forma, a importância da extensão territorial no imaginário russo vem moldando a forma como Putin desenvolve políticas de defesa destinadas a assegurar a soberania de Moscou até o último palmo de chão do país, não obstante repelir incursões estrangeiras próximo à fronteira russa (ZUBELZÚ, 2007; WEGREN, 2013), conforme

⁶¹ A ação de Putin no caso do sequestro de um teatro de Moscou, em 2002, mandando o exército soltar gás tóxico que mataria os sequestradores/terroristas chechenos e 115 reféns, teve grande apoio popular. “A firmeza demonstrada por Vladimir Putin, [...] contrário a qualquer negociação com os rebeldes chechenos, é aprovada pela população, revertendo em êxitos eleitorais” (BERSTEIN & MILZA, 2007c: 383) e crescimento do nacionalismo.

⁶² Ver SEGRILLO (2014), BUSHKOVITCH (2014), POMERANZ (2010), SAKWA (2008a) e SAKWA (2008b).

atualmente vem ocorrendo com a expansão da OTAN⁶³ sobre o Leste Europeu até as portas da fronteira russa. Além disso, de acordo com Sakwa (2013), o condicionamento e a preocupação territorial resultam em fatores de peso político permanente quando se analisa o longo período da história russa, assim como os desdobramentos que esta variável apresenta sobre a política econômica e a política externa do país, o que confere às ações de Putin um precedente histórico importantíssimo, ajudando, inclusive, à interpretação dos atos do atual líder russo⁶⁴.

Nesse sentido, a política externa capitaneada por Putin é utilizada como meio para amalgamar o apoio da população russa em torno de um projeto nacional que vise, em última instância, a garantia do papel da Rússia outrora perdido com o colapso soviético, a saber, o status de grande potência internacional. Desta forma, as ações russas na Chechênia, conforme já nos referimos, nas “revoluções coloridas” na Geórgia e na Ucrânia no começo da década de 2000, na reação à expansão da OTAN e União Europeia sobre o Leste Europeu e o papel crescente dos oficiais militares, de inteligência e diplomatas na vida política do país, são elementos que dão os contornos da estratégia nacionalista de Putin sobre o exterior.

Ademais, após o lançamento do conceito de cidadão russo como paradigma político nacional por Putin, o debate sobre esta questão adquiriu uma nova dimensão para Rússia no seu relacionamento com o exterior, projetando seu nacionalismo para fora das fronteiras, principalmente sobre o Leste Europeu, região outrora sob influência direta russa (STUERMER, 2008). Além disso, segundo a mesma autora, Putin evoca este conceito de cidadão russo como

⁶³ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

⁶⁴ É importante destacarmos a interligação da dotação geográfica para Putin com o elemento geográfico que Morgenthau (2003) descreve em sua obra “a política entre as nações”. Conforme descrito na primeira parte deste trabalho, para o autor, o elemento geográfico é importante fator que conforma o poder de uma nação, desde que seja gerido com vistas a elevar a autonomia nacional frente ao exterior. Desta forma, torna-se *mister* o destaque de que, para Putin, o elemento geográfico é fonte de recursos materiais importantes para a execução de seu projeto político nacional, pois é no solo russo que se encontram as *commodities* que estão alavancando, em parte, a reestruturação política, econômica e social interna e a emergência internacional do país desde os anos 2000. Além disso, a posição estratégica russa entre a Europa e a Ásia confere a Moscou um maior poder de dissuasão nestas duas regiões, as quais apresentam elevada dinâmica política e econômica, não obstante apresentarem desafios à política exterior do Kremlin, tendo como exemplos as tensões no Cáucaso, na Síria, na Ucrânia e no extremo Leste do país (tensões com o Japão).

forma de intrincar os problemas crônicos do país à atuação de atores políticos e econômicos forâneos, “no outro”, principalmente sobre o papel dos Estados Unidos e da União Europeia no colapso do país nos anos 1990 e as consequências sociais que este colapso gerou⁶⁵⁶⁶. Com base nisso, a população, pauperizada por tal colapso, percebe com bons olhos esta tônica de Putin em lançar sobre o exterior as causas de muitos malefícios que o país passou, conferindo ao líder russo o suporte necessário para dar seguimento a tal política. Exemplo disso, no caso da crise da Ucrânia e anexação da Crimeia, que veremos mais adiante, Putin lançou mão de medidas com vista a assegurar os direitos da população russa tanto no leste ucraniano quanto na região da Crimeia, tendo em conta que os ucranianos do oeste do país eram “agraciados” com ajuda norte-americana e europeia⁶⁷. Em dois discursos nacionalistas históricos, após o referendo que ratificou a Crimeia como parte do território russo, Putin deixa muito claro este conceito de cidadão russo como arma da política externa russa, quando afirmou, em março de 2014, que

[...] mais de 82% do eleitorado participou na votação [do referendo e] mais de 96% deles disseram-se a favor de reunir-se com a Rússia. Estes números falam por si. Tudo na Crimeia fala pela nossa história e orgulho compartilhados. Este é o local da antiga cidade de Khersones, onde o príncipe Vladimir foi batizado. As sepulturas dos soldados russos também estão na Crimeia. Esta é também Sebastopol – uma cidade lendária, com uma história notável, uma fortaleza que serve como berço da Frota Russa do Mar Negro. Crimeia é Balaklava⁶⁸ e Kerch⁶⁹, Malakhov Kurgan⁷⁰ e Sapun Ridge⁷¹. Cada um destes lugares é caro para os nossos corações, simbolizando a glória militar russa e

⁶⁵ Ver segundo capítulo deste trabalho.

⁶⁶ Cabe destacar que, na doutrina de política externa russa de 2010, a defesa dos cidadãos russos no exterior aparece como o quarto (4º) princípio, o que confere elevada importância à diáspora russa como arma de política externa do Kremlin. Sobre este assunto, ver FREIRE (2011).

⁶⁷ Ver EUA (2016), COMISSÃO EUROPEIA (2015) e DW (2016).

⁶⁸ Pequena cidade situada perto de Sebastopol, cuja história remonta ao período do século XII, quando se constituía como importante centro comercial sob o comando dos genoveses. No período contemporâneo, foi importante na Segunda Guerra Mundial, constituindo-se como ponto extremo-sul das linhas militares forças soviéticas contra a Alemanha Nazista, além de ter sido a principal base para os submarinos nucleares soviéticos, durante a guerra-fria.

⁶⁹ Uma das mais maiores cidades na Crimeia, onde muitos soldados soviéticos morreram envenenados por gás Poison, nas batalhas travadas contra o exército nazista.

⁷⁰ Esta cidade presenciou a maior batalha da guerra da Crimeia (1853-56), quando o exército russo enfrentou as forças anglo-francesas, perdendo inúmeros soldados, por conta do relativo atraso em seus equipamentos bélicos.

⁷¹ A vitória dos soviéticos contra as forças nazistas nesta cidade decretou o fim da ocupação nazista na Península da Crimeia, assim como abriu caminho para que as forças soviéticas pudessem avançar rumo a Europa Central. Muitos soldados soviéticos foram mortos, e um monumento para eles foi erguido em 1944.

valor excepcional (PUTIN, 2014a: 1-2)⁷² [...] e que reiteramos o direito em usar todos os meios disponíveis para proteger aquele povo nas regiões leste e sudeste da Ucrânia, pois acreditamos que é absolutamente legítimo (PUTIN, 2014b: 7)⁷³.

Outro meio de Putin para promover o nacionalismo e alavancar seu apoio interno tange a questão da religião ortodoxa, tendo em vista que a Rússia se apresenta como a “Nova Roma” para a fé cristã ortodoxa a nível mundial, a qual teve grande papel na formação histórica do país. Além disso, ao promover os símbolos da referida religião e sua propagação para o país, Putin consegue dialogar e conquistar o apoio de cerca de 70% da população russa, a qual, declaradamente, se considera praticante desta religião (HILL & GADDY, 2015; SEGRILLO, 2015). Desta forma, “está claro que [Putin] apela [também] aos valores representados pela fé ortodoxa e a um nacionalismo moderado com o propósito de ligar identitariamente a nação russa” (ZUBELZÚ, 2007: 119) a um projeto político nacional bem definido.

Para interpretar tal efeito que a história exerce sobre tanto a liderança de Putin quanto sobre a mentalidade da nação da qual é líder, é necessário recorrermos ao primeiro capítulo desta dissertação, mais especificamente sobre a questão da ideologia nacional. Cabe destacar que, ao lançar mão do nacionalismo nos sentidos aqui explicitados (territorial, civil e religioso), Putin nada mais faz do que se apresentar como o líder que defenderá a nação russa das objeções internas e externas que o soerguimento da nação pode gerar. Relativizando ao que referimos no primeiro capítulo sobre a questão do nacionalismo, ao lançar mão de uma ideologia nacional unificadora para amalgamar o apoio dos súditos contra um inimigo comum, “o outro”, Putin faz prosperar um sentimento na população russa de que ele é o líder que vai trazer de volta o orgulho nacional, através de conquistas internas e externas (conforme veremos adiante), e isto tem feito com que a população se identifique com o líder

⁷² “more than 82 percent of the electorate took part in the vote [of the referendum and] over 96 percent of them spoke out in favor of reuniting with Russia. These numbers speak for themselves. Everything in Crimea speaks of our shared history and pride. This is the location of ancient Khersones, where Prince Vladimir was baptized. The graves of Russian soldiers are also in Crimea. This is Sebastopol – a legendary city with an outstanding history, a fortress that serves as the birthplace of Russia’s Black Sea Fleet. Crimea is Balaklava and Kerch, Malakhov Kurgan and Sapun Ridge. Each one of these places is dear to our hearts, symbolizing Russian military glory and outstanding valour” (PUTIN, 2014a: 1-2).

⁷³ “[...] and that we retain the right to use all available means to protect those people in the eastern and southern regions of Ukraine” (PUTIN, 2014b: 7).

russo (STUERMER, 2008). Ademais, tendo em vista a vontade de Putin em implementar o projeto de engrandecimento da Rússia, o recurso à ideologia nacional torna-se arma importante contra as doutrinas perversas oriundas do exterior (doutrina econômica liberal e socialmente conservadora dos anos 1990, por exemplo), sendo dever do líder nacional, conforme destaca Morgenthau (2003), extirpá-las das mentes dos cidadãos nacionais, seja pelo ensino doutrinário (ideológico), seja pela utilização da razão, a qual deve buscar explicações racionais o acolhimento da ideologia nacional pela nação. Nesse sentido, esta última ideia de Morgenthau (explicação racional para acolhimento da ideologia nacional) pode ser relativizada à história do país, principalmente após 1991, afinal, a década de 1990 apresenta-se como o período de derrocada e enfraquecimento do Estado e da sociedade daquele país, em contraste com o período soviético, considerado o período de auge (BUSHKOVITCH, 2014). Exemplo disso, num discurso épico na Assembleia Federal anual em Moscou em 2004, Putin disse que o colapso da URSS foi a maior catástrofe geopolítica do século XX, o que, segundo Monaghan (2015), pode ser considerado como uma sugestão do líder russo em tentar reconstruir, ou mesmo tentar retomar, a força do período soviético. Além disso, o nacionalismo que Putin evoca perante sua nação pode ser interpretado com base naquilo que Thomas Hobbes (1998) chama de a “lei suprema” da nação, ou seja, de que os governantes devem estar imbuídos da vontade suprema de dar segurança à nação, para que esta não seja dominada por outras. Dentre as medidas enunciadas por Hobbes, apresenta-se como ideia principal a defesa dos nacionais contra um inimigo externo comum. Obviamente, no caso da Rússia de Putin, este inimigo externo é “o outro”, conforme explicitamos no presente capítulo. Exemplo claro disso, no “Dia da Rússia”⁷⁴ de 2016, Putin declarou que este dia

representa valores importantíssimos como a Pátria, o patriotismo e a unidade do povo, ela reflete os nossos sentimentos calorosos e sinceros, a nossa responsabilidade pelo presente e futuro da Rússia (SPUTNIK, 2016: 1).

Apesar de não tocar na palavra nacionalismo, os termos *Pátria*, *patriotismo* e *unidade do povo* expressam, sob o nosso ponto de vista, um fundo ideológico

⁷⁴ 12 de junho.

que mira, intrinsecamente, a elevação da moral nacional e do nacionalismo *pari passu* unir o povo em torno de sua liderança e projeto nacional.

Apresentadas estas questões que permeiam a emergência do nacionalismo russo como instrumento central na estratégia de Vladimir Putin de soerguimento e unificação do país em torno de sua liderança, avançaremos sobre quais foram as medidas que o líder russo buscou e continua buscando implementar, nos níveis interno e externo, para auferir o logro de seu projeto político nacional iniciado no ano 2000.

3.3 – As reformas internas e a (re)centralização do poder russo

Com vistas a implementar seu projeto político de soerguimento da Rússia, Putin acreditava ser necessário um novo *aggiornamento* político, econômico e social interno, tendo em vista a mitigar as mazelas que o país herdou dos anos 1990. Para alcançar tal objetivo, na visão dele, havia a necessidade de enfrentar as oligarquias econômicas do país, as quais emergiram na esteira das privatizações das empresas estatais dos anos 1990.

3.3.1 – Estado, economia e sociedade

Estas oligarquias econômicas eram mal vistas pela maioria da população, e ele as desafiou, a fim de cumprir a promessa que havia feito aos eleitores em 2000 de restaurar a “ordem e a lei”, assim como “um Estado forte”, em detrimento de alguns bilionários egoístas (BERSTEIN & MILZA, 2007c). Ao promover uma guerra contra os oligarcas que utilizavam do poder econômico para conquistar o poder político, Putin estabeleceu uma série de reestatizações de empresas dos setores energético, industrial, midiático, aeronáutico e bélico. O caso mais emblemático foi o caso “Yukos”, em que Mikhail Khodorkovski, um dos maiores bilionários russos nos anos 1990, foi preso e teve os bens confiscados, acusado de evasão fiscal, corrupção, contabilidade criminosa reincidente, dentre outros crimes. Esta guerra travada por Putin contou com a crescente participação dos ex-agentes da KGB ligados a ele, os quais foram os “oficiais” do líder russo nesta caça aos oligarcas.

Segundo Richard Sakwa (2013), quando da chegada de Putin à presidência, persistia na população um sentimento de comunidade, cujos indivíduos se ajudavam economicamente compartilhando os poucos recursos que possuíam entre si, tendo em vista a grave crise que o mercado de trabalho e a economia do país percorreu nos anos 1990. Com vistas ao agravamento da desigualdade econômica e social na referida década, o povo russo percebia os *novos russos*⁷⁵, considerados homens de negócios que fizeram fortuna durante as privatizações das empresas estatais, com profundo desprezo, sentimento este que se “constitui uma das razões de apoio ao presidente Putin em relação a campanha dele contra esses *novos russos*, que saquearam o Estado e a Rússia” (ZUBELZÚ, 2007: 111).

Cabe destacar que a caça às oligarquias promovida por Putin vai de encontro com aquilo que Hans Morgenthau (2003) chama de *a índole nacional* (explicitada no primeiro capítulo), afinal, ao promover a reestatização de empresas de vários setores da economia e o expurgo das oligarquias, principalmente aquelas ligadas aos setores energético⁷⁶ e midiático⁷⁷, Putin recolocou no plano da sociedade russa a histórica ideia de igualdade e proteção estatal, fazendo com que esta não seja sobrepujada por interesses egoístas e desestabilizadores socialmente, o que criou, juntamente com a emergência do nacionalismo, uma espécie de espírito nacional, em que os cidadãos sentem que os interesses da nação estão acima de particularismos egoístas das oligarquias econômicas do país.

Ao deslanchar esta caça às oligarquias, o presidente russo desencadeou uma série de reformas econômicas internas, as quais se caracterizaram por conferir ao Estado russo maior poder de decisão nos rumos econômicos (e sociais) do país. Estas reformas se caracterizaram pela nacionalização das empresas do setor energético (GAZPROM, LUKOIL e YUKOS), conforme já

⁷⁵ Forma como a população chamava os oligarcas econômicos do país (SEGRILLO, 2014).

⁷⁶ Segundo Medeiros (2008), a reestatização das empresas Gazprom, Lukoil e Yukos, no setor energético, e o enquadramento da mídia, através de leis e fortalecimento de empresas estatais de comunicação, resultaram na mudança da correlação de forças em favor do Estado, conferindo a este forte capacidade de impor a “ordem e a lei” perante a sociedade russa.

⁷⁷ Os principais meios de comunicação estatais fortalecidos com Putin foram: THE VOICE OF RUSSIA; RIANOVOST; RUSSIA TODAY E SPUTNIK. Todos estes canais televisivos apresentam abrangência global, em vários idiomas, difundindo a visão russa dos fatos determinantes internamente e externamente ao país.

citado, o que, num período em que o preço do barril de petróleo começava a entrar num ciclo de alta (que durou toda a década de 2000)⁷⁸, garantiu a entrada maciça de recursos financeiros do exterior à Rússia, afinal o país é um dos maiores produtores e exportadores da *commodity*. Como o setor energético, segundo Medeiros (2008), representa 20% da economia e 50% das exportações do país, este ciclo de alta do preço internacional do petróleo representou fator determinante para alavancar os investimentos estatais dentro do país⁷⁹.

Por exemplo, o setor bélico (outro que Putin promoveu reformas profundas para reorganizá-lo e dinamizá-lo) foi um dos que mais se expandiram com os investimentos estatais oriundos da venda dos recursos energéticos ao exterior. Para se ter ideia da magnitude deste movimento, na média dos anos 1990, o orçamento militar do país caiu drasticamente (1/10 em relação a 1989). Nos anos 2000, houve uma inflexão desta tendência e duas medidas foram tomadas para reerguer o setor: a expansão do orçamento federal na área de defesa e a reorganização do complexo industrial de defesa sob o comando do Ministério da Defesa do país, comandado por Serguey Ivanov, oficial de confiança de Putin. Com os recursos oriundos do setor energético sendo empregados para ampliar os investimentos no setor bélico, “o gasto militar, longe de ser um ‘fardo’ que impede a utilização de recursos para outros fins, [foi] um importante estímulo para a expansão econômica e, devido às suas características, também para o progresso tecnológico [do país]” (MEDEIROS, 2008: 249)⁸⁰. Com a centralização do setor ao redor do Estado russo, a

⁷⁸ Entre os anos 1998 e 2014, o preço do barril de petróleo saltou de US\$ 11 para US\$ 105, o que fez com que o setor energético russo, agora sob o comando do Estado, tivesse uma considerável elevação de renda, podendo relaxar as restrições monetária e do crescimento. Com o aumento das receitas oriundas da exportação de petróleo, houve a regularização das finanças do Tesouro e uma sistemática reestruturação do Estado russo. Esta reestruturação levou à queda da despesa financeira do Tesouro e aumento da despesa não-financeira, o que, conseqüentemente, estimulou setores da economia real e a elevação do investimento público e privado, além do consumo das famílias. “A conjugação destes fatores levou a uma trajetória de alto crescimento puxado pelos investimentos e consumo internos” (MEDEIROS, 2008: 244), com cerca de 6,7% entre 1999 e 2006, segundo Ignatiev (2007).

⁷⁹ Conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, na ótica de Hans Morgenthau (2003), os recursos naturais são um dos elementos que conformam o poder nacional e conferem à nação que os detém enorme capacidade de autonomia no direcionamento dos provimentos destes recursos para desenvolver áreas de seu interesse. No caso da Rússia, parece que Putin tem colocado em prática esta ideia proposta pelo autor, afinal ele direciona os recursos financeiros oriundos da venda de gás e petróleo ao exterior para alavancar determinados setores-chave, como, por exemplo, o setor bélico e a expansão das indústrias do país.

⁸⁰ O setor bélico, também é um dos elementos mais importantes de qualquer nação, segundo a teoria política realista de Morgenthau (2003), tendo em vista que, dado o grau de competição

produção, modernização e exportação de armamentos garantiu enorme poder ao Estado russo frente ao exterior, tendo em vista que a exportação de armamentos ganhou força, tendo como principais destinos a China, Síria, Irã, Venezuela e Brasil, o que gerou, também, enormes entradas de capitais para a economia do país. Além disso, ao promover desfiles e paradas militares com estes novos armamentos e sua demonstração para o mundo através da mídia, o governo de Moscou busca promover aquilo que Hans Morgenthau (2003) chama de política de prestígio pela via militar, ou seja, projetar sobre o exterior uma imagem de que o país conta armamentos com tecnologia de última geração, e o exemplo disso, conforme já citamos no primeiro capítulo, foi que no ano de 2015, no “Dia da Vitória” russa na “Grande Guerra Patriótica” (Segunda Guerra Mundial), realizou-se na praça vermelha em Moscou o maior desfile militar já realizado na história do país, justamente em um momento em que este país se vê numa situação em que busca mostrar e demonstrar todo o seu poder e sua capacidade de ação militar na política interna e internacional⁸¹

Mas, a dinâmica do setor energético, segundo Pomeranz (2007), também foi canalizada pelo governo Putin para implementar uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico, melhorar a inserção competitiva do país no cenário internacional e servir como instrumento de política externa. Para tal, foram formuladas duas estratégias de médio-longo prazos: a primeira é o “Programa de desenvolvimento econômico-social da Federação Russa no médio prazo 2005-2008” e, a segunda, são as “Direções básicas da política orçamentária e tributária para os anos 2008-2010”. Estas estratégias

que as nações se encontram na política internacional, faz-se necessário sempre estar preparado para se defender contra agentes militares forâneos. No caso da Rússia, este elemento conforma o poder do país historicamente, desde os tempos da guerra contra Napoleão até a vitória sobre a Alemanha Nazista. Com a subida de Putin à Presidência do país, oficiais militares galgaram postos de comando no *stablishment* russo (conforme tem-se percebido até aqui), e o grau de preparação militar do país desde o ano 2000 é muito maior do que nos anos 1990, por conta da reestruturação industrial do setor em torno do Ministério da Defesa do país, o qual promove a demanda necessária para que o setor bélico se articule industrialmente (MEDEIROS, 2008).

⁸¹ A parada militar dedicada aos setenta anos da vitória da Rússia na Segunda Guerra Mundial foi o maior desfile militar russo já realizado. Desfilaram cerca de 16.500 militares, 200 veículos blindados de combate e 140 helicópteros e aviões de guerra. Além disso, para o analista político crítico mais atento, o fato do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, estar sentado ao lado do presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, na primeira fila de autoridades, durante o referido desfile militar (Anexo 2), parece demonstrar em que estado se encontra as relações entre os dois países, atualmente. Para maiores detalhes do referido desfile militar, ver SPUTNIK NEWS (2015).

estabeleceram as diretrizes para uma melhor inserção da economia russa no mundo globalizado, com meta de duplicar o PIB do país até o ano de 2010⁸², através da criação de mecanismos de controle e regulação típicos das economias capitalistas liberais. Além disso, segundo a autora, foram definidas as seguintes diretrizes: 1) dinamizar a diversificação estrutural da economia através de elevadas taxas de crescimento⁸³, e; 2) dinamizar os setores vinculados ao engrandecimento social da população (educação, saúde, habitação, luta contra a pobreza e investimento em inovações tecnológicas voltadas ao setor civil). Por se tratar de um projeto, não houve a fixação de metas, a não ser na questão da duplicação do PIB. Além disso, Putin lançou os chamados programas nacionais, que englobam, basicamente, um Programa Nacional de Educação, um de Saúde, um de Habitação e um de apoio à Agricultura.

Putin criou também o Fundo de Estabilização, e o dividiu entre o “Fundo de Reserva” (destinado a suprir as possíveis reduções das receitas oriundas dos recursos energéticos) e o “Fundo para as Futuras Gerações” (também denominado Fundo de Bem-Estar Nacional, destinado ao desenvolvimento econômico e à elevação do nível de bem-estar, com a capitalização de órgãos de financiamento criados para alavancar os investimentos na economia real nacional⁸⁴ – pequenos empreendimentos, projetos de infraestrutura básica, geração de empregos, distribuição de energia elétrica, projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico, através de investimentos na Academia Russa de

⁸² Segundo dados do Banco Mundial (2016), em 2000, o PIB russo apresentava o valor absoluto de US\$ 259 bilhões e, em 2010, este valor havia saltado para US\$ 1,525 trilhão.

⁸³ Neste quesito, conforme destaca Segrillo (2014) e Banco Mundial (2016), houve significativo avanço, pois a economia apresentou taxa média de crescimento da ordem de 4,13% entre 2000 e 2015.

⁸⁴ Esta injeção de investimentos no complexo industrial nacional que Putin vem promovendo na Rússia, além de ser consequência de um projeto nacional de longo prazo, é fator que procura blindar a economia russa de possíveis sanções ou penalidades econômicas oriundas do exterior, conforme vê-se, atualmente, nas sanções oriundas dos Estados Unidos e da União Europeia ao país, desde que começou o conflito na Ucrânia (ver EUA, 2014; BBC, 2014a; BBC, 2014b). Além disso, o fato de Putin procurar dinamizar a economia real do país através de investimentos produtivos em setores estratégicos vai de encontro à tese levantada pelo *founding father* do realismo político moderno, de que uma capacidade industrial sólida e sustentável é elemento que engrandece o poder de dissuasão de uma nação sobre outra, tendo em vista que esta capacidade industrial, ao ser empregada economicamente e militarmente, confere ao país poder de ação internacional autônomo e autossuficiente em termos de recursos materiais (MORGENTHAU, 2003), além do fato de que, internamente, um elevado grau de capacidade industrial pode conferir à população as bases materiais para sobreviver razoavelmente bem, tanto em períodos de calma quanto em períodos de turbulência.

Ciências, os programas de dispêndio em saúde, infraestrutura de transportes, apoio à indústria aeronáutica e o programa de desenvolvimento demográfico).

Se a ordem e a estabilidade eram importantes para o povo russo, a prosperidade era tanto quanto. Isso se deveu ao fato de que Moscou e outras grandes cidades passavam durante os anos 2000 por uma melhoria considerável da atividade econômica, o que se refletiu no âmbito das famílias russas⁸⁵. Uma nova classe média estava se formando no país e começava a consumir de forma sustentável ao longo dos anos⁸⁶, trocando, por exemplo, “eletrodomésticos soviéticos decrépitos por lava-roupas e lava-louças Siemens e Bosch, [...] não obstante os imensos engarrafamentos todo dia porque milhões de pessoas compraram carros pela primeira vez” (BUSHKOVITCH, 2014: 470). Além disso, essa “nova classe média” passava férias na Europa e Oriente Médio, e também a taxa de natalidade superava, depois de muitos anos, a taxa de mortalidade, revelando os resultados dos investimentos em saneamento básico e do Programa de Desenvolvimento Demográfico⁸⁷.

⁸⁵ Os recursos oriundos da venda de petróleo serviram, dentre outras coisas, para colocar os salários e aposentadorias dos funcionários estatais em dia, tendo em vista que eram atrasadas por meses durante o período Yeltsin. Nesse sentido, boa parte da popularidade inicial de Putin deriva, em parte, de, em apenas um ano, colocar em dia todos os salários e aposentadorias e resolver o problema. Desta forma, o período de crescimento econômico inicial da Era Putin “não era apenas um caso do tipo ‘a economia vai bem, mas o povo vai mal’: a melhoria macroeconômica se refletiu diretamente no bolso dos cidadãos” (SEGRILLO, 2014: 252).

⁸⁶ Lenina Pomeranz (2007) destaca que o salário mínimo apresentou, durante os anos 2000, um aumento real da ordem de 4,7 vezes. Exemplo disso, a renda média mínima para se viver na Rússia nos anos 1990 era de 7 mil rublos, e somente 2% da população apresentavam este nível de renda em 2000. Em 2005, este nível de renda já era mensurado em 48% da população. Por outro lado, a taxa de desemprego, que se situava em torno de 12,4% em 1999, passava para 7% em 2007 e 5% em 2014. A taxa de longevidade da população que era de 69,2 anos em 1990, decaiu para 65 anos em 2002 (em meio ao período neoliberal) e aumentou para 65,3 em 2005. A taxa de pobreza, que em 1999 era de 41,5%, em 2002 passou para 19,6% e, em 2007, caiu para 15% (SEGRILLO, 2014). Tais fatos revelam uma dinâmica importante na Era Putin, a saber: o transbordamento dos investimentos econômicos no tecido social.

⁸⁷ Conforme já mencionamos, Morgenthau (2003) destaca que o contingente populacional é condição *sine qua non* para a expansão do poder nacional. O exemplo que o autor dá, conforme já expomos, é o fato de que, para a conformação de um mercado interno, é necessária determinada quantidade de indivíduos. Por outro lado, em caso de intervenções militares, homens são necessitados para lutarem nos fronts. Alinhavando tais pressupostos de Morgenthau (2003) às ações de Putin na Rússia, podemos inferir que os investimentos na economia real e na área social são determinantes para que a população russa possa crescer de forma sustentável, não obstante o processo de declínio demográfico ocorrido nos anos 1990-2000. Dados do Banco Mundial (2016) revelam que entre 1991 e 2008 a Rússia apresentou um crescimento demográfico negativo e, somente a partir deste último ano, através do programa de desenvolvimento demográfico executado por Putin ao longo de toda a década de 2000, o crescimento demográfico voltou a ser positivo. Mas, o que é mais importante é que o crescimento demográfico é entendido pelo Kremlin como algo estratégico para a segurança nacional, afinal, a defesa da parte Leste do país depende de um elevado nível de povoamento naquela região,

Desta forma, um dos principais feitos da Era Putin foi de ter expandido o mercado interno da Rússia, o que, conseqüentemente, refuta a ideia de que somente a venda de petróleo e gás para a União Europeia teria alavancado a economia do país. Pelo contrário, a venda de petróleo e gás foi importante fator para a entrada de divisas no país, mas a expansão do mercado interno russo fora, talvez, a mais impactante medida de Putin, afinal resultou na prosperidade social do povo russo. Exemplo disso, a taxaçoão sobre pequenos negócios foi extinta pelo máximo mandatário, e estes pequenos negócios se alastraram por toda a Rússia, inclusive sobre regiões que outrora viviam tempos de forte estagnação econômica e degradação social (Urais e a região Leste do país), mas que, após esta medida, passavam a experimentar a prosperidade econômica e social (SEGRILLO, 2015).

3.3.2 – Estado e sistema político-administrativo

Para que a prosperidade econômica e social tomasse o impulso pretendido pelo líder russo, alterações substanciais no curso político do país teriam que ser realizadas, inclusive no interior do Estado russo e na administração territorial do país. Nesse contexto, ao lado do enquadramento econômico das oligarquias, houve o enquadramento político das regiões controladas por elas, com a centralização em Moscou do recolhimento tributário, da justiça e das forças militares, tendo em vista conformar a centralização do comando de todas as atividades estatais nas mãos do executivo do país (MEDEIROS, 2008). Tal fato ocorreu, pois, nos anos 1990, com o beneplácito de Boris Yeltsin, os poderes locais controlados pelas oligarquias econômicas ganharam força, controlando o recolhimento de tributos, a justiça e o exército, com o conseqüente enfraquecimento do poder executivo federal. Além disso, Putin determinou a revogaçoão da autonomia das regiões russas e o país foi dividido em 89 regiões e sete macrorregiões federais, as quais se submetiam (civil e militarmente) ao controle direto de Moscou. Ademais, estas sete macrorregiões eram também os sete distritos militares do país, e os seus governadores eram oficiais militares egressos da Federal Service Bureau, todos

assim como ocorre em outras regiões, como o Cáucaso. Além disso, a expansão demográfica pretendida por Putin objetiva expandir o raio de atuação do exército russo nas fronteiras mais afastadas do país, dando ao líder russo maior poder dissuasório nestas regiões. Para um aprofundamento nesta questão, ver FEDERAÇÃO RUSSA (2007).

nomeados por Putin. Desta forma, o líder russo conseguiu colocar em marcha uma conexão histórica da formação russa, a saber, a conexão entre o poder militar e a administração do território russo⁸⁸.

Nesse contexto, Richard Sakwa (s/d) aponta que, após Putin chegar à presidência, o sistema político russo vem apresentando um caráter dual, havendo a existência de dois regimes político-administrativos paralelos. Tais regimes se caracterizam: 1) pelo regime político constitucional, que provêm ao Estado e à sociedade determinadas regras de conduta, e; 2) pela existência de um *stablishment* político comandado pelo partido de Putin (Rússia Unida), que opera as políticas governamentais com base nas diretrizes da coalisão que compõe a “corte” presidencial, ou seja, um regime partidário-burocrático que opera com base nos interesses das facções que compõem o governo.

Nesse sentido, o mesmo autor destaca que há o funcionamento pleno das instituições do Estado russo, mas as estruturas destas instituições estão se tornando, desde 2000, opacas e sombrias, haja vista que os quadros que ocupam os postos-chave delas são nomeados pelos dirigentes do partido do presidente Putin, e as práticas destes quadros são baseadas num modo de ação “cortesão”, ou seja, estão a serviço das designações da presidência do país, respondendo diretamente ao presidente. Desta forma, seguindo a hipótese de Segrillo (s/d), a Rússia apresenta um genuíno “regime administrativo”, com burocratas ligados ao presidente provendo as funções de comando estatais, e cuja “legitimidade fundamental deriva de uma ordem constitucional sobre a qual é constantemente proclamada sua submissão” (SAKWA, s/d: 36).

Como consequência deste sistema dual, dois níveis de embate político apresentam-se na Rússia ao longo destes anos (2000-2016). O primeiro, na forma constitucional de concorrência eleitoral, com partidos e políticos operando e disputando votos livremente, com cobertura da imprensa e regulação das disputas eleitorais em termos formais. O segundo, na forma de um mundo parapolítico baseado em grupos informais e facções operando em torno dos quadros

⁸⁸ Ao contrário de Yeltsin, que dava grande autonomia para os governadores regionais (o que levou à emergência dos movimentos separatistas na Chechênia) em troca de apoio no plano nacional, Putin recentralizou as rédeas do poder na Rússia em suas mãos, pois, tendo maioria nos parlamentos federal e regionais, anulou vários atos dos governadores e leis que contrariavam a Constituição do país (SEGRILLO, 2014).

político-partidários/burocráticos que compõem a coalisão presidencial de Putin, que visam minar qualquer ascensão de grupos opositoristas. Segundo Sakwa (s/d), este sistema para-político opera tentando manipular a opinião pública para moldar os resultados eleitorais, através do puro exercício de técnicas manipulativas, com o uso do aparato estatal a seu favor⁸⁹. Desta forma, segundo o autor, o que se vê na Rússia, desde 2000, é uma forte relação promiscua entre o Estado e o partido (coalisão) que o controla, e cujas regras políticas e jurídicas são criadas pelos próprios quadros político-partidários que estão no comando estatal, ao mesmo tempo em que estas regras consolidam o poder presidencial, reforçando ainda mais o poder de comando do Estado frente a sociedade. Desta forma, muitas regras criadas desde 2000 são aplicadas de forma assimétrica, beneficiando quem as criam, em detrimento das oposições operantes no país⁹⁰.

Por outro lado, Sakwa (s/d) destaca ainda que o mundo formal das instituições está subvertido por um processo interno de práticas informais, em que os agentes do regime operam segundo suas leis e regras internas próprias, as quais se constituem como uma forma “institucional” de controlar o aparato estatal. Embora os dois pilares deste Estado dual apresentem-se pelas palavras formal e informal, ou constitucional e regime, analiticamente eles tornaram-se mutuamente constitutivos. Perante a sociedade, a administração do regime permanece relativamente afastada e imune aos movimentos políticos e associações cívicas populares que pregoam o caráter democrático da Constituição russa, ao mesmo tempo que restringe a participação destes grupos na burocracia estatal, sendo os cargos políticos destinados apenas às facções que compõem a coalisão do governo Putin, conforme já assinalamos, além do fato de que os funcionários públicos do país são cooptados pelo regime a serem participes desta nova orientação política do Estado russo. Nesse sentido, esta divisão da burocracia estatal com as facções políticas e funcionários públicos cooptados tem tornado a governança sensivelmente corrupta, eliminando a competição meritocrática, a transparência e a

⁸⁹ Via exposição nos meios de comunicação audiovisuais oficiais, por exemplo.

⁹⁰ Exemplo disso é a caça às oligarquias do setor energético, que eram ligadas aos quadros político-partidários do governo Yeltsin, nos anos 1990. Nesta caça, Putin decretou leis que foram aprovadas pelo parlamento, cuja maioria parlamentar era da própria base do governo Putin, que retiravam direitos econômicos de alguns oligarcas, tendo em vista o aparecimento de acusações contra eles de corrupção e fraude nas privatizações dos anos 1990. O caso mais emblemático é o da empresa Yukos, que estava nas mãos do oligarca opositorista a Putin, Mikhail Khodorkovsky, o qual foi acusado de ter praticado crimes financeiros, sendo preso em 2003 e tendo que liquidar seu controle acionário sobre a empresa, a qual, mais tarde, foi estatizada pelo governo russo.

autonomia dos políticos e funcionários públicos contrários ao projeto de poder do grupo político de Vladimir Putin.

Desta forma, a administração russa clama por estar acima das divisões históricas que assolam o país desde os anos 1990, e, de fato, procura neutralizar as forças políticas e sociais internas que estão apartadas do comando do Estado russo, desde os tempos soviéticos, a saber, os grupos liberais mais extremados, ligados político-economicamente ao Ocidente. Nesse sentido, aqueles que não são cooptados pela força do regime, são marginalizados, e o processo eleitoral que vem elegendo a coalisão política de Putin em 2000, 2004, 2008 e 2012 expressa claramente esta disposição, afinal, de acordo com Remington (2010), no partido “Rússia Unida” há segmentos de distintas orientações políticas, os quais, ao buscarem não ser politicamente marginalizados, não fazem desagravos ao regime de Putin⁹¹, e, aqueles que o fazem, estão fora do partido, ligados aos partidos de oposição, sofrendo subsequentes derrotas nas eleições presidenciais⁹² e legislativas⁹³ do país.

3.3.3 – Estado e parlamento

Na relação com o parlamento, a administração Putin vem atuando de forma a mitigar qualquer obstrução às medidas do poder executivo que visam dar continuidade ao projeto da “Grande Nação Russa”, iniciado em 2000. Neste sentido, conforme destaca Remington (2008), o fortalecimento da posição do partido do presidente ao longo dos anos na Duma (análogo à Câmara dos Deputados), é uma forma que Putin encontrou para concentrar a agenda política do país nas suas mãos, afinal, as medidas de ordem interna (aqui já explicitadas) e externa (a serem explicitadas) implementadas pelo líder russo

⁹¹ Segundo Thomas Remington (2010), três subgrupos dentro do partido “Rússia Unida” apresentam estas características. São eles: o liberal-conservador; o social-conservador, e; o liberal. Além disso, conforme destaca Berstein & Milza, “o programa do partido é, sem dúvida, patriótico: reúne aqueles que, após a queda da URSS, lamentam a perda de influência da Rússia no mundo e aspiram à recuperação do país. Mas [...] também contém aspectos sociais que [...] atrai uma parte do eleitorado comunista, sem deixar de defender princípios econômicos liberais e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, de forma a satisfazer os membros dos pequenos partidos de direita que não se opõem ao presidente” (BERSTEIN & MILZA, 2007: 384).

⁹² Nas referidas eleições presidenciais, Vladimir Putin e Dmitri Medvedev, seu aliado político, sempre alcançaram mais da metade dos votos dos eleitores, sempre se elegendo em primeiro turno. As porcentagens alcançadas por eles foram as seguintes: Putin (2000): 52,99%; Putin (2004): 71,31%; Medvedev (2008): 71,28%; Putin (2012): 63,64%.

⁹³ Nas eleições legislativas nacionais que ocorrem desde 2000, o partido de Vladimir Putin também vem apresentando importantes vitórias, conferindo maior governabilidade ao governo do líder russo, ao longo do tempo. As porcentagens alcançadas pelo “Rússia Unida” nas referidas eleições foram as seguintes: 2003: 225/450 cadeiras; 2007: 315/450 cadeiras; 2011: 238/450 cadeiras, e; 2016: 343/450 cadeiras.

apoiam-se na sua majoritária base parlamentar, a qual legitima na lei estas medidas.

Consequentemente, a sintonia fina entre executivo e legislativo na aprovação de medidas que impactam diretamente a população, conforme expomos anteriormente, reflete-se nos elevados índices de aprovação do presidente (com mais de 80%, em 2016), além do referido desempenho de seu partido nas eleições legislativas. Mas, o mais importante a se destacar é que o apoio da população às medidas adotadas pelo executivo e sancionadas pelo legislativo remete ao caráter nacionalista que estas apresentam, afinal, conforme já destacamos, Putin tenta trazer de volta ao debate político a recuperação da grandeza perdida do país e o papel que o cidadão russo têm nesse sentido. Seguindo esta direção, os pilares fundamentais do partido “Rússia Unida” baseiam-se no nacionalismo, estatismo e conservadorismo (RUSSIA UNIDA, 2016), indo de encontro ao que a população deseja: o resgate do orgulho nacional perdido nos anos 1990, a atuação maior do Estado no provimento das necessidades básicas de sobrevivência e o estímulo à manutenção e elevação das tradições culturais do país.

Desta forma, ao implementar uma plataforma de governo que canaliza os recursos do Estado para satisfazer as necessidades básicas da população, Putin traz esta para seu lado, a qual foi alijada econômico-socialmente nos anos 1990. Com isso, parece-nos que a ideia de *ocasião* em Maquiavel pode ser relativizada a este caso, afinal as medidas adotadas internamente pelo líder russo são reflexo tanto da posição *virtuosa* dele em implementar o que a população anseia e amalgamar apoio à sua liderança, quanto da *fortuna* daquele momento que a conjuntura social russa apresentava. Ou seja, Putin maneja e aproveita o contexto econômico-social da Rússia para promover medidas populares e nacionalistas, visando a legitimidade popular para se manter no poder.

3.4 – A política externa russa sob o comando de Vladimir Putin: a emergência de um novo projeto

Tendo em mente os elementos que destacamos nos itens 3.2 e 3.3, cabe fazer menção à política externa russa sob a presidência de Vladimir Putin. A política externa tem sido desde 2000 (e até o momento) uma vitrine para Putin

legitimar suas ações internamente perante a população *pari passu* um meio para corrigir o rumo adotado pelo país após o desmonte do império soviético nos anos 1990.

Esta legitimação e correção de rumos proposto por Putin encontra amparo na ideia de que a Rússia, nos anos 1990, sofreu uma grande humilhação ao ser sentenciada pelo Ocidente como a grande derrotada na guerra-fria. Além disso, a posição da política externa dos Estados Unidos da América em manter a OTAN em funcionamento, mesmo após o império soviético ruir, e a criação e expansão da União Europeia para o Leste Europeu são importantes vetores para se levantar hipóteses sobre os contornos da política externa russa entre 2000-2016

Nesse sentido, em 2000, logo após ter assumido a presidência do país, Putin aprovou uma nova doutrina de política externa, a qual representou um novo Norte para a inserção internacional do país, pois, conforme o documento,

A prioridade mais elevada da política externa em curso da Rússia é proteger os interesses dos indivíduos e da sociedade. No âmbito desse processo, os principais esforços deverão ser direcionados no sentido de atingir os seguintes objetivos:

Assegurar a segurança confiável do país para preservar e fortalecer a soberania e a integridade territorial, para alcançar posições firmes e de prestígio na comunidade mundial, mais consistentes com os interesses da Federação Russa como uma grande potência, como um dos polos mais influentes do mundo moderno, e nos quais são necessários para o crescimento do potencial político, econômico, intelectual e espiritual próprio;

Criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, melhorando os padrões de vida da população [...];

Formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia para promover a eliminação existente e prevenir a emergência de potenciais focos de tensão e conflitos em regiões adjacentes à Federação Russa;

Defender em todos os meios possíveis os direitos e interesses dos cidadãos e compatriotas russos no exterior, e;

Promover uma percepção positiva da Federação Russa no mundo, popularizar a língua russa e a cultura dos povos russos no Estados estrangeiros (FEDERAÇÃO RUSSA, 2000)⁹⁴.

⁹⁴ “the uppermost priority of the foreign policy course of Russia is to protect the interests of the individual and the society. Within the framework of that process, the main efforts should be directed towards attaining the following main objectives:

To ensure reliable security of the country, to preserve and strengthen its sovereignty and territorial integrity, to achieve firm and prestigious positions in the world community, most fully consistent with the interests of the Russian Federation as a great power, as one of the most influential centers of the modern world, and which are necessary for the growth of its political, economic, intellectual and spiritual potential;

To create favorable external conditions for steady development of Russia, for improving its economy, enhancing the standards of living of the population [...];

Conforme se percebe, a questão da soberania nacional em seus múltiplos sentidos é o objetivo central do documento, não obstante a defesa dos interesses do Estado e da sociedade russos a nível internacional. Em 2008 e em 2013 foram lançadas mais duas doutrinas de política externa, as quais, grosso modo, mantiveram estes mesmos objetivos, acrescentando-se a defesa dos direitos humanos e o reforço da projeção da Rússia no mundo como uma sociedade democrática.

Mediante estes objetivos, Segrillo (2015) destaca que Vladimir Putin vem perseguindo a trilha da recuperação do prestígio internacional do país, mas que, ao tentar fazer isso, resvala no Ocidente, o qual, segundo Pfaff, é entendido pelos russos como uma entidade cultural que compreende a civilização europeia-norte-americana, em respeito à qual a Rússia mante um complexo e contraditório vínculo (positivo: cooperação; negativo: diferenças e exclusão). O ocidente tem se constituído como o “outro” para a Rússia, além de se constituir como elemento relevante de contraste para a conformação da identidade russa (PFAFF, 2015). Por outro lado, Segrillo (2015) nos lembra que, apesar da formulação de uma nova concepção de política externa em 2000, até 2004 a Rússia buscou cooperar ativamente com o Ocidente, principalmente os Estados Unidos da América, em matérias como terrorismo, segurança e inteligência, por conta dos atentados do 11 de setembro de 2001. Mas, no início do segundo mandato (2004), Putin deu início a uma política externa mais autônoma e assertiva no país, batendo de frente com os Estados Unidos da América em questões como a expansão da OTAN ao Leste Europeu, a instalação de um escudo antimísseis da aliança militar atlântica em solo polonês e Tcheco voltado para o Irã, mas na direção da Rússia, e buscou recuperar o status tradicional de grande potência mundial. Além disso, a antiga periferia e zona de influência soviética ganhou um olhar mais atento de Putin, principalmente quando estouraram as “revoluções coloridas” na Geórgia (2003), na Ucrânia (2004), os

To form a good-neighbor belt along the perimeter of Russia's borders, to promote elimination of the existing and prevent the emergence of potential hotbeds of tension and conflicts in regions adjacent to the Russian Federation;

To uphold in every possible way the rights and interests of Russian citizens and fellow countrymen abroad, and;

To promote a positive perception of the Russian Federation in the world, to popularize the Russian language and culture of the peoples of Russia in foreign states” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2000).

confrontos entre Ossétia do Sul e Geórgia (2008) e a questão do reconhecimento de Kosovo (2008 - Rússia não reconhece até hoje).

No plano da retórica oficial, esta correção de rumos da política externa do país expressa-se no discurso do presidente russo na Conferência Internacional sobre Política de Segurança, realizada em Munique, em 2007, na qual o líder russo destacou que a política de manutenção e expansão da OTAN sobre Leste Europeu, capitaneada pelos Estados Unidos da América, é considerada agressiva e ofensiva para o Kremlin. Além disso, ponderou o líder russo, os estadunidenses se retiraram unilateralmente do Tratado Antimísseis Balísticos (SALT I), assinado entre Estados Unidos da América e União Soviética em 1972, o qual garantia que as armas nucleares dos dois países fossem mutuamente asseguradas em níveis máximos, proibia que os sistemas antimísseis balísticos fossem expandidos e garantia um “aggiornamento” que manteria o *status quo* nuclear internacional em favor das duas superpotências. Com a renúncia estadunidense a tal tratado em 2002 e a intenção deste país em estabelecer uma nova política de mísseis balísticos, de fato, na direção da Rússia, Putin percebeu que seu país não mais estaria em condições de agir passivamente às ações dos Estados Unidos da América, tendo colocado em prática, então, a política do *first step*⁹⁵, constante na Doutrina Militar da Federação Russa de 2000, a qual se caracteriza pela iniciativa russa de fazer uso de armas nucleares primeiro, caso haja a iminência extrema de risco à existência do país.

Com relação ao recurso ao nacionalismo como arma de política externa, Monaghan (2015) destaca que Putin utiliza deste artifício para amalgamar o apoio interno à suas medidas externas⁹⁶, inclusive lançando mão de discursos que remetem à glória e ao orgulho nacional do período soviético. Segundo o mesmo autor, o segundo mandato do presidente russo foi acompanhado pela

⁹⁵ “A doutrina militar russa anterior, planejada em 1993 numa atmosfera internacional de euforia que se seguiu ao fim da Guerra-Fria, previa que o país não iniciaria uma guerra nuclear. Em tese, a nova doutrina criada em 2000 aumentou o perigo de Moscou lançar seus mísseis, já que permitiria a Putin apertar o botão de lançamento se achasse que a Rússia poderia ser vencida em um ataque convencional.

Desenvolvida depois que a Otan (aliança militar ocidental, liderada pelos EUA) enfureceu a Rússia ao bombardear a Iugoslávia [em 1999], a doutrina reflete a determinação de Moscou em ser respeitada pelo resto do mundo” (WOMACK, 2000).

⁹⁶ Segundo Graciela Zubelzú (2007), o índice de popularidade das instituições russas caracteriza-se por: 1º a Presidência; 2º a Igreja Ortodoxa, e; 3º as Forças Armadas.

sugestão de que uma nova guerra-fria estava sendo desenvolvida, principalmente quando do discurso do presidente russo na Assembleia Federal Anual de 2004, em Moscou, quando ele disse que o colapso da União Soviética “foi a maior catástrofe geopolítica do século XX”.

Por outro lado, em 2014 o Kremlin lançou uma nova doutrina militar para o país, a qual atualizava alguns termos em relação à doutrina anterior, mas mantendo a estrutura básica. Nesse sentido, a principal atualização foi a prerrogativa de rápida resposta russa ao avanço da OTAN para o Leste Europeu, assim como a qualquer tipo de ameaça nas fronteiras exteriores do país, através da instrumentalização de armamentos pesados e estratégicos (nucleares)⁹⁷.

Desta forma, a política externa russa sob o comando de Vladimir Putin, de maneira geral, enfatiza: 1) os Estados Unidos da América, que lidera a OTAN, como o grande inimigo a ser transposto internacionalmente, não reconhecendo este como o único e superior polo de poder político internacional; 2) a emergência de um novo projeto de inserção internacional para a Rússia, que visa recolocar o país na política internacional contemporânea de forma autônoma, pragmática e assertiva em relação aos anos 1990; 3) a redefinição do foco da política externa para quatro níveis de atuação: local, regional, continental e global (com especial ênfase para as questões regionais e continentais), em contraposição à atenção dada apenas à aspectos locais e regionais, nos anos 1990.

3.4.1 – A política externa a nível local

A nível local, a política externa russa vem atuando para conter as sucessivas ondas nacionalistas e religiosas na Chechênia, na Geórgia, no Quirguistão e na Ossétia do Sul. As “revoluções coloridas” pró-Occidente na Geórgia (2003), Ucrânia (2004) e no Quirguistão (2005) “foram percebidas [por Putin] como principais desafios à afirmação de seu projeto de política [externa a

⁹⁷ Conforme a seção II “Military risks and military threats encountered by the Russian Federation, no artigo 12: the main external risks are [the] build-up of the power potential of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and vesting NATO with global functions carried out in violation of the rules of international law, bringing the military infrastructure of NATO member countries near the borders of the Russian Federation, including by further expansion of the alliance” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2014)

nível local]” (MEDEIROS, 2008: 250). Além disso, a guerra entre a Geórgia e a Ossétia do Sul teve ampla participação das forças armadas russas, as quais deram suporte à Ossétia do Sul contra os georgianos, os quais pretendiam dominar importantes regiões petrolíferas na região do Cáucaso, tendo sido brutalmente reprimidos pelo exército russo.

Ademais, a supressão de movimentos separatistas pelo exército russo na Chechênia, em 2000, na Ossétia do Norte, entre 2000 e 2006, e no Cáucaso do Norte, em 2009, foi uma estratégia de Putin para manter a unidade territorial nacional, assim como para manter sob poder russo regiões que poderiam servir como bases de interesses pró-americanos na fronteira imediata com a Rússia (SEGRILLO, 2015 *apud* MOCELIN, 2016a: 440)⁹⁸.

Mas, o grande desafio local de Putin a frente do país (ainda como Primeiro-Ministro) foi a guerra contra a Chechênia⁹⁹. Medeiros (2008) destaca que a primeira guerra de Putin contra os separatistas chechenos (2000) evitou uma bola de neve separatista no Cáucaso e a continuação do colapso e desintegração final da Rússia. Além disso, pode-se dizer que esta primeira guerra contra os chechenos, e posteriormente a segunda (2002), demarcou um novo tempo das relações internacionais da Rússia, pois, após o fracasso soviético na guerra no Afeganistão em 1989, Putin sublinharia que o maior problema russo seria a “falta de vontade” do poder estatal em enfrentar os países que circundavam o Cáucaso, como a Geórgia, que fomentavam as ondas separatistas no interior do Cáucaso russo. E, é neste ponto que a caça aos oligarcas internamente se reflete na política externa, afinal no nível local a supressão dos poderes das oligarquias regionais fez com que o Kremlin pudesse conter as revoltas separatistas nas referidas regiões. Ademais, Pomeranz (2010) destaca que a disputa em torno do Cáucaso é de extremo significado para a política externa russa pois esta é uma região onde os russos têm grandes interesses por conta da localização dela e por conta da composição étnica de russos que lá residem¹⁰⁰, não obstante esta região apresentar grande dotação de recursos energéticos, os quais são cobiçados pelas potências ocidentais. Ou

⁹⁸ Ver anexo 4

⁹⁹ Ver anexo 5

¹⁰⁰ Lembrando que na Doutrina de Política Externa da Rússia de 2013, o artigo 4º, item “g”, destaca que “the foreign policy should be focused primarily on pursuing the following basic goals: ensuring comprehensive protection of rights and legitimate interests of Russian citizens and compatriots residing abroad, and promoting, in various international formats, Russia's approach to human rights issues”. (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013)

seja, os aspectos geográfico, étnico e energético são os principais fatores de disputas que a política externa russa enfrenta a nível local, na região¹⁰¹.

3.4.2 – A política externa a nível regional

No que tange ao foco regional da política externa russa, a Doutrina de Política Externa de 2013 nos concede algumas pistas sobre os rumos que o país vem adotando. Como se viu no artigo 4º, item “d”, tal doutrina elenca que o país procurará “promover boas relações com os países vizinhos ajudando a superar e prevenir potenciais tensões e conflitos nas regiões adjacentes à Federação Russa” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013)¹⁰². Nesse sentido, Moscou tem olhos muito focados sobre países que compunham a extinta União Soviética, os quais formaram, em 1991, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) juntamente com a Rússia¹⁰³.

Mas, para além da ameaça de uso da força militar em caso de tensões, Moscou vem procurando, sob o comando de Putin, estreitar os laços políticos, econômicos, diplomáticos e militares com estes países, tendo em vista a conformar uma zona de influência direta de Moscou, semelhante, mas não igual, ao período soviético. Tal inferência encontra amparo na referida Doutrina de Política Externa de 2013, a qual diz que a

Rússia objetiva desenvolver uma cooperação compreensiva, pragmática e equânime com os países do Sudeste Europeu. A região balcânica é de grande importância estratégica para a Rússia, incluindo seu papel como uma importante conexão de transporte e infraestrutura

¹⁰¹ Neste caso, cabe fazer referência à importância dos elementos que conformam o poder nacional que Morgenthau (2003) explicita em sua obra (geografia e recursos naturais, neste caso). Ao considerarmos a hipótese de que a política externa local da Rússia visa a manutenção territorial e dos recursos energéticos da região do Cáucaso nas mãos de Moscou, chegamos à conclusão de que parte da obra de Morgenthau (2003) exposta neste trabalho encaixa-se à nossa hipótese de que a política externa russa busca manter ou mesmo expandir seu poder sobre a dotação territorial e de recursos naturais que a permeia, pois tais elementos apresentam-se para o Vladimir Putin, segundo Medeiros (2008), como cruciais para a atuação da política externa russa não só localmente, mas também regionalmente, continentalmente e globalmente, conforme veremos.

¹⁰² “Promoting good-neighborly relations with adjoining states and helping to overcome existing and prevent potential tensions and conflicts in regions adjacent to the Russian Federation” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

¹⁰³ Os países que compõem a CEI são: República do Azerbaijão, República da Armênia, República da Bielorrússia, República do Cazaquistão, República do Quirguistão, República da Moldávia, Federação Russa, República do Tajiquistão, Turcomenistão, República do Uzbequistão e Ucrânia. Para a localização dos países da CEI, ver anexo 6.

usada para suprir gás e óleo para os países europeus (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013)¹⁰⁴.

Ademais, este foco russo nas questões regionais levou o país nos anos 2000 a reafirmar a existência da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), organização de segurança e defesa regional criada em 1992 que engloba os países da CEI, e cujo formato é análogo ao Pacto de Varsóvia.

Cabe destacar ainda que, ao ter como princípio norteador a defesa dos cidadãos russos que residem no exterior, a atuação regional da política externa russa gera fortes temores em países como a Letônia, Estônia e Lituânia, os quais, apesar de serem membros da OTAN e da União Europeia, apresentam grande contingente populacional de origem étnica russa em seu território e estão em permanente estado de tensão com Moscou por conta disso. Por outro lado, a defesa dos cidadãos russos no exterior como instrumento de política externa tem como consequência a emergência do nacionalismo exalado por Putin, o qual tenta amalgamar apoio internamente à sua liderança mediante discursos de elevação da moral nacional e das qualidades da Rússia e de seu povo¹⁰⁵, conforme já descrevemos neste trabalho. Neste contexto, as crises da Ucrânia e da Criméia tornam-se primordiais para se compreender a aplicabilidade do princípio da defesa dos cidadãos russos no exterior como instrumento de política externa, pois a referida crise, além de ter um componente político-militar e energético de destaque, conforme veremos, apresenta um componente étnico também muito relevante.

A participação russa na crise ucraniana se deu por conta da queda de Viktor Yanukovitch, aliado de Moscou no sistema de segurança europeu, e a subida de um governo em Kiev oriundo de revoltas apoiadas pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América. Com a queda de Yanukovitch, Putin deu início a um processo de ajuda e suporte para a população russa residente na

¹⁰⁴ “Russia aims to develop comprehensive pragmatic and equitable cooperation with Southeast European countries. The Balkan region is of great strategic importance to Russia, including its role as a major transportation and infrastructure hub used for supplying gas and oil to European countries” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

¹⁰⁵ Exemplo disso, em discurso na Assembleia Federal em Moscou sobre o referendo da Criméia em 2014, Putin destacou a importância dos povos russos que residem na Criméia, sendo isto de grande relevância para que a política externa russa na ocasião daquela crise atuasse de maneira a instrumentalizar tal fato para trazer para sua órbita a Criméia, a qual, conforme veremos, é de elevada importância para a política externa regional, continental e global da Rússia. Sobre esta questão, ver Putin (2014a).

porção Leste Ucraniana e também para a população russa e pró-Rússia na Península da Criméia, mais precisamente aos habitantes das cidades de Sebastopol e Sinferopol. Conforme já destacamos em outro lugar,

com tal ajuda, tais movimentos pró-Rússia emergiram como forças políticas locais e consumaram um referendo de anexação da Península da Criméia à Federação Russa em 16 de março de 2014. Do ponto de vista político e tendo como pano de fundo [a teoria política de Morgenthau (2003)], a anexação da Península da Criméia pela Federação Russa foi um ato de projeção de poder nacional russo sobre aquela região, assim como a recomposição permanente de um território outrora pertencente à antiga União Soviética [o que remete à importância do elemento geográfico, mas não somente, da teoria política de Morgenthau para explicar tal questão]. Nesse ínterim, cabe destacar que tal ação da Rússia levou em conta que Sinferopol é um importante centro urbano-financeiro e a capital da Criméia, e em Sebastopol há uma importante base naval russa que dá acesso ao Mar Negro, assim como acesso aos canais do Mar Mediterrâneo, através do Estreito de Bósforo (MOCELIN, 2016a: 443-444).

Além disso, a importância da questão étnica na ação russa na Ucrânia e na Criméia, além de ser princípio norteador expressa na Doutrina de Política Externa de 2013, funde-se com a retórica nacionalista de Putin, pois, no referido discurso citado na nota de rodapé 101, o líder russo, visando amalgamar a unicidade cultural e civilizacional da população russa para além das fronteiras do país, declarou que

a população total da Criméia hoje é 2,2 milhões de pessoas, das quais quase 1,5 milhão é russa, 350 mil são ucranianos que predominantemente consideram o russo sua língua nativa, e algo entre 290-300 mil são tártaros crimeanos, que, como o referendo mostrou, também se inclinam para a Rússia. Nos corações e mentes das pessoas, Crimeia tem sido sempre sido uma parte inseparável da Rússia. Esta firme convicção é baseada na verdade e justiça e foi passada de geração e geração ao longo do tempo, sob quaisquer circunstâncias, apesar de todas as mudanças dramáticas mudanças que nosso país passou durante o século XX. Aqueles que se opuseram ao golpe foram imediatamente ameaçados com repressão. Naturalmente, o primeiro na linha aqui foi a Crimeia, os russos-étnicos da Criméia. Em vista disso, os residentes da Crimeia e Sebastopol viraram-se para a Rússia para que esta ajude a defender seus direitos e vidas, na prevenção de eventos que foram desenrolados e ainda estão em curso em Kiev, Donetsk, Kharkov e outras cidades ucranianas. Naturalmente, não podíamos deixar este fundamento ignorado; nós não podíamos abandonar a Crimeia e seus moradores em perigo. Isto teria sido uma traição da nossa parte. A Crimeia é nossa herança histórica comum e um fator muito importante para a estabilidade regional. E este estratégico território deve ser parte de uma soberania forte e estável, que hoje pode somente ser russa. Deixe-me também dizer uma coisa outra coisa. Milhões de russos e russos étnicos vivem na Ucrânia e continuarão a fazê-lo. A Rússia sempre defenderá os interesses deles usando meios políticos, diplomáticos e legais. Mas, a posição da política externa russa sobre este assunto clama sua firmeza pelos milhares de compatriotas, a

nossa unidade nacional e o apoio de nossos principais políticos e forças públicas. I quero agradecer a todos por este espírito patriótico, sem exceção. Agora, nós precisamos continuar e manter este tipo de consolidação, de modo a resolver as tarefas que nosso país está em face no seu caminho. A mais recente pesquisa de opinião pública conduzida aqui na Rússia mostra que 95 por cento das pessoas pensam que a Rússia deve proteger os interesses dos russos e membros de outros grupos étnicos vivendo na Crimeia – 95 por cento dos nossos cidadãos. Mais de 83 por cento pensa que a Rússia deve fazer isto mesmo sabendo que irá complicar nossas relações com alguns outros países. Um total de 86 por cento de nosso povo percebe a Crimeia como sendo parte ainda do território russo e parte da terra de nosso país. E [há] um fato particularmente importante o qual corresponde exatamente com o resultado do referendo da Crimeia: quase 92 por cento do nosso povo concordam com a reunificação da Crimeia com a Rússia. Assim, vemos que a maioria esmagadora das pessoas na Crimeia e a maioria absoluta do povo da Federação Russa apoiam a reunificação da Republica da Crimeia e a cidade de Sebastopol com a Rússia (PUTIN, 2014a)¹⁰⁶.

Nesse contexto, nossa hipótese é a mesma de Covington (2015), o qual expõe que engajamento da política externa russa na Ucrânia tem demonstrado que o país passou de um *ruler break* para um *rule maker* nos assuntos do Leste Europeu, e isto é consequência da estratégia de Vladimir Putin de difundir o

¹⁰⁶ “The total population of the Crimean Peninsula today is 2.2 million people, of whom almost 1.5 million are Russians, 350,000 are Ukrainians who predominantly consider Russian their native language, and about 290,000–300,000 are Crimean Tatars, who, as the referendum has shown, also lean towards Russia. In people’s hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20th century. Those who opposed the coup were immediately threatened with repression. Naturally, the first in line here was Crimea, the Russian-speaking Crimea. In view of this, the residents of Crimea and Sevastopol turned to Russia for help in defending their rights and lives, in preventing the events that were unfolding and are still underway in Kiev, Donetsk, Kharkov and other Ukrainian cities. Naturally, we could not leave this plea unheeded; we could not abandon Crimea and its residents in distress. This would have been betrayal on our part. Crimea is our common historical legacy and a very important factor in regional stability. And this strategic territory should be part of a strong and stable sovereignty, which today can only be Russian. Let me say one other thing too. Millions of Russians and Russian-speaking people live in Ukraine and will continue to do so. Russia will always defend their interests using political, diplomatic and legal means. But Russia’s foreign policy position on this matter drew its firmness from the will of millions of our people, our national unity and the support of our country’s main political and public forces. I want to thank everyone for this patriotic spirit, everyone without exception. Now, we need to continue and maintain this kind of consolidation so as to resolve the tasks our country faces on its road ahead. The most recent public opinion surveys conducted here in Russia show that 95 percent of people think that Russia should protect the interests of Russians and members of other ethnic groups living in Crimea – 95 percent of our citizens. More than 83 percent think that Russia should do this even if it will complicate our relations with some other countries. A total of 86 percent of our people see Crimea as still being Russian territory and part of our country’s lands. And one particularly important figure, which corresponds exactly with the result in Crimea’s referendum: almost 92 percent of our people support Crimea’s reunification with Russia. Thus we see that the overwhelming majority of people in Crimea and the absolute majority of the Russian Federation’s people support the reunification of the Republic of Crimea and the city of Sevastopol with Russia” (PUTIN, 2014a).

nacionalismo *pari passu* a retórica da humilhação sofrida ao termino da guerra-fria, gerando um enorme engajamento da população internamente, a qual considera corretas as ações que a nação vem executando no exterior sob o comando do presidente russo. Além disso, seguindo a hipótese do referido autor, esta postura da política externa russa não objetiva reconstruir as fronteiras geográficas da extinta União Soviética, porém tem em mente uma estratégia de estabelecer uma nova esfera de influência política, diplomática e econômica regional, pretendendo reavivar o poder, o prestígio e o domínio russo regionalmente, sem, no entanto, promover incursões militares oficiais, sendo esta uma das linhas mestras da política exterior do país (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013). Paralelamente a esta estratégia regional, a lógica da política externa russa persegue o objetivo de quebrar o cerco que o sistema de segurança europeu propõe sobre a Rússia, assunto que abordaremos no próximo item.

3.4.3 – A política externa a nível continental

A política externa russa a nível continental tem como foco de atuação a Europa de um modo geral, mas principalmente a Europa Ocidental, Central e do Leste. Nesse sentido, dois vetores de ação da política externa russa nesse nível se tornam relativamente preponderantes: a reação à expansão da OTAN para o Leste Europeu, chegando às bordas da fronteira russa, sob a liderança dos Estados Unidos da América, e; a reação ao alargamento da União Europeia também para o Leste Europeu, englobando, assim como a OTAN, alguns dos países que compunham a extinta União Soviética.

No que tange à OTAN, cabe destacar que esta foi criada exclusivamente para conter o avanço soviético na área do Atlântico Norte. No entanto, com o fim da guerra-fria e a implosão do império soviético, aqueles países que faziam parte do Pacto de Varsóvia¹⁰⁷ começaram a ser englobados pela OTAN¹⁰⁸, numa tentativa por parte dos Estados Unidos da América, segundo Lenina Pomeranz (2010), de isolar a Rússia internacionalmente, limitando suas intenções de se

¹⁰⁷ Aliança militar formada em 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e a União Soviética para fazer frente à criação da OTAN, em 1949.

¹⁰⁸ República Tcheca, Hungria e Polônia, em 1999. Bulgária, Romênia, Eslováquia, Estônia, Letônia e Lituânia, em 2004. Albânia, em 2009.

manter como uma protagonista internacional¹⁰⁹¹¹⁰. Carlos Medeiros (2008), por outro lado, destaca que após Putin ter chego à presidência em 2000 (mas principalmente após o início de seu segundo mandato em 2004), emergiu no Kremlin a percepção de que o avanço da OTAN para o Leste Europeu era uma ameaça à segurança da Rússia. Tal percepção, ainda de acordo com o autor, derivou do fato de que o ingresso da Polônia, Hungria, República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Hungria e Bulgária na aliança militar criou uma espécie de cerco à Rússia. Nesse contexto, a tentativa da OTAN em instalar um escudo antimísseis em solo europeu nos anos 2000 (na Polônia, mas não somente) levantou, e continua a levantar, suspeições no governo russo de que o objetivo deste escudo antimísseis seria anular a capacidade de reação nuclear do país. A resposta mais enfática do Kremlin a tal fato, até agora, ocorreu quando Anatoly Nogovitsin, chefe-adjunto do Estado Maior das Forças Armadas russas, comentando a intenção estadunidense em instalar mísseis *patriots* em solo polonês, disse que

os Estados Unidos estão ocupados com seu próprio sistema de defesa contra mísseis; no presente estado de coisas, eles não pretendem defender a Polônia. A Polônia, dando permissão para que os Estados Unidos assemem o sistema, cria uma situação de vulnerabilidade para si própria. O país poderá tornar-se alvo de reação da Rússia. Tais alvos são destruídos liminarmente, nos casos estipulados na doutrina de defesa [de 2014]¹¹¹. [...] Ali está claramente exarado que podemos usar

¹⁰⁹ A citação da ideia de Lenina Pomeranz vai de encontro com a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, lançada em 2002, a qual destaca que “the alliance must be able to act wherever our interests are threatened, creating coalitions under NATO’s own mandate, as well as contributing to mission-based coalitions. To achieve this, we must: expand NATO’s membership to those democratic nations willing and able to share the burden of defending and advancing our common interests. [...] We are realistic about the differences that still divide us from Russia and about the time and effort it will take to build na enduring strategic partnership. Lingering distrust of our motives and policies by key Russian elites slows improvement in our relations. [...] Russia’s uneven commitment to the basic values of free-market democracy and dubious record in combating the proliferation of weapons of mass destruction remain matters of great concern, [and] we will continue to bolster the independence and stability of the states of the former Soviet Union (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002: 25/27).

¹¹⁰ Ver anexo 7.

¹¹¹ The main external military risks for the Russian Federation are: build-up of the power potential of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and vesting NATO with global functions carried out in violation of the rules of international law, bringing the military infrastructure of NATO member countries near the borders of the Russian Federation, including by further expansion of the alliance; [...] establishment and deployment of strategic missile defense systems undermining global stability and violating the established balance of forces related to nuclear missiles, implementation of the global strike concept, intention to place weapons in outer space, as well as deployment of strategic non-nuclear systems of high-precision weapons. [...] The Russian Federation shall reserve the right to use nuclear weapons in response to the use of nuclear and other types of weapons of mass destruction against it and/or its allies, as well as in the event of

armamentos nucleares contra os países que possuem armas nucleares, contra aliados de tais países, se de algum modo derem apoio àqueles primeiros, e contra os países que abrigam armas nucleares de outros países em seus territórios. A Polônia está avisada (PRAVDA, 2008).

Contrastando com esta disposição atual da Rússia, Mazat & Serrano (2012) destacam que durante a década de 1990 o país apresentava alguma resistência à permanência da OTAN como elemento de dissuasão político-militar dos Estados Unidos da América na Europa, mas, tendo em vista o engajamento “cooperativo” do país naquela conjuntura,

esta resistência não impediu os dirigentes russos de continuarem manifestando um grande entusiasmo em relação à construção de relações fortes com o ocidente, [...] mantendo uma política de “cooperação” unilateral e sem contrapartidas com os EUA [...] até 1999 (MAZAT & SERRANO, 2012: 12).

Além disso, ainda de acordo com os autores, a Rússia dos anos 1990 se submeteu a quase todas as demandas dos Estados Unidos da América e seus aliados para desmilitarizar a Europa Central e do Leste, abandonando uma tradicional “zona de influência”. Imediatamente a este processo, a OTAN passou a manobrar para integrar à aliança militar os países recém independentes, sem que houvesse qualquer medida reativa do governo russo.

Entretanto, com a chegada de Putin ao comando do Kremlin, a posição russa ao cerco que o sistema de segurança europeu balizado pela OTAN vem promovendo contra ela sofreu importante inflexão, cujo exemplo mais visível é a atual crise ucraniana. Tal crise, segundo Covington (2015), na visão dos russos, apresenta-se como uma janela de oportunidade para o país quebrar tal cerco, passando a ser parte da estratégia russa para o continente. Além disso, a desestabilização do Leste ucraniano por forças russas, além de ser uma fissura considerável neste cerco, resulta numa situação que o Kremlin tem singular margem de manobra para prosseguir na sua política de pressionar a OTAN para longe de suas fronteiras. Nesse contexto, a anexação da Crimeia pelo Kremlin representa uma postura de política externa com contornos nacionalistas, afinal a argumentação de Moscou para anexar a península, conforme já destacamos, apresenta fortes traços étnicos e heróicos da história russa.

aggression against the Russian Federation with the use of conventional weapons when the very existence of the state is in jeopardy (FEDERAÇÃO RUSSA, 2014).

Por outro lado, Covington (2015) expõe que tal engajamento russo continentalmente com foco na OTAN/EUA é baseado, sumariamente, nas seguintes medidas:

- Construir capacidades militares no Ártico, no Mar Negro e no Mar Báltico;
- Dar prosseguimento a exercícios militares de larga escala com forças de elite, inclusive com forças nucleares designadas para uma postura de intimidação à OTAN;
- Fazer pressão sobre os países do Leste Europeu partícipes da OTAN nos âmbitos energético, comercial e militar;
- Dar suporte militar, financeiro e político aos separatistas que estão desestabilizando o leste ucraniano, e;
- Usar a força na Crimeia, se necessário.

Tendo em vista o posicionamento refratário do país nos anos 1990, ao se considerar a disposição russa em colocar em prática tais medidas, pode-se inferir que Vladimir Putin e seu governo pretende promover uma revisão das regras, leis, normas e práticas na Europa pós-guerra-fria, o que, inevitavelmente, tem desestabilizado o atual sistema de segurança europeu, tendo em vista que, na visão de Moscou, a presença da OTAN na Europa “é desenhada para marginalizar e desapoderar a Rússia, condenando-a à periferia do [sistema]” (COVINGTON, 2015: 11-12), contrapondo o desejo de Moscou, que procura “oferecer um lugar para o país no centro [do sistema], controlando e influenciando outros [países], liberando e expandindo o poder russo” (COVINGTON, 2015: 12).

Finalmente, William Pfaff (2005) explicita que o posicionamento na Ucrânia eleva a legitimação interna de Putin, pois a população, ao perceber que o país está expandindo seu poder de influência no exterior, através de uma postura intimidativa com a armas convencionais e a intenção de uso, caso necessário, de armas nucleares, vislumbra o líder russo como o aquele que salvará o país das ameaças oriundas do exterior, as mesmas dos anos 1990, conferindo mais de 80% de popularidade a ele, conforme já nos referimos.

Entrementes, é neste engajamento de confrontação com a OTAN que a reestruturação do complexo industrial de defesa se apresenta como importante

instrumento de ação da política externa russa, afinal, com a reestruturação do setor, o poder de dissuasão militar russo tem se elevado consideravelmente, cuja consequência é a afirmação de uma militarização das abordagens de segurança da política externa do país, justificadas, na visão do Kremlin, pela ameaça que a presença do sistema de segurança da OTAN no Leste Europeu representa para a segurança do Estado e da sociedade russos.

O segundo vetor de ação da política externa russa a nível continental tange a reação do país ao alargamento da União Europeia sobre o Leste Europeu.

Nesse sentido, três países¹¹² que compunham a extinta União Soviética e seis do Pacto de Varsóvia¹¹³ adentraram não somente à OTAN, mas também à União Europeia. Durante a década de 1990, Moscou apresentou uma tônica conciliatória com Bruxelas a respeito, mas, com a chegada de Putin à presidência, esta posição sofreu uma inflexão, pois o governo russo passou a entender que o alargamento da União Europeia para o Leste Europeu, principalmente a partir de 2004, objetivava expandir o espaço econômico e político de Bruxelas como meio de pressionar politicamente a Rússia (DEBARDELEBEN, 2008).

Além disso, as tensões decorrentes das críticas que a União Europeia desvelou a respeito da ação russa na Geórgia (2003/2008) e na Ucrânia (2004/2014) tem causado problemas na relação bilateral entre Moscou e Bruxelas, além dos problemas decorrentes da instrumentalização por Moscou da transmissão de energia para a dependente Europa. Ademais, DeBardeleben (2008) destaca que esta relação bilateral tem sofrido forte deterioração por conta das tensões entre Rússia e Polônia e Rússia e os países bálticos (todos membros da OTAN e União Europeia), os quais, na visão do autor, apreciam a hipótese de enfraquecimento da Rússia, por conta da dominação exercida por Moscou no período soviético. Porém, no âmbito econômico, o mesmo autor destaca que os países que lideram a União Europeia (Alemanha e França, mas principalmente o primeiro) tem apresentado uma postura de não deixar agravar tão profundamente a relação com a Rússia, pois a Alemanha, por exemplo, é importante importadora de energia russa, não obstante ser exportadora de

¹¹² Letônia, Estônia e Lituânia, em 2004.

¹¹³ República Tcheca, Hungria, Eslováquia e Polônia, em 2004. Bulgária e Romênia, em 2009.

capitais para Moscou (DEBARDELEBEN, 2013). Nesse sentido aponta Carlos Medeiros (2008), dizendo que a Rússia apresenta grande complementariedade econômica (comercio e investimentos)¹¹⁴ com a Alemanha, e, desta forma, a preocupação estratégica de Moscou e Berlim em manter as relações econômicas bilaterais em níveis razoáveis é de elevada importância para que os aspectos políticos não dominem completamente a agenda das relações entre Alemanha/União Europeia e Rússia¹¹⁵.

Lenina Pomeranz (2010), por seu turno, destaca que a animosidade entre os países ocidentais que compõem a União Europeia à Rússia apresenta duas questões centrais: a dotação energética e a localização privilegiada da Rússia entre a Europa e a Ásia. À tal fato, a postura da política externa de Vladimir Putin, segundo a autora, interpreta o alargamento geográfico da União Europeia para o Leste Europeu (mas não somente, pois a União Europeia tem atuado politicamente sobre regiões do Cáucaso russo também) como uma forma de diminuir o poder de influência energética da Rússia na relação bilateral com Bruxelas (e Berlim), tendo em vista que países como a Lituânia apresentam consideráveis jazidas de carvão, recurso energético estratégico.

No âmbito político, Manners (2002), Bicchi (2006) e DeBardeleben (2008) explicitam que a política externa continental para o Leste Europeu capitaneada por Putin é pensada e executada sob as tradicionais categorias soviéticas de “zonas de influência”, e a União Europeia rejeita tal fato, o que ajudaria a explicar, segundo Goble (2014), o choque entre Moscou e Bruxelas na crise ucraniana, tendo em vista a Ucrânia ser considerada um país historicamente, etnicamente e economicamente ligado à Rússia.

Mediante o exposto, levanta-se neste trabalho a hipótese de Ivan Krastev (2008) de que o *establishment* russo percebe o alargamento da União Europeia para o Leste Europeu de forma menos receosa, mas não menos importante, que o avanço da OTAN, o que vai de encontro com o Conceito de Política Externa de 2013¹¹⁶, de que a Rússia pretende manter um posicionamento bilateral de

¹¹⁴ As exportações da Rússia para a Alemanha chegaram a 21,1 bilhões de dólares em 2015, ante 24,2 bilhões de dólares em importações (RUSSIAN EXPORTS, 2016).

¹¹⁵ Por exemplo, alemães e russos vem executando a construção do *Nord Stream Gas Pipeline*, constituído por dutos de transmissão de recursos energéticos da Rússia para a Europa. Sobre este assunto, ver DAEHNHARDT & FREIRE (2014).

¹¹⁶ “Russia is interested in enhancing cooperation with the European Union as its principal trade and economic counterpart and important foreign policy partner, looks forward to strengthening

diálogo com a União Europeia, mesmo percebendo a influência que os Estados Unidos da América exercem sobre ela. Tal posicionamento da política externa russa, apesar de parecer paradoxal, reflete o fato de que o país se considera parte da Europa, e tem como pretensão promover a criação de um espaço econômico europeu, indo até o pacífico¹¹⁷.

Por fim, Graciela Zubelzú destaca que após a anexação da Crimeia a posição do Kremlin em relação aos europeus tem sido marcada por um nacionalismo reforçado, pois Putin pretende realçar a força identitária do povo russo como instrumento de política externa (vide atuação russa na Ucrânia e Crimeia), tendo em vista a histórica contraposição político-cultural entre russos e europeus ocidentais desde o século XVIII e durante todo o século XIX (vide guerra da Criméia entre 1853-56). Acrescenta-se a isso o fato de que há um tradicional sentimento de insegurança nos russos em relação aos europeus, tendo em vista as investidas europeias contra o território russo (vide as guerras contra a França de Napoleão Bonaparte e contra a Alemanha Nazista). Nessa direção aponta Covington (2015), que diz que pois a liderança russa quer uma Europa sem alianças estratégicas, sem organizações e ligações transatlânticas com os Estados Unidos da América, pois isto permitiria à Rússia estender seus interesses nacionais sobre o continente europeu sem grandes desafios e competições, pois Putin acredita que o alargamento e expansão da União Europeia e da OTAN para o Leste Europeu são “parte de uma estratégia global ocidental de se chegar a uma ordem global unipolar, dominada pelos Estados Unidos da América” (COVINGTON, 2015: 5), com Bruxelas os seguindo.

3.4.4 – A política externa a nível global

O engajamento global da política externa russa com Vladimir Putin tem sido caracterizado, na visão de Alexander Zhebit (2003), como um “engajamento pragmático”. Tal termo remonta a ideia de que o país, ao ter partido para uma cooperação infrutífera com o Ocidente nos anos 1990, deveria se engajar novamente em assuntos que lhe são sensíveis na política internacional. Nesse

mutual interaction, emphasizes the importance of establishment of four common spaces in the areas of economy; security and justice; external security; and scientific research and education, including cultural aspects” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

¹¹⁷ “In its relations with the European Union, the main task for Russia as an integral and inseparable part of European civilization is to promote creating a common economic space from the Atlantic to the Pacific” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

sentido, Medeiros (2008) aponta que a chegada de Putin à presidência do país sublinhou a imposição de uma agenda para identificar os interesses russos no mundo, independentemente da oposição ocidental que tais interesses poderiam gerar, pois o país, além de não ser mais uma superpotência (a não ser em termos militares), deveria galgar o engrandecimento necessário para emergir como um dos polos de poder num mundo que começava a dar sinais de enfraquecimento da unipolaridade (início dos anos 2000)¹¹⁸.

Nesse contexto, conforme destacam Mankoff (2009) e Tomassoni (2013), a Rússia de Putin tem apresentado desde 2000, mas principalmente após 2004, a seguinte estratégia a nível global: 1) consolidar seu poder local e regionalmente (Cáucaso e Ásia Central) como base para atuar sustentavelmente a nível continental e global; 2) estabelecer mecanismos de diálogo com a União Europeia, estreitando os laços comerciais e financeiros, visando conformar uma União Econômica Euroasiática para diminuir a influência dos Estados Unidos no continente; 3) ajudar na construção de novas coalisões multilaterais internacionais, conforme ocorreu com a Organização para a Cooperação de Xangai, a Organização de Cooperação da Ásia Central, o G-20, o G-8, o fórum de diálogo ASEAN-Rússia e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, visando contrabalancear a posição de dominância Ocidental (Estados Unidos e seus parceiros) nas diversas regiões mundiais e fóruns internacionais; 4) fortalecer a “parceria estratégica global” com a China, cujos principais resultados tem sido uma forte cooperação política e econômica entre os dois lados, tendo em vista que o país asiático tem adquirido cada vez mais recursos energéticos e armas russos, além de ser um importante parceiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas; 5) fortalecer a cooperação com a Índia, visando estabelecer um ambiente de coordenação política e securitária na Ásia; 6) atuar no âmbito dos BRICS para criar uma posição conjunta com os outros parceiros de agrupamento em matérias econômicas, mas não somente; 7) respeitar as normas do direito internacional, com base nas deliberações das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sobre temas instáveis da agenda internacional, com o uso da força como última opção de ação; 8) estreitar relações com a América Latina, principalmente com Brasil, Argentina e Venezuela, tendo em

¹¹⁸ Sobre o enfraquecimento da unipolaridade internacional emergida no pós-guerra-fria, ver a obra “o declínio do poder americano”, de IMMANUEL WALLERSTEIN (2004).

vista aumentar as parcerias econômicas em matéria de armamentos, e; 9) manter a presença russa em regiões com graves instabilidades políticas, econômicas e sociais, como o Oriente Médio e a África¹¹⁹.

Com base nesta exposição dos principais elementos que norteiam a atuação global de um país que impacta profundamente a política internacional, e tendo em vista a infinidade de tensões internacionais que a Rússia está envolvida, não obstante o ímpeto contestador de Vladimir Putin acerca da ordem internacional pós-guerra-fria, adentraremos numa questão sensível ao objetivo russo de se recolocar internacionalmente como um dos polos de poder, tendo em vista a amplitude desta crise para as relações internacionais de modo geral. Obviamente, estamos nos referindo à guerra na Síria. Esta guerra tem representado uma janela de oportunidade para a Rússia demonstrar toda a sua capacidade bélica e vontade política de contestar o status quo de uma região outrora dominada quase que exclusivamente pelas forças ocidentais, a saber: Estados Unidos da América e a Europa Ocidental (MOCELIN, 2016a; ADAMSKY, 2016; STACEY, 2015). Nesse sentido, tendo em vista a magnitude das consequências que esta guerra vem gerando (crise dos refugiados sírios na União Europeia, avanço do terrorismo, violações de direitos humanos em grande escala, principalmente contra mulheres, e o retorno do choque entre potências, ainda que indiretamente), a participação russa nela apresenta-se como um dos maiores exemplos do ressurgimento político russo a nível global (PAKHOMOV, 2015). Além disso, pelos atores externos envolvidos no conflito, ela torna-se crucial para a estratégia global da Rússia, haja vista que uma derrota do governo de Damasco, aliado de Moscou, enfraqueceria o poder russo no Oriente Médio, com reflexos no Cáucaso, região muito próxima da Síria, onde os extremistas chechenos lutam para promover a independência da Chechênia, o que, conseqüentemente, daria força a uma avalanche de movimentos separatistas no interior geográfico russo.

Ao longo de cinco anos (março de 2011-atualmente), a Síria tem sido varrida por uma guerra que tem três grandes forças políticas atuando: a primeira é o governo de Damasco, na figura de Bashar Al-Assad, em conjunto com a

¹¹⁹ Para maiores detalhes, ver o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2013, artigos 54, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 88, 92, 93 e 94.

Rússia, as forças xiitas do Irã, Iraque e Hezbollah libanês, os curdos do PKK¹²⁰ e a China; a segunda força é caracterizada pelos rebeldes opositores considerados moderados, cujo apoio advém dos Estados Unidos, União Europeia e da Turquia, e; a terceira força política é o Estado Islâmico, de corte étnico-religioso sunita wahabita¹²¹, o mesmo da Arábia Saudita¹²².

Segundo Azuolas Bagdonas (2012), a Rússia percebe a guerra na Síria como uma tentativa dos Estados Unidos da América e seus aliados Ocidentais em desestabilizar um dos regimes mais estáveis daquela região, o qual detém importantes reservas de petróleo, conta com um Estado laico, respeita as minorias cristãs e curdas internamente, mas que é aliado histórico de Moscou. Além disso, tal percepção russa exprime o interesse do Ocidente em forçar a Rússia a retirar suas bases militares da Síria, diminuindo a capacidade de dissuasão e influência de Moscou não somente sobre o Oriente Médio, mas também sobre a África, Ásia e Sul da Europa.

Nesse contexto, Putin vem fornecendo não somente ajuda militar a Al-Assad, mas também apoio político no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (por isso a importância do respeito ao direito internacional, mas não somente por isso, é uma tônica da política externa de Putin), vetando qualquer tipo de resolução que tenha como foco abrandar o poder do regime de Damasco, não obstante o veto a qualquer intervenção Ocidental na Síria, tendo em vista a violação do “no fly zone” pelo Ocidente na Líbia, causando a queda de Muammar Kadhafi e seu regime, além do massacre de milhares de vítimas civis (MALASHENKO, 2013). Por outro lado, cabe o destaque de que a Rússia tinha importantes investimentos energéticos e financeiros no Iraque pré-2003 e na Líbia pré-2011, países estes que foram invadidos pelas forças da OTAN, com a consequente perda de tais investimentos de Moscou (SAKWA, 2008; MAZAT & SERRANO, 2012).

Mediante estes fatos, levantamos a hipótese de que a guerra na Síria se apresenta como uma forma de Moscou solidificar seu poder de influência a nível

¹²⁰ Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

¹²¹ O sunismo de vertente wahabita é considerado uma forma de islamismo ortodoxo, o qual defende um ultraconservadorismo extremista, austero, na prática cotidiana dos costumes extraídos do livro sagrado do islã, o Alcorão.

¹²² Sobre o mapeamento das forças políticas internas e externas envolvidas no conflito sírio, ver MOCELIN (2016b).

global, tendo em vista a ampla gama de países que estão lutando contra a coalisão russo-síria. Além disso, as consequências negativas que esta guerra apresenta para países que antagonizam com a Rússia internacionalmente é de suma relevância, pois, por exemplo, a União Europeia, principalmente a Alemanha, vem sofrendo com uma avalanche de imigrantes e refugiados oriundos da Síria, o que, num continente varrido pela crise econômica de 2008 e a emergência de grupos políticos de extrema-direita e nacionalistas, torna ainda mais grave os problemas internos europeus, com reflexos negativos sobre a política externa europeia. Além disso, ao barrar o ataque direto das forças da OTAN na Síria através do veto no Conselho de Segurança, a Rússia pretende interromper a política intervencionista da aliança militar no Oriente Médio, a qual mitigou interesses russos no Iraque e na Líbia, como já citado. Ademais, este posicionamento russo encontra paralelo com a crise da Ucrânia, uma vez que as forças Ocidentais pressionaram o governo de Victor Yanukovitch (pró-Rússia) até sua queda em 2014, cuja resposta de Moscou foi a anexação da Crimeia e a desestabilização do Leste do país. Por outro lado, ao ter a China como importante parceiro na Síria, a qual fornece recursos financeiros para Damasco, Moscou reforça uma “parceria estratégica global” com o país asiático, tendo em vista que as várias resoluções no Conselho de Segurança que objetivavam derrubar Assad foram vetadas não somente por Moscou, mas também por Pequim. Enfim, para a Rússia, esta guerra serve para promover uma nova coalisão de forças naquela região, tendo em vista o cinturão xiita que emerge deste conflito, sob influência, ainda que indireta, de Moscou, em contraposição às forças sustentadas pelo Ocidente, como o reino sunita wahabita da Arábia Saudita, por exemplo (MALASHENKO, 2013).

Finalmente, o freio que a Rússia vem dando às ambições Ocidentais na Síria reflete a visão russa de que o poder norte-americano está em declínio e que a emergência de novas fontes de tensões internacionais (terrorismo, crise econômica, crise dos refugiados e a emergência de outros polos de poder internacionais, como a China e a Índia) oferecem oportunidades para o avanço da estratégia de reinserção internacional do país. Além disso, segundo a visão do *stablishment* russo, as referidas tensões internacionais têm demandado enorme dispêndio de tempo, recursos e energia dos países Ocidentais, os quais têm deixado lacunas que a Rússia busca tirar proveito, conforme é o caso do

combate ao terrorismo na Síria e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento no âmbito dos BRICS, em contraposição ao FMI e Banco Mundial, por exemplo. E é aproveitando-se deste cenário que a política externa russa a nível global, sob o comando de Vladimir Putin, age para recolocar o país como grande potência mundial novamente, num futuro que se aproxima¹²³.

3.5 – Considerações finais do capítulo

Conforme se pôde perceber ao longo deste terceiro e derradeiro capítulo, desde a chegada de Vladimir Putin à presidência no ano 2000, a Rússia tem apresentando uma inflexão acerca de suas políticas domésticas e internacionais, cujo objetivo é o engrandecimento do país novamente, frente ao desastre ocorrido na década de 1990.

Nesse contexto, a liderança de Putin apresenta-se como um efeito histórico, pois a população, ao apoiar a chegada dele ao Kremlin, demandava a correção dos rumos nacional, tendo em vista a forte degradação política, econômica e social que o país passou nos anos de neoliberalismo. Desta forma, Putin chegou ao Kremlin com uma legitimação social que lhe conferia poder suficiente para lançar um novo projeto de país, a saber, relançar as bases da “Grande Nação Russa”. Lançando mão de uma ideologia nacional que coloca o

¹²³ “The current stage of the world development is characterized by profound changes in the geopolitical landscape largely provoked or accelerated by the global financial and economic crisis. International relations are in the process of transition, the essence of which is the creation of a polycentric system of international relations. That process is not an easy one. It is accompanied by increased economic and political turbulence at the global and regional levels. International relations become increasingly complex and unpredictable. The ability of the West to dominate world economy and politics continues to diminish. The global power and development potential is now more dispersed and is shifting to the East, primarily to the Asia-Pacific region. The emergence of new global economic and political actors with Western countries trying to preserve their traditional positions enhances global competition, which is manifested in growing instability in international relations. Russia's foreign policy is transparent, predictable, pragmatic and guided by its national interests and based on unconditional respect for international law. It is consistent and continuous and reflects the unique role our country has been playing over centuries as a counterbalance in international affairs and the development of global civilization. Russia will work to anticipate and forestall events and remain prepared for any scenario in global affairs. Diverse and complex nature of international problems and crisis situations call for timely prioritization of each of them in the Russian Federation's foreign policy. The use of political and diplomatic, legal, military, economic, financial and other tools in resolving foreign policy issues should correspond to their actual significance for Russia's foreign policy interests. Fundamental and rapid changes not only create serious risks but also provide the Russian Federation with new opportunities. Russia is fully aware of its special responsibility for maintaining security in the world both on the global and regional levels and is determined to act jointly with all the interested states to address common challenges” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013).

Estado e os cidadãos russos como entes centrais neste novo projeto, a liderança russa procurou aproveitar a janela de oportunidade histórica que as consequências econômicas e sociais dos anos 1990 acarretaram ao país, lançando mão de medidas de recentralização econômica e política no interior do país, o que favoreceu o grupo político de Putin, tendo em vista o apelo popular a tais medidas, conforme explicitamos.

Por um lado, as reformas internas promovidas pelo líder russo, contemplando a nacionalização do setor energético e a reestruturação do complexo industrial militar, ajudaram o fortalecimento político e social interno de Vladimir Putin, mas também fortaleceu a posição externa do país.

Nesse sentido, internamente, a nacionalização do setor energético e a venda de gás natural e petróleo para a Europa, elevou a saúde financeira do Estado russo, o qual, por sua vez, promoveu medidas econômicas e sociais destinadas a elevar o padrão de vida da sociedade, não obstante aplicar parte destes recursos para dar fôlego à reestruturação do complexo industrial militar. Por um lado, a centralização das riquezas energéticas do país nas mãos do Kremlin ajudou a chancelaria russa a instrumentalizar tais riquezas frente a dependente União Europeia, tendo em vista a política de Bruxelas de expansão para o Leste Europeu e o suporte aos separatistas nacionalistas no Cáucaso russo. Por outro lado, com a reestruturação do complexo industrial militar, Moscou pode começar a implantar uma postura externa mais assertiva em relação à OTAN.

Além disso, conforme expusemos, a atuação externa de Moscou tem focado em quatro frentes de ação: local, regional, continental e global. A nível local, regional e continental, Moscou busca repelir qualquer tipo de ameaça a sua segurança territorial, mas também procura estabelecer a segurança dos cidadãos russos que vivem em seu entorno, o que tem gerado tensões na região do Cáucaso e no Leste Europeu, tendo em vista a instrumentalização dessa questão dos cidadãos russos por Putin, como argumento para promover medidas nos Estados fronteiriços ao país.

No plano global, a Rússia tem apresentado um forte apelo contestador da ordem internacional vigente com o fim da guerra-fria, pois a política externa de

Vladimir Putin entende que o grande desafio para a emergência da Rússia como um dos polos de poder e influência internacional advém de Washington. Com base nisso, Moscou tenta romper com o cerco da OTAN arquitetado pela Casa Branca, além de tentar reafirmar o poder russo em regiões onde o poder estadunidense tem se enfraquecido, como no Oriente Médio, região esta que experimenta, novamente, a presença russa de forma mais intensa, com a guerra na Síria. Além disso, a expansão das parceiras russas com a China, Índia, América Latina, África e os BRICS, têm como objetivo criar uma nova dinâmica de governança global, com a Rússia assumindo um lugar de destaque, além de tentar criar alternativas aos desafios recorrentes na política internacional contemporânea. Ademais, o respeito às normas do direito internacional apresenta-se para Moscou como princípio elementar a ser respeitado e promovido, com o reforço das Nações e seu Conselho de Segurança, tendo em vista relançar as bases da cooperação a nível multilateral, as quais tem sido ofuscadas, na visão do Kremlin, pelo ímpeto unilateralista da política externa de Washington.

Ao fazermos menção ao contexto liberal negativo que a Rússia passou nos anos 1990 tanto a nível interno quanto a nível externo, levantamos a hipótese de que Putin, além de aproveitar a referida janela de oportunidade que a situação do país lhe ofereceu, aproveitou para solidificar sua posição no comando do Estado russo lançando mão das referidas medidas de caráter interno e externo para buscar legitimar seu poder político perante a população, o que vai de encontro com a ideia de *ocasião* de Maquiavel, tendo em vista que o cálculo feito pelo líder russo era não somente promover um novo Norte para a Rússia com base no contexto social que o país lhe oferecia, mas também promover a manutenção do seu grupo político no comando do Estado, ao longo destes anos. Em outras palavras, Putin fez com que se criasse ao seu redor uma grande coalisão política que o sustenta no comando do país por tanto tempo, o que lhe confere enorme poder de manobra para mitigar qualquer evento imponderável à plena governabilidade de seu governo.

A janela de oportunidade aproveitada pelo líder russo, colocada à luz das ideias de Kenneth Waltz no plano externo, apresenta-se como elemento chave para compreender a dinâmica da política externa do país. Dizemos isso pois, ao

aceitarmos a visão do Kremlin de que o enfraquecimento da unipolaridade na política internacional apresenta-se como algo factível, levantamos a hipótese de que Putin não só aproveitou essa dinâmica estrutural internacional, como também delineou uma nova inserção internacional do país, em contraste com a política externa adotada por Boris Yeltsin nos anos 1990. Desta forma, ao trazeremos estas hipóteses para o enquadramento teórico proposto no primeiro capítulo desta pesquisa, devemos ressaltar duas questões. A primeira tange o fato de que, ao lançar um novo projeto de política externa para o país, com medidas de caráter interno dando suporte, Putin emplaca aquilo que Hans Morgenthau chama de “Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo”, caracterizada como um elemento que conforma o poder de uma nação internacionalmente, através do equilíbrio entre o uso de recursos tangíveis e intangíveis para a implementação da política externa e o apoio popular a esta. Destacando-se que o apoio popular ao governo do líder russo está chegando a mais de 80% em 2016, podemos inferir que a atitude do líder russo vai de encontro à ideia de Morgenthau de que “é indispensável que o governo obtenha a aprovação de seu próprio povo para as suas políticas interna e externa destinadas a mobilizar os elementos do poder nacional em favor dos mesmos” (MORGENTHAU, 2003: 284).

A segunda tange, à luz do exposto neste capítulo, o fato de que a escolha do caminho pretendido por Vladimir Putin para reinserir a Rússia internacionalmente pressupõe desestabilizar o status quo internacional em favor desta e em contrapeso aos Estados Unidos e ao Ocidente de um modo geral (os quais se auto vangloriaram como os grandes vencedores da guerra-fria nos anos 1990 e implicaram na Rússia a marca de grande potência derrotada), o que vai de encontro com a tese de Hans Morgenthau de que

a situação de dependência, concebida para durar para sempre, pode facilmente produzir no vencido um desejo de inverter sua posição com a do vencedor, de subverter o status quo por ele criado e trocar de lugar com ele na hierarquia de poder. Em outras palavras, a política [de poder] seguida pelo vencedor, quando pode antecipar sua vitória [e não o faz], muito provavelmente dará lugar, mais cedo ou mais tarde, a uma política [de contestação] por parte do perdedor. Se o derrotado não tiver sido destruído para sempre ou de algum modo aliciado para a causa do vencedor, ele vai querer reconquistar o que já perdeu e, se possível, ganhar algo a mais (MORGENTHAU, 2003: 114).

Ou seja, com base na citação anterior, levantamos a hipótese de que a Rússia desde 2000 assumiu um novo padrão de política externa, tentando desestabilizar o status quo internacional emergido ao final da guerra-fria a seu favor, tendo em vista assegurar um lugar de prestígio e destaque na política internacional contemporânea.

Considerações finais

Ao longo da presente dissertação buscamos fazer uma conexão entre os postulados selecionados da teoria política realista de Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e Nicolau Maquiavel com os aspectos históricos e sociais da formação russa desde o início do período soviético até o final do período neoliberal, para tentar levantar hipóteses a respeito da forma como Vladimir Putin vem comandando a Rússia desde 2000.

Para tanto, no primeiro capítulo apresentamos como o realismo político, de modo geral, descreve a atuação das grandes potências na política internacional, e como esta atuação é caracterizada pela rivalidade entre as nações para sobrepujarem seus interesses sobre o conjunto da política internacional, numa espécie de *estado de natureza hobbesiano*. Nesse sentido, foram apresentados os seis princípios básicos que regem esta corrente teórica da ciência política. No primeiro princípio observa-se que *a política é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana*. Ao relacioná-lo com o conceito de política internacional aqui adotado, pode-se vinculá-lo ao papel que as lideranças nacionais, com suas próprias visões de mundo, exercem no comando das grandes nações, o que se relaciona com o segundo e terceiro princípios, que expõem que a busca pela maximização do poder nacional é a chave para se compreender a dinâmica da vida internacional, o que é feito com base em *interesses nacionais previamente definidos*. Além disso, a conexão entre *princípios morais e a ação política* (quarto princípio) deve ser levada em conta em tal fato, tendo em vista que as nações mais ativas na política internacional buscam, geralmente, revestir seus interesses nacionais como *aspirações morais universais* (quinto princípio), o que pode esconder a verdadeira intenção de quem promove tal medida, afinal poderá haver um interesse político por trás desta aspiração (sexto princípio), evidenciando a importância do *aspecto político acima de todos os demais*.

Buscamos ainda elencar os aspectos da política de status quo e de prestígio que uma nação promove, afinal são instrumentos necessários para levantarmos hipóteses sobre a política que Vladimir Putin vem promovendo para desequilibrar o status quo internacional oriundo ao final da guerra-fria. Nesse

sentido, a política de prestígio internacional ajuda-nos a interpretar o significado tanto os desfiles militares russos quanto o papel da diplomacia do Kremlin nas Nações Unidas em matérias de elevada importância internacional, como a guerra na Síria.

Além disso, destacamos a importância dos conceitos de nação, Estado nacional e nacionalismo, tendo em vista a relacioná-los com o segundo e terceiro capítulos da pesquisa, pois a ideia da *grande nação russa* é tradicionalmente presente no imaginário social russo desde pelo menos o período soviético, além do fato de que o governo Putin instrumentaliza esta percepção da população para amalgamar apoio social às suas medidas de caráter doméstico e externo, as quais apresentam como consequência a emergência de um nacionalismo moderado. Além disso, levantamos os elementos que conformam o poder nacional na teoria de Morgenthau, haja vista a importância destes na interpretação da instrumentalização dos fatores de ordem doméstica realizada por Putin.

Finalmente, expusemos o conceito de *janela de oportunidade* de Waltz e o conceito de *ocasião* de Maquiavel, tendo em vista a hipótese, levantada no terceiro capítulo, de que a derrocada russa nos anos 1990 apresentou-se como uma janela de oportunidade para que Putin pudesse chegar ao Kremlin e implementar um novo projeto político nacional destinado a reerguer o país, afinal a população russa, naquele momento, vislumbrava o retorno do papel protetivo do Estado na vida social, tendo em vista o elevado grau de pauperização que grande parcela da população se encontrava. Ademais, apresentamos que tal conceito de Waltz vai de encontro com o referido conceito de Maquiavel, tendo em vista que esta janela de oportunidade pode ser interpretada como uma *ocasião* cuja complexidade Putin compreendeu e promoveu um cálculo racional visando ampliar suas chances de chegar ao comando do país, o que favoreceu a capacidade do líder russo de transformar a *fortuna* daquela situação desesperadora da Rússia em algo positivo para sua figura, sendo hábil e *virtuoso* o suficiente para transformar aquelas circunstâncias negativas a seu favor, realizando uma estratégia pessoal para amalgamar na sua pessoa a imagem de liderança capaz de resgatar o orgulho, a honra e a força da *grande nação russa*.

No segundo capítulo, apresentamos o padrão de desenvolvimento social russo durante o período soviético e o período neoliberal, vislumbrando o papel que o Estado nacional soviético/russo teve na vida da população do país, assim como as consequências políticas, econômicas e sociais desta atuação. Nesse sentido, expusemos que o período em que Lênin esteve a frente da URSS foi marcado pela guerra civil e pela *Nova Política Econômica*, a qual foi fundamental para a reconstrução da devastada economia soviética. Além disso, a política externa russa no período foi marcada por forte tendência isolacionista, reflexo da NEP.

No período de Stálin, destacamos a forte expansão e modernização econômica calcada na industrialização pesada, a qual foi usada pelo líder soviético para fortalecer o papel do Estado perante a demanda material da população, também como serviu para construir uma enorme capacidade militar, tendo em vista os ventos de guerra que sopravam sobre a Europa naquele contexto. Ademais, a expansão econômica foi instrumentalizada por Stálin para promover uma política de construção da imagem soviética internamente, afinal a industrialização era percebida pela consciência coletiva urbana como um feito notório, o que garantia, inclusive, a expansão das políticas sociais. Porém, a centralização absoluta do comando do regime nas mãos do chefe do Kremlin, com elevação brutal da repressão política através dos *expurgos*, favoreceu o controle autoritário da sociedade pelo governo, cuja consequência foi a exaltação da figura de Stálin como chefe da nação e a onipresença estatal na vida social.

Já no período de Khrushchov, o regime soviético presenciou a distensão da repressão política interna e as relações exteriores foram baseadas na *coexistência pacífica* das superpotências, pois a orientação do regime era sanar os problemas econômicos internos enfrentados pelas empresas estatais com o objetivo de superar economicamente o Ocidente num prazo de vinte anos. Por conta das tensões que estas medidas geraram, o resultado foi o fracasso das medidas e o aprofundamento dos problemas da economia soviética, além da com a destituição do líder russo pelos *linhas-duras* do regime, capitaneados por Leonid Brejnev.

O período Brejnev teve forte tônica autoritária e centralizadora, afinal, no campo político, o líder russo buscou resgatar a repressão e a centralização das decisões políticas do período stalinista. No campo econômico, houve a tentativa de reverter a descentralização do comando das empresas estatais realizado por seu predecessor. Na política externa, este período foi marcado por forte repressão aos movimentos nacionalistas na periferia soviética, reforçando o princípio das *zonas de influência*. Mas, como as medidas do líder russo não surtiram os efeitos esperados, afinal a desaceleração econômica foi se aprofundando, o resultado foi a subida de Gorbachev ao Kremlin, com a retórica da Perestroika e da Glasnost, visando dar sobrevida econômica e política ao regime. Porém, tais reformas, de caráter liberal, causaram a emergência política de grupos minoritários e liberais contrários ao regime, os quais conseguiram apoio de parte da sociedade (e também das potências Ocidentais) para promover uma campanha objetivando desestabilizar a onipresença e onipotência do regime perante a sociedade, resultando no colapso soviético em 1991.

Na década de 1990, expusemos que o que se viu na nascente Federação Russa foi a ascensão de Boris Yeltsin à presidência com uma agenda de abertura econômica e política, a qual resultou no processo de diminuição do papel do Estado na economia com a consequente implosão do aparato de bem-estar social oriundo do período soviético. As empresas estatais foram privatizadas, oligarquias econômicas passaram a ditar os rumos econômicos e políticos da nação, tendo em vista a relação de promiscuidade entre o público e o privado, a população foi jogada no mercado de trabalho de forma avassaladora, muitas vezes não conseguindo se inserir de maneira satisfatória, o que gerou um caos social, a política externa do país, conforme exposto, apresentou um engajamento infrutífero de cooperação unilateral com o Ocidente. Enfim, levantamos a hipótese de que a capacidade de orientação e proteção do Estado perante a sociedade foi perdida durante os anos 1990. A população sentia-se desamparada em meio a um processo interno avassalador de *acumulação primitiva* capitalista, além de ver a posição internacional do país enfraquecida por conta da nova agenda externa “cooperativa” com o Ocidente, imposta pelo governo Yeltsin.

No terceiro capítulo, buscamos fazer uma exposição acerca da emergência de Vladimir Putin no comando da Rússia desde os anos 2000, e relacionar esta emergência como consequência do caos político, econômico e social que o país passou nos anos 1990. Ou seja, destacamos o efeito histórico da ascensão de Putin, tendo em vista que a população, acostumada com lideranças centralizadoras desde o período soviético, percebe o líder russo como alguém que irá resgatar o projeto da *grande nação russa* novamente. Nesse contexto, destacamos como o projeto político que Putin representa procura trazer novamente ao debate político nacional a centralidade do conceito de *cidadão* da era soviética, tendo em vista a intenção do chefe do Kremlin em utilizar este conceito para legitimar suas ações interna e externamente. Ademais, por conta desta centralidade dos cidadãos na vida nacional novamente, vimos que o líder russo vem conseguindo implementar uma ideologia nacional voltada para o projeto de engrandecimento do Estado, da sociedade e da nação como um todo, o que vem se refletindo na emergência de um nacionalismo moderado tanto na política interna quanto na política externa do país.

Como forma de analisarmos esta questão, expusemos como as reformas de ordem doméstica serviram de base para o projeto de correção de rumos do país. No âmbito econômico, houve a nacionalização das grandes empresas do setor energético e a reestruturação do complexo industrial militar, que têm servido como instrumentos para o governo russo tanto promover uma nova política econômica no país, destinada a elevar o produto nacional e alavancar os investimentos nas áreas sociais, quanto para servir como armas de política externa. No âmbito político, o governo Putin vem promovendo a centralização do comando do Estado e da sociedade russa nas mãos da presidência, através das seguintes medidas: uma reforma administrativa das regiões do país, as quais foram divididas analogamente às regiões militares, cujos governadores têm sido nomeados diretamente pela presidência; a caça às oligarquias econômicas que tinham uma relação de promiscuidade com o meio político nos anos 1990; a nomeação de pessoas ligadas diretamente ao presidente nos cargos-chave do Estado russo; o aparelhamento da máquina burocrática estatal com integrantes da coalisão política do chefe do Kremlin, cuja consequência é o uso deste aparato para perseguir e marginalizar grupos opositores, e; a expansão da

presença do partido *Rússia Unida* no parlamento, eleição após eleição, a fim de garantir a governabilidade do país.

No que concerne ao engajamento externo, expusemos que este objetiva: romper o cerco que os Estados Unidos vêm montando desde o final da guerra-fria contra a Rússia; promover a reinserção internacional do país de forma autônoma e pragmática, visando consolidar-se como um dos polos de poder e influência, e; redefinir o foco de atuação para quatro níveis de ação: local, regional, continental e global. No plano local, vimos que Moscou tem buscado sufocar os movimentos separatistas e nacionalistas no Cáucaso russo, pois são considerados uma ameaça terrorista. No plano regional, a atenção dada aos países que compõem a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e aqueles do Cáucaso (como a Geórgia e as Ossétias do Norte e do Sul) tem sido aprofundada, tendo em vista a importância que Moscou confere à região que estes países se situam, localizada entre a Europa, o Oriente Médio, a África e a Ásia. No plano continental, elencamos o novo engajamento do país na questão da expansão da OTAN e da União Europeia para o Leste Europeu, cujo ápice tem sido a crise ucraniana e a anexação da Crimeia. Finalmente, no plano global destacamos a busca russa pelo reforço do multilateralismo político e econômico, a aproximação com os BRICS, a defesa do direito internacional e do fortalecimento do sistema das Nações Unidas como forma de responder às crises internacionais, o combate ao terrorismo, e a política de manutenção de influência, ou mesmo expansão, em regiões outrora com forte presença russa (Oriente Médio, por exemplo).

Por fim, nesta pesquisa procuramos levantar a hipótese de que os postulados elencados do realismo político de Hans Morgenthau, de Kenneth Waltz e de Nicolau Maquiavel podem ser utilizados como aspectos teóricos norteadores para analisar a postura de um país que impacta profundamente a política internacional. Por um lado, ao explicitarmos a história russa durante o século XX, buscamos levantar a hipótese de que a história russa tem papel relevante nas decisões de Vladimir Putin, além de servir como fonte para entender o apoio da população ao projeto político que o líder russo representa. Por outro lado, intentamos descrever que o aspecto histórico ajuda também a entender a percepção daquela sociedade a respeito do papel do Estado e das

lideranças políticas na estrutura social, tendo em vista tanto a ânsia por proteção estatal que o povo russo apresenta desde o período soviético, quanto a aceitação, de maneira crédula, de um sistema político voltado à manutenção de uma estrutura governamental capitaneada por líderes com forte caráter autoritário.

Em suma, a nação russa começou a corrigir seus rumos sob o comando de Vladimir Putin. Talvez a história ajude a desvendar no que isso pode resultar.

Bibliografia

ADAMSKY, D. Putin's game in Syria: Why a withdrawal does not mean a pullout. *In: Foreign Affairs Magazine*. April 3, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2016-04-03/putins-game-syria>>. Acesso em: 04/04/2016.

ALMEIDA, L. F. R. de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. - 2.ed. – São Paulo, SP: EDUC, 2014.

ALVES, R. M. *A difícil governança monetária internacional: o caso das cotas do FMI*. Boletim meridiano 47, vol. 13, nº 134, nov/dez, 2012 [p.: 39-47]. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/7840/6138>>. Acesso em: 21/11/2015.

ARANTES Jr, A. *A passagem do neoestalinismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental*. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

ARNAUT. C.; BERNARDO, L. F. Virtú e Fortuna no pensamento político de Maquiavel. *In: Acta Scientiarum*. Maringá, PR:v. 24, n. 1, págs 91-102, 2002.

ASENDORPF, J. B. *Psychologie der Personlichkeit*. Berlim, Alemanha: Springer, 2004.

BAGDONAS, A. Russia's interests in the Syrian Conflict: Power, Prestige and Profit. *In: European Journal of Economic and Political Studies*. 2012. Disponível em: <<http://ejeps.com/index.php/ejeps/article/view/94>>. Acesso em: 15/10/2016.

BALMFORTH, T, citando Serguey Lavrov numa intervenção na Moscow State University for International Relations, *Russia plays damage control in lastditch effort to save business interests in Libya*, RFE/RL, 2 September 2011.

BANCO MUNDIAL. *GDP at Market prices (current US\$)*. World Bank national accounts data and OECD National Accounts data files. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=RU&start=2000&view=chart>>. Acesso em: 06/07/2016.

BANDELIN, O. J. *Return to the NEP: The false promise of Leninism and the failure of Perestroika*. Greenwood Publishing Group, 2002.

BBC. *How far do EU-US sanctions on Russia go?* Europe, 2014a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-28400218>>. Acesso em 12/07/2016.

_____. *Ukraine crisis: Russia and sanctions*. Europe, 2014b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-26672800>>. Acesso em: 12/07/2016.

BELLUZZO, L. G. de M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo, SP: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

BERSTEIN, S.; MILZA, P. *História do século XX: volume 1: 1900-1945, o fim do "mundo europeu"*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007a.

_____. *História do século XX: volume 2: 1945-1973, o mundo entre a guerra e a paz*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007b.

_____. *História do século XX: volume 3: de 1973 aos dias atuais: a caminho da globalização e do século XXI*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007c.

BICCHI, F. "Our Size Fits All: Normative Power and Europe in the Mediterranean," *In: Journal of European Public Policy* 13 (2), 2006, p. 286-303.

BILLIG, M. *Banal nationalism*. London: Sage, 1995.

BLACK, B.; KRAAKMAN, R.; TARASSOVA, A. *Russian Privatization and Corporate Governance: What Went Wrong?*, *Stanford Law Review*, 2000.

BLOGSPOT. Disponível em: <<http://4.bp.blogspot.com/-ZdeAur7os8I/T4x2dhjYx7I/AAAAAAAAABRM/BnZNtuvR54Y/s1600/P.90.jpg>>. Acesso em: 12/09/2015.

_____. Disponível em: <<http://4.bp.blogspot.com/-dP10bKJfyvM/Ulr4BY5zfvI/AAAAAAAAA4g/93Ke5SJSXAY/s1600/cei.gif>>. Acesso em: 12/09/2016.

BOER, R. *Lenin, Religion and theology: New Approaches to religion and power*. Springer, 2013.

BOOBYER, P. *The Stalin Era*. Routledge, 2012.

BUSHKOVITCH, P. *História concisa da Rússia*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo, SP: EDIPRO, 2014.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2ª ed. - Trad.: Luiz Alberto Figueiredo Machado. Prefácio: Eiiti Sato. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASELLA, P. B.; ACCIOLY, H.; SILVA, G. E. N. *Manual de direito internacional público* – 20. Ed. – São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

CHACRA, G. *Quer entender como o ISIS funciona? Então leia este post*. Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), versão online. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quer-entender-como-funciona-o-isis-entao-leia-este-post/>>. Acesso em: 22/11/2015.

CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

_____. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

COLERIDGE, S. T. *Essays on his own times*. Londres: William Pickering, 1850.

COMISSÃO EUROPEIA. *European Commission support for Ukraine*. Brussels, Belgium, 27th April, 2015. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-4863_en.htm>. Acesso em: 03/07/2016.

COMISSÃO FULBRIGHT BRASIL. *A Fulbright nos EUA, no Brasil e no mundo*. Disponível em: <<http://fulbright.org.br/comissao/>>. Acesso em: 28/11/2015.

COSTA, T. G. da. Em busca da relevância: os desafios do Brasil na segurança internacional do pós-guerra fria. In: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. V.2 – São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

COVINGTON, S. R. *Putin's choice for Russia*. Cambridge, MA, EUA: Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2015.

DAEHNHARDT, P; FREIRE, M. R. *A política externa russa no espaço euro-atlântico: dinâmicas da cooperação e competição num espaço alargado*. Série investigação: Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra University Press, 2014. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31909/1/Capitulo%205.pdf?ln=pt-pt>>. Acesso em: 13/10/2016.

DEBARDELEBEN, J. *The end of the cold war, EU enlargement and the EU-Russian relationship*. London, UK: London School of Economics and Political Science, 2013. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR018/DeBardleben.pdf>>. Acesso em: 23/02/2016.

_____. *The impact of the EU enlargement on the EU-Russian relationship*. Institute of European, Russian and Eurasian studies, Carleton University, Ottawa, Canada, 2008. Disponível em: <http://www.wiscnetwork.org/ljubljana2008/papers/WISC_2008-425.pdf>. Acesso em: 27/02/2016.

DW. *US to offer Ukraine financial support as political crisis deepens*. Jo Harper, 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/us-to-offer-ukraine-financial-support-as-political-crisis-deepens/a-19157505>>. Acesso em: 03/07/2016.

ESTADÃO. Com justificativa falsa, Iraque era invadido há dez anos. *In: Jornal o Estado de São Paulo (ESTADÃO)*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,com-justificativa-falsa-iraque-era-invadido-ha-10-anos,8951,0.htm>>. Acesso em: 13/12/2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). *Embassy of The United States in Kiev, Ukraine*. U.S. Department of State, 2016. Disponível em: <<http://ukraine.usembassy.gov/usaid.html>>. Acesso em: 03/07/2016.

_____. *Russia, international energy data and analysis*. United States Energy Information Administration (USEIA), 2015. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Russia/russia.pdf>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. *Syrian Opposition Conference in Riyadh*. United States Department Of State, Washington DC. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/remarks/2015/12/250530.htm>>. Acesso em: 16/12/2015.

_____. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC: The White House, 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 02/02/2015.

_____. *Ukraine and Russia Sanctions*. US Department of State, 2014. Disponível em: <<http://www.state.gov/e/eb/tfs/spi/ukrainerussia/>>. Acesso em: 12/07/2016.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Excerpts from the transcript of the session of the presidential council for implementing priority national projects and demographic policy*. Kremlin Palace, Moscow, March, 2007. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24074>>. Acesso em: 12/07/2016.

_____. *Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. 2000. Disponível em: <<http://archive.mid.ru//Bl.nsf/arh/1EC8DC08180306614325699C003B5FF0?OpenDocument>>. Acesso em: 10/07/2016.

_____. *Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. 2013. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/122186>. Acesso em: 11/07/2016.

_____. *The military doctrine of the Russian Federation*. Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, 2014. Disponível em: <<http://rusemb.org.uk/press/2029>>. Acesso em: 03/09/2016.

FIORI, J. L. *O poder americano*. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

_____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2007b.

_____. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: *FIORI, J. L. O poder americano*. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007c.

_____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: *FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

FITZPATRICK, S. *The Russian Revolution*. New York, 2001.

FREIRE, M. R. *A Política externa russa e a primavera árabe: ambivalência num contexto em mudança*. Ciência e cultura, vol. 64, nº 4, São Paulo Out/Dez, 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 30/06/2016.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 3ª Ed. – Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 1984.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, 2009.

GOBLE, P. Putin's new foreign policy doctrine points to a hobessian world, Ryzhkov Says. In: *TheInterpreter*. 2014. Disponível em: <<http://www.interpretermag.com/putinsnewforeignpolicydoctrinepointstoahobessianworldryzhkovsays/>>. Acesso em: 12/10/2016.

GORBACHEV, Mijail. *Un Mundo sin Armas Nucleares*. Moscou: Editorial de la Agencia de Prensa Novost, 1987.

GREENFELD, L. *Nationalism: Five roads to modernity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

GRIFFITHS, M. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. Trad.: Vânia de Castro – 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo, SP: Contexto: 2015.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. In: *Revista de Estudos Avançados*, nº 22, Instituto de Estudos Avançados da USP, 2008, págs. 145-159,.

_____. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 5ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2007.

GUNTHER, H. *The culture of the Stalin period: studies in Russia and East Europe*. Springer, 1990.

HANSON, P. *The rise and fall of the Soviet Economy: an economic history of the USSR 1945-1991*. Routledge, 2014.

HILL, F.; GADDY, C. G. *Mr. Putin: operative in the Kremlin*. Brookings Institution Press, 2015.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1997.

_____. *A natureza humana*. Tradução, introdução e notas: João Aloísio Lopes. Revisão do S.P.F.C. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983.

_____. *Os elementos da Lei Natural e política: tratado da natureza humana, tratado do corpo político*. Tradução e notas: Fernando Dias Andrade. São Paulo, SP: Ícone, 2002.

_____. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas: Renato Janine Ribeiro; coordenação: Roberto Leal Ferreira. - 2ª ed. – São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

HOBBS, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad.: Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 1990.

_____; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York, NY: James Pott & Company, 1902.

HORVARTH, R. *Putin's preventive counter-revolution: Post-Soviet authoritarianism and the spectre of velvet revolution*. Routledge series on Russian and East Europe Studies. Routledge, 2013.

IGNATIEV, S. *The macroeconomic situation and monetary policy in Russia*. Discurso do presidente do Banco Central na conferência *monetary policy under uncertainty*. Buenos Aires, Argentina, 2007.

IPSA. *International Encyclopedia of Political Science*. Volume 5. Contents 5.: USA: Washington, DC: Library of the Congress, 2011.

KATHLEEN, E. S. *Mythmaking in the New Russia: politics and memory during the Yeltsin era*. Cornell University Press, 2002.

KATI, A. *The Soviet Union: Empire, Nation and System*. Transaction Publishers, 1990.

KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Pref.: Marcelo de Paiva Abreu. Trad.: Sergio Bath. São Paulo, SP: Imprensa Oficial. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KRASTEV, I. *The EU, Russia and the crisis of the post-cold war European order*. The German Marshall Fund of the United States, EUROZINE, 2008. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2008-09-10-krastev-en.html>>. Acesso em: 13/10/2016.

LAQUEUR, W. *Soviet Realities: culture and politics from Stalin to Gorbachev*. Transaction Publishers, 1990.

LARRABEE, S. *Rethinking Russia: Russia, Ukraine, and Central Europe: The Return of Geopolitics*. Journal of International Affairs (Universidade de Columbia), vol. 63, nº 2, 2010.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. (1917). Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em: 20/11/2015.

_____. *Lenin on the Literature and Art*. Wildside Press LLC, 2008.

LEONARD, C. S.; DAVID, P. *Privatization and transition in Russia in the Early 1990s*. Routledge, 2013.

LESSA, C. F. T. M. R de. Depoimentos acerca da política econômica exterior de Getúlio Vargas. *In: Um sonho intenso*. Direção: José Mariani, ANDALUZ Produções. Duração: 1h 41m, 2014.

LIMA, M. C.; VILLA, R. F.; MEDEIROS, M. A.; REIS, R. R. (Orgs.). *Teóricos das relações internacionais*. Direção de Rafael Duarte Villa. São Paulo, SP: Hucitec-Facep, 2012.

_____. *Clássicos das relações internacionais*. – 2ª Ed. – direção de Rafael Duarte Villa e Tamás Szmrecsányi. São Paulo, SP: Hucitec, 2011.

MALASHENKO, A. *Russia and the Arab spring*. Carnegie Moscow Center, 2013. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/russia_arab_spring2013.pdf>. Acesso em: 15/10/2016.

MANKOFF, J. *Russian Foreign Policy: The return of the Great Power Politics*. Blue Ridge Summit, PA, USA: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2009

MANNERS, I. “Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?” *In: Journal of Common Market Studies* 40 (2), 2002, p. 235-258.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. 2ª edição – trad.: Roberto Grassi; Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1998.

MARIUTTI, E. B. *Interpretações clássicas do imperialismo*. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, SP, n. 216, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3247&tp=a>>. Acesso em: 20/11/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo, SP: Boitempo, 1998.

MAZAT, N.; SERRANO, F. A geopolítica das relações entre a Federação Russa e os EUA: da cooperação ao conflito. *In: Revista OIKOS*, vol. 11, nº 1. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em:

<<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/293/165>>.

Acesso em: 03/07/2015.

MEDEIROS, C. A. de. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: *FIORI, J. L.; SERRANO, F.; MEDEIROS, C. A. de. O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

MEDVEDEV, R. *Let History Judge: The Origins and Consequences of Stalinism*, New York: Columbia University Press, 1989.

_____. *Post-soviet Russia: a journey through the Yeltsin era*. Columbia University press, New York, 2000.

MILLER, D. *On nationality*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1995.

MOCELIN, L. F. A política de poder internacional na Rússia sob o comando de Vladimir Putin: Uma visão do realismo político moderno. In: *Anais do I Encontro de Economia Política Internacional da UFRJ*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da UFRJ, 2016a, págs. 436-448. Disponível em: <http://www.enepiufRJ.com.br/p/blog-page_92.html>. Acesso em: 03/09/2016.

_____. As causas políticas da crise dos refugiados sírios na União Europeia. In: *Anais eletrônicos do 3º Seminário de Relações Internacionais Graduação e Pós-Graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)*. 2016b. Disponível em: <http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474770024_ARQUIVO_AscausaspoliticasdacrisedossrefugiadossiriosnaUniaoEuropeiav.final.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

MONAGHAN, A. *A “new cold war”?* Abusing history, misunderstanding Russia. Chatham House, London, UK: 2015.

MORGENTHAU, H. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Trad.: Oswaldo Biato. Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NEW YORK TIMES. *Greek debt crisis intensifies as extensions request is denied*. United States of America, 2015(a). Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/06/28/world/europe/for-eurozone-a-day-of-dueling-agendas-on-greek-debt.html?_r=0>. Acesso em: 22/11/2015.

_____. *How Germany prevailed in the greek bailout*. United States of America, 2015(b). Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/07/30/world/europe/how-germany-prevailed-in-the-greek-bailout.html>>. Acesso em: 22/11/2015.

NOVE, A. *The Soviet Economy*. Routledge, 2013.

NUNES, E. *A política à meia luz: ética, retórica e ação no pensamento de Maquiavel*. São Paulo, SP: EDUC, 2008.

OOOBIE ON EVERYTHING. *NATO'S eastward expansion*. Disponível em: <<http://www.oobie.com/wp-content/uploads/2014/03/nato-east.jpg>>. Acesso em: 13/10/2016

PAKHOMOV, N. What does Russia really want in Syria? *In: The National Interest*. 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/what-does-russia-really-want-syria-14375>>. Acesso em:10/10/2016.

PFAFF, William. *Why make an enemy of Russia?* International Herald Tribune. Wednesday, april, 13, 2005.

PHILLIPS, S. *Lenin and the Russian Revolution*. Heinemann, 2000.

PINTEREST. *General Umezu assinando a rendição japonesa a bordo do USS Missouri, 2 de setembro de 1945*. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/545780048570299387/>>. Acesso em: 15/01/2015.

POMERANZ, L. A queda do muro de Berlim: reflexões vinte anos depois. *In: Revista USP, n. 84*, São Paulo, SP: Dezembro/Fevereiro, 2009-2010, p. 14-23.

_____. Rússia: Economia e Sociedade. *In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí*. Seminário: Rússia. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2007.

PRAVDA. *Rússia poderá desfechar ataque nuclear contra a Polônia no caso de esta abrigar mísseis patriot*. 2008. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/russa/18-08-2008/24000-patriotmisseis-0/>>. Acesso em: 05/12/2014.

PUFENDORF, Samuel. *Os deveres do homem e do cidadão*; tradução: Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2007.

PUTIN, V. *Address by the President of The Russian Federation: Vladimir Putin Addressed State Duma Deputies, Federation Council members, heads of Russian regions and civil society representatives in the Kremlin*. Moscow, march 18th, 2014a. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>>. Acesso em: 10/03/2016.

_____. *Vladimir Putin answered journalists' questions on the situation in Ukraine: The President of Russia met with media representatives to answer a number of their questions, in particular with regard to the situation in Ukraine*. Moscou, march 4th, 2014b.

RAIMUNDO. L. da C. *A Europa e sua divergência estrutural*. Carta social e do trabalho, Campinas, SP: IE/UNICAMP, nº. 26, abr/jun, 2014. Disponível em: <<http://cesit.net.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/Carta-Social-e-do-Trabalho-26.pdf>>. Acesso em: 22/11/2015.

REMINGTON, T. F. "Parliamentary Politics in Russia". In.: *White, S. Developments in Russian Politics 7*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. "Patronage and the Party of Power: President-Parliament Relations under Vladimir Putin" *Europe-Asia Studies*, August 2008, p. 965-993.

REZEK, J.F. *Direito internacional público: curso elementar*. - 13ª Ed. revisada, aumentada e atualizada – São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

RUSSIAN EXPORTS. *German-Russian bilateral trade in 2015*. National Information Portal, 2016. Disponível em: <<http://www.rusexporter.com/research/country/detail/4366/>>. Acesso em: 12/10/2016.

RUSSIA TIMES. *Putin's approval rating hits new historic high of almost 90%*. Disponível em: <<https://www.rt.com/politics/319343-putins-approval-rating-hits-new/>>. Acesso em: 16/12/2015.

RUSSIA UNIDA. Disponível em: <<http://er.ru/>>. Acesso em: 20/09/2016.

RUTLAND, P. *The politics of economic stagnation in the Soviet Union: the role of local party organs in economic management*. Cambridge University Press, 2009.

RYZHKOV, N. *A talk with Nikolai Ryzkhov*. Business week (21/04/1996). Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/bw/stories/1996-04-21/a-talk-with-nikolai-ryzhkov-intl-edition>>. Acesso em: 07/10/2015.

SAKWA, R. *Power and Policy in Putin's Russia*. Routledge Europe-Asia Studies. Routledge, 2013.

_____. Putin's leadership: Character and Consequences. In: *Europe-Asia Studies*, vol. 60, n. 6, August 2008a, p. 879-897.

_____. *Russia on the edge of change*. s/d. Disponível em: <<http://rusemb.org.uk/data/doc/FIRSTRussiaPDFs/P36-38RichardSakwa.pdf>>. Acesso em: 01/05/2016.

_____. *Russian Politics and Society*. Fourth Edition. London and New York: Routledge, 2008b.

_____. *The commune state in Moscow in 1918*. American Association for the Advancement of Slavic Studies; Slavic Review, vol. 46, 1987, p.429-449.

SARAIVA, J. F. S. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

SCHLACKS, C. *The NEP Era: Soviet Russia*, Volume 4. University of Indiana, 2011.

SEGRILLO, A. *Os russos*. - 1ª ed. - São Paulo, SP: Contexto, 2015.

SEWERYN, B. *Stalin's successors: leadership, stability and change in the Soviet Union*. Cambridge University Press, 1982.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Volume I, Coleção “Os Economistas”, São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

SMITH, A. D. *The ethnic origins of nations*. London: Blackwell, 1987.

SPUTNIK NEWS. *Integra da parada de vitória em Moscou*. Disponível em: <<http://br.sputniknews.com/mundo/20150509/974277.html>>. Acesso em: 17/12/2015.

_____. *Putin felicita a Rússia: o presidente do maior país da Europa discursa no dia da Rússia*, 2016. Disponível em: <<http://sptnkne.ws/cpwP>>. Acesso em: 13/06/2016.

STACEY, J. A. Undeterred in Syria. In: *Foreign Affairs Magazine*. October 2, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2015-10-02/undeterred-syria>>. Acesso em: 08/10/2015.

STONER-WEISS, K.; McFAUL, M. *Domestic and international influences on the Collapse of the Soviet Union (1991) and Russia's initial transition to democracy (1993)*. Number 108, Center on democracy, development and the rule of law, Stanford University, March, 2009.

STUERMER, M. *Putin and the rise of Russia*. Hachette, UK, 2008.

TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____; BELLUZZO, L. G. de M. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: Fiori, J. L. *O poder americano*. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007d.

_____; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TAYLOR, B.D. *State Building in Putin's Russia: Policing and coercion after communism*. Cambridge University press, 2011.

TOMASSONI, F. A política externa da Federação Russa: recursos energéticos como vetor, Gazprom como instrumento. *In: Geosul Florianópolis*, v. 28, n. 56, p. 7-32, jul-dez, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2013v28n56p7>>. Acesso em: 15/10/2016.

TUCIDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mario da gama Cury; Prefácio de Hélio Jaguaribe. 4ª edição – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. São Francisco, Estados Unidos da América, 1945. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. Acesso em: 19/12/2015.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Population Division: World Population Prospects, the 2015 revision*, 2015. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>. Acesso em: 30/12/2015.

_____. *Treaty on the non-proliferation of nuclear weapons (NPT)*, 1968. United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA). Disponível em: <http://www.un.org/disarmament/WMD/Nuclear/pdf/NPTSpanish_Text.pdf>. Acesso em: 30/12/2015.

VISENTINI, P. F. *A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2013.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004.

WALTZ, K. *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

_____. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa, Portugal: Gradiva. 2002.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/59/Georgia,_Ossetia>

,_Russia_and_Abkhazia_(pt).svg/2000px-Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_(pt).svg.png>. Acesso em: 12/09/2015.

WEGREN, S. K. *Return to Putin's Russia: past imperfect, future uncertain*. Rowman & Littlefield, 2013.

WOMACK, H. Doutrina Putin: Rússia adota nova política nuclear. *In: Folha de São Paulo*, 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2204200005.htm>>. Acesso em: 07/09/2016.

XINHUANET. *President Xi attends Russia's V-Day parade*. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/photo/2015-05/10/c_134225096.htm>. Acesso em: 12/10/2015.

ZUBELZU. Entender a Rusia a través de sus fuerzas profundas: dificultades y desafíos de una reflexión recurrente. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, no 50, 2007, p. 102-120.

Anexo 1



Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/545780048570299387/>>. Acesso em: 15/01/2015.

Anexo 2



Fonte: <http://news.xinhuanet.com/english/photo/2015-05/10/c_134225096.htm>. Acesso em: 12/10/2015.

Anexo 3



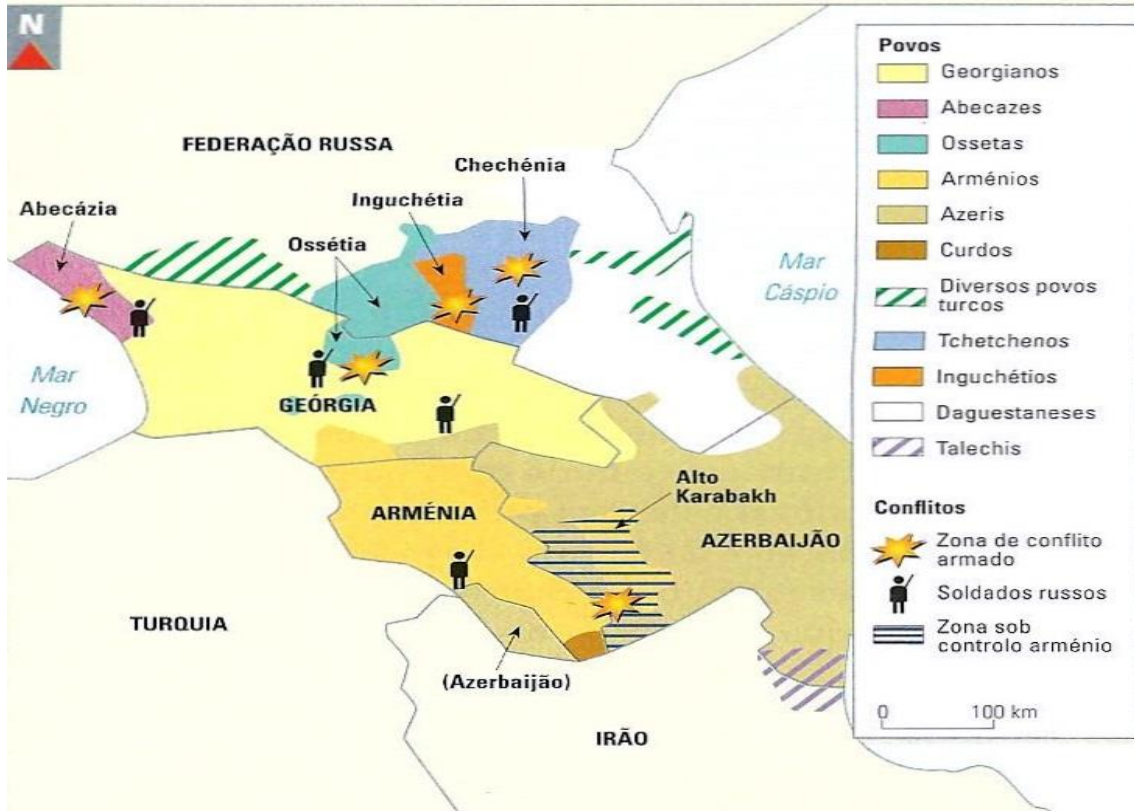
Fonte: Wikimedia, 2016. Disponível em:
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/20/Kyiv_Rus_T.png>. Acesso em:
24/10/2016.

Anexo 4



Fonte: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/59/Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_\(pt\).svg/2000px-Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_\(pt\).svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/59/Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_(pt).svg/2000px-Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_(pt).svg.png)>. Acesso em: 12/09/2015.

Anexo 5



Fonte: <<http://4.bp.blogspot.com/-ZdeAur7os8I/T4x2dhjYx7I/AAAAAAAAABRM/BnZNtuvR54Y/s1600/P.90.jpg>>. Acesso em: 12/09/2015.

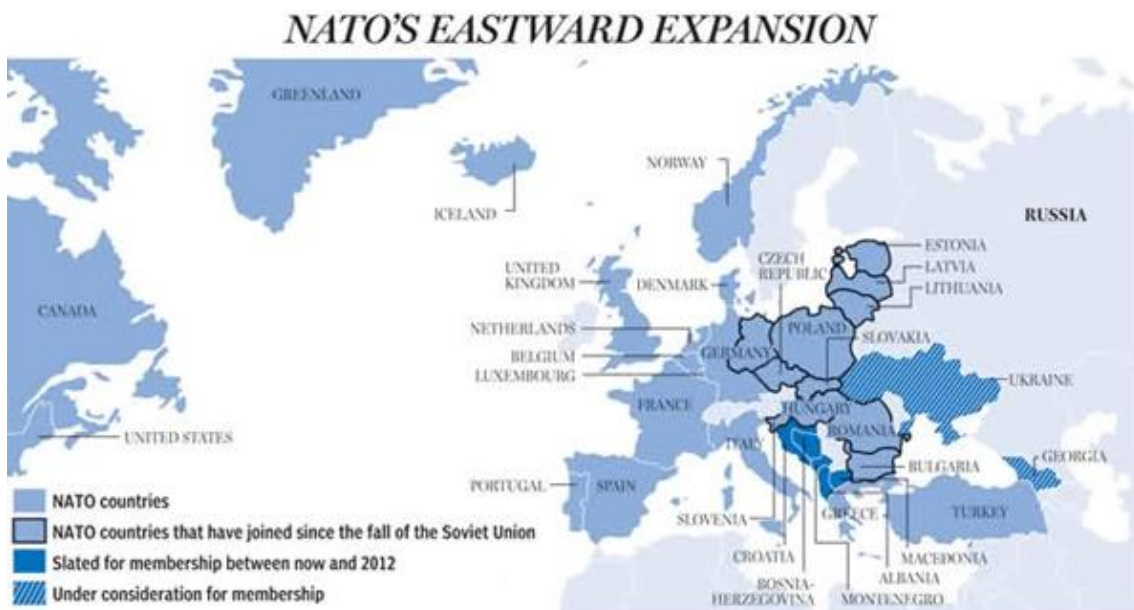
Anexo 6

Comunidad de Estados Independientes - CEI



Fonte: <<http://4.bp.blogspot.com/-dP10bKJfyvM/Ulr4BY5zfvI/AAAAAAAAA4g/93Ke5SJSXAY/s1600/cei.gif>>. Acesso em: 12/09/2015.

Anexo 7



Fonte: <<http://www.oobie.com/wp-content/uploads/2014/03/nato-east.jpg>>. Acesso em: 19/09/2015.